

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Campus de Rio Claro

VOLNEI ANTONIO SACARDO

**O INTEGRALISMO PLINIANO: AUTORITARISMO E ORDEM NA
DEFESA DA NAÇÃO**

Rio Claro (SP)

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**O INTEGRALISMO PLINIANO: AUTORITARISMO E ORDEM NA
DEFESA DA NAÇÃO**

VOLNEI ANTONIO SACARDO

Orientador: Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)
2011

VOLNEI ANTONIO SACARDO

**O INTEGRALISMO PLINIANO: AUTORITARISMO E ORDEM NA
DEFESA DA NAÇÃO**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho

Dr. Sílvio Carlos Bray

Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Dr. José Antonio Segatto

Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Resultado: Aprovado

Rio Claro, SP 22 de dezembro de 2011

Dedico à
Daniele,
Otávio,
Pietra e
Giuseppe

AGRADECIMENTOS

À memória do professor Antonio Francisco Guerreiro Zibordi, primeiro geógrafo que admirei;

Ao professor Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho pelo apoio, paciência e orientação;

Ao professor Dr. Silvio Bray pelas contribuições teóricas e pela coragem de preparar o caminho em história do pensamento geográfico para que os que viessem depois pudessem desfrutar das suas contribuições teóricas e práticas;

Ao professor Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy pela camaradagem, criteriosidade e sinceridade de suas colocações;

Ao programa de pós-graduação da Unesp de Rio Claro, por proporcionar o estudo nessa área e me permitir o contato com tantos professores e suas produções.

Ao meu amigo Waldemar Fortes Aguiar, por ter estado comigo na defesa do mestrado e infelizmente não poder estar aqui, agora. Sei que se não fosse a efemeridade da vida, hoje estaria feliz ao meu lado;

À Ana Maria da Silva Fortes Aguiar, pelo apoio incondicional de todos esses anos e pela confiança depositada em mim, como amigo e colega de trabalho;

Ao meu amigo Renzo, pelas longas conversas e conselhos que me encorajam a ser uma pessoa melhor;

À minha esposa Daniele, pela parceria desses quase dez anos. Que os desafios, problemas e conquistas nos proporcionem ainda mais força para o futuro;

Ao meu filho Otávio Augusto, pela torcida que, mesmo à distância, sempre manteve para que esse trabalho se concretizasse;

Ao meu pequeno Giuseppe, que aos quatro anos me ensina lições que certamente não caberiam em tese alguma;

À minha filha Pietra: sensata, calma e inteligente - é a sombra de tranquilidade onde sempre posso descansar;

Aos meus pais Itacir e Leonilda, por abrirem mão de tantas coisas de sua vida de jovem casal para que eu pudesse estudar;

RESUMO

O presente estudo trata das produções de Plínio Salgado: intelectual, jornalista, escritor, líder político e criador do Integralismo brasileiro. Suas produções estavam relacionadas à elaboração de uma doutrina política nacional que defendia o autoritarismo, o nacionalismo e a ordem, a partir de ações diluídas na literatura, no programa partidário e na educação. Contemporâneo da Primeira República, Plínio Salgado participou das grandes discussões e agitações políticas que caracterizaram o período. Envolvido primeiramente na literatura, através da participação na Semana de Arte Moderna e da criação do movimento Verde-Amarelo e da Anta, migra para a atuação política por meio da A. I. B. (Ação Integralista Brasileira) em 1932. A partir de então desenvolve todo o programa que configuraria a doutrina Integralista brasileira, contando com mais de um milhão de filiados. Apesar de proibida após o golpe do Estado Novo, a Ação Integralista Brasileira constitui um capítulo fundamental da história política nacional. O método de pesquisa que utilizamos nesse trabalho é o estruturalismo genético, amparado pela técnica das palavras-chaves. O objetivo principal é a compreensão do discurso integralista e a revelação da coerência interna da obra, bem como a função que assumiu no contexto do capitalismo nascente no Brasil, a partir da emergência de novas classes sociais. A hipótese é a de que o Integralismo pliniano é revelador das condições agitadas do período a partir da emergência das classes médias e que o pensamento geográfico desse autor traduz uma visão do mundo autoritária e atrelada à manutenção do status quo.

Palavras-chave: Autoritarismo, nacionalismo, Estado, ordem e pensamento geográfico nacional.

ABSTRACT

The present study deals with the productions of Plínio Salgado: intellectual, journalist, writer, political leader and creator of the Brazilian Integralism. His productions were related to the preparation of a national political doctrine that defended the authoritarianism, the nationalism and the order, from attenuated actions into the literature, the party program and the education. Contemporaneous of the “Primeira República”, Plínio Salgado participated in the big discussions and political movements that characterized the period. Primarily involved in the literature, through participation in the Modern Art Week and in the creation of the “Verde-Amarelo” and the “Anta” movements, he moves to the political acting through the A.I.B - Ação Integralista Brasileira (Brazilian Integralist Action) in 1932. From this time on, he develops the whole program that would form the Brazilian Integralist doctrine, which had more than one million of enrolled participants. Although banned after the coup of the “Estado Novo”, the Brazilian Integralist Action (A.I.B.) was a fundamental aspect in the national political history. The research method used in this study is the genetic structuralism, supported by the technique of the keywords. The main objective is the integralist speech understanding and the revealing of the internal coherence of the work, as well as the function that it assumed in the nascent capitalism context in Brazil, from the emergence of the new social classes. The hypothesis is that the Plinian Integralism is revealing the busy conditions of the period from the emergence of middle classes and that the geographical thought that the author conveys an authoritarian vision of the world linked to a maintaining of the status quo.

Keywords: Authoritarianism, nationalism, State, order, national geographical thought.

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	08
1.1 Análise da conjuntura em que a obra e o autor encontram-se inseridos	13
1.2 Classe social e visão do mundo do autor	15
1.3 Estruturas significativas e o papel das “palavras chaves”	18
2. PLÍNIO SALGADO: O HOMEM NO ESPAÇO E NO TEMPO.....	21
3. PLÍNIO SALGADO: A LITERATURA COMO INTRODUÇÃO DA PROBLEMÁTICA NACIONAL	53
3.1 Literatura e Integralismo.....	59
3.2 Plínio Salgado e o Movimento Modernista.....	66
4. PLÍNIO SALGADO E O PROTAGONISMO DO ESTADO ORGÂNICO.	82
4.1 A visão do mundo espiritualista como explicação do passado e o Integralismo Pliniano como efetivação do futuro.....	82
4.2 Pessimismo, ufanismo e nacionalismo na doutrina integralista.....	86
4.3 O Estado orgânico.....	94
5. A PROPOSTA ECONÔMICA PLINIANA.....	104
5.1 Problemas econômicos versus defeitos do espírito.....	104
5.2 Superficialidade da análise espiritualista: a nacionalidade pliniana como estratégia de manutenção do capitalismo.....	111
6. PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRALISTA.....	127
6.1 Contexto nacional da educação na Primeira República.....	127
6.2 Finalidade política da educação integralista	131
6.3 Educação para elite e educação para o povo	148
7. ESTRUTURAS SIGNIFICATIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
8. REFERÊNCIAS	171

1. INTRODUÇÃO

Estamos em meio a mais uma crise econômica. Diariamente somos surpreendidos por notícias ligadas diretamente às consequências das perturbações do sistema como um todo e que deixara desde 1929 marcas claras da insegurança e da instabilidade de tal sistema em todo o mundo capitalista. Esperamos por novos tempos, de maior riqueza e segurança, mas esses tempos não chegam. Aliás, milhões de pessoas sentiram e sentem na pele os efeitos dramáticos da ação do capital que, em momentos como os atuais, parecem estender ainda mais as garras e mais fundo cravar a pele dos que sobreviveram ao quadro normal de exploração. Países nodais do sistema não estão isentos do cenário retratado mais profundamente desde 2008. Pacotes econômicos lançados para “acalmar os nervos do mercado” revelam a pior face da crise econômica: a intensificação da crise social. Além dos países emergentes como o Brasil, os Estados Unidos da América e os da União Europeia não param de anunciar pacotes que ferem frontalmente o que restava da política de proteção social nestes países. Cortes no número de empregados do setor público e privado, aumento da idade para aposentadoria, redução dos investimentos em saúde, educação, previdência, etc. exacerbam a discussão em torno do futuro da humanidade. Mas o que tem de novo nisso tudo, se a história do capital, mesmo nos momentos áureos do capitalismo de organização,

não deixara dúvida sobre a sua natureza horrenda? O seu caráter estrutural. Mézáros (2009), um dos maiores estudiosos do capitalismo e da crise atual do capital insiste:

A crise atual é profunda. O diretor substituto do Banco da Inglaterra admitiu que essa é a maior crise econômica da história da humanidade. Eu apenas acrescentaria que essa não é apenas a maior crise da história humana, mas a maior crise em todos os sentidos. Crises econômicas não podem ser separadas do resto do sistema (MÉSZÁROS, 2009, p. 133).

Nessa situação é preciso ter um olhar histórico, com alcance maior do que o problema em si comumente nos permite enxergar. Se por um lado os efeitos da crise econômica redundam em crise social, deixando desempregados e desamparados, por outro, abrem novas possibilidades para repensar os fundamentos dessa sociedade. Conceitos rígidos e dominantes também entram em crise e já não sustentam as mesmas certezas e segurança que ilusionavam na época mais dinâmica de acumulação do capital. Há de se destacar que as formas de pensamento acompanham as grandes transformações do campo da economia. Já que as crises econômicas não podem ser separadas do “resto do sistema”, podemos constatar que as formas de pensamento de uma determinada época também são afetadas, para o bem ou para o mal.

Não à toa, as manifestações mais regressivas para explicar e /ou propor soluções para os problemas econômicos retornam, como nos tempos mais obscuros da política mundial. Dentre os exemplos: o ganho de força da extrema direita, a intensificação do combate à imigração, o desenvolvimento do extermínio a grupos ou minorias e o retorno do autoritarismo como forma de governo. O fascismo e o nazismo bem confirmaram que em momentos de crise econômica, origem de infinitas dúvidas, as respostas, independente dos objetivos, comprovam a importância das visões do mundo. Obviamente, as visões do mundo não são questão de escolha, estão em acordo com o lugar que determinada classe ocupa no mundo do trabalho e os objetivos que a movem. Ocorre indubitavelmente uma determinação social das formas como as concepções de homem, universo, política, humanidade, história... são construídas. Assim, ao estudar o pensamento de Plínio Salgado pudemos identificar que para a elaboração do integralismo, autoritário e

conservador, predominou uma visão do mundo baseada no espiritualismo, ligado nevrálgicamente às crises dos anos de 1920 e 1930. Essa visão do mundo esteve no centro da elaboração da ideologia, que pregava a sobreposição do espírito à matéria¹. Consequentemente, como o pensamento comunista ou revolucionário estava ligado à classe trabalhadora e operária no período, o espiritualismo prendia-se de diversas formas aos programas das classes dominantes. A relevância do tema encontra respaldo nas manifestações em torno da dramaticidade da crise atual a exemplo do que ocorreu no pós-1929. Nesses momentos, as visões do mundo são indubitavelmente necessárias para alcançarmos a compreensão das perturbações na relação entre os homens e dos homens com a natureza.

Mas chegar a conclusão sobre a visão do mundo de um determinado autor não é tarefa das mais fáceis. É fundamental o uso e a clareza do método para a análise específica no campo das ideias. Caso contrário, a queda em mecanismos descritivos ou superficiais são riscos bastante plausíveis, o que de certa forma contrariaria os objetivos mais gerais de uma pesquisa em História do Pensamento Geográfico. Considerando o autor Plínio Salgado e as décadas de 1920 e 1930, a preocupação principal é então a manutenção desta pesquisa no campo do materialismo histórico e dialético – tarefa árdua por se tratar de um trabalho relativo ao mundo das ideias e à produção intelectual. A esse respeito devemos destacar a existência e a relevância de uma escola de pesquisa em História do Pensamento Geográfico, formada em torno da pós-graduação de geografia na UNESP de Rio Claro. Desenvolvida principalmente durante as duas últimas décadas do século XX, os trabalhos aí realizados se prolongam para os estudos atuais, principalmente quando o assunto é o pensamento nacional. A consolidação dessa escola e o pioneirismo nessa área ficam mais evidentes quando se levanta os trabalhos realizados nessa linha de pesquisa² e nos esforços para a realização do

¹ A respeito do significado dado à expressão material, recorremos à Marilena Chauí, que destaca que em ciências humanas e filosofia, o termo não deve ser confundido com a materialidade das ciências da natureza, principalmente com a física. Para ela, ao se referir à matéria, Marx está tratando das relações de produção, ou seja, da forma como os homens produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência e como pensam essas relações. Para maior aprofundamento, ver CHAUI, Marilena. O que é ideologia? São Paulo, Brasiliense, 1984.

² Dentre as que ofereceram subsídios a esse trabalho, poderíamos destacar:

I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO na referida universidade. O evento marcou definitivamente a presença dessa temática no campo dos estudos da Geografia brasileira, a ponto de se tornar tema obrigatório da maioria dos encontros de Geografia e ter tido continuidade através de colóquios e do II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, realizado na USP (Universidade de São Paulo) em novembro de 2009.

Ao folhar os anais desse encontro, realizado entre nove e doze de dezembro de 1999, podemos encontrar artigos e trabalhos significativos nessa área, bem como o registro de importantes nomes, presentes tanto na elaboração e apresentação de textos como na organização do evento³. Em especial, gostaríamos de destacar o papel de Sílvio Carlos Bray, como coordenador do evento e por meio do artigo intitulado: “Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico”⁴. Nesse artigo, Bray (1999) remonta a história dessa área de pesquisa naquela universidade, desde seus trabalhos iniciais na década de 1970, quando tudo ainda estava por se fazer, passando pelas orientações e pelos trabalhos de pesquisa até a realização daquele evento. Além da temática, outra contribuição importante que encontramos nos trabalhos realizados na pós-graduação de geografia da UNESP de Rio Claro, da qual esse trabalho faz parte e pretende humildemente contribuir, há de se destacar a questão do método. Bray (1999) historiciza o longo caminho que levou

ANSELMO, R.C.M.S. **Geografia e Geopolítica na formação nacional brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

ANSELMO, R.C.M. S. **Oliveira Vianna e a unidade-identidade do espaço brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.

ANTONIO FILHO, F.D. A visão sobre a Amazônia brasileira: **uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.

ANTONIO FILHO, F.D. O pensamento de Euclides da Cunha: **uma avaliação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.

SANTOS, W. dos. A obra de Aroldo de Azevedo: **uma avaliação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1984.

³ A Comissão Organizadora era composta por Sílvio Carlos Bray, Fadel David Antonio Filho, Iandara Alves Mendes, Rita de Cássia M. S. Anselmo, Manoel Fernandes Sousa Neto, Silvia Lopes Raimundo, Sérgio Nunes Pereira, Alexandrina Luz Conceição, Genylton O. Rêgo da Rocha e Letícia Parente Ribeiro.

⁴ BRAY, S.C. Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico no Brasil. In: **Anais do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. Rio Claro: IGCE-UNESP, p. 3-16. 1999

à compreensão e ao uso do estruturalismo genético para o estudo e interpretação das produções na área do pensamento geográfico no Brasil e que nos serve de guia metodológico. Como esforço de sistematização desse método, destaca:

Durante todas as nossas pesquisas e de nossos orientandos, a análise da conjuntura tornou-se fundamental e imprescindível, isto é, a importância do momento histórico, social, político e cultural, ao analisar um autor e sua obra. Por isso, nos trabalhos que se sucederam, ao analisarmos um determinado autor, sempre fomos norteados pela necessidade de focalizarmos os seguintes aspectos:

- 1) Análise da conjuntura em que a obra e o autor encontram-se inseridos;
- 2) Análise do discurso e a visão do mundo do autor estudado; e
- 3) Análise das estruturas significativas do discurso separando o essencial do acidental e o papel das palavras-chaves (BRAY, 1999, p. 11, grifo do autor).

Seguindo essa orientação, gostaríamos de destacar que o estruturalismo genético, proposto por Goldmann (1976), sociólogo francês, procura as origens e os sentidos das ideologias na história e na literatura, através da investigação da relação de classes. Criado na sociologia, o método do estruturalismo genético possibilita a compreensão do pensamento geográfico de uma época justamente por se constituir em rica proposta para as produções na área do pensamento, sem perder de vista a estrutura do materialismo histórico e dialético. Entendemo-lo como método para a investigação geográfica por portar, em sua essência, o pensamento como resultado da “[...] mútua influência dos homens uns nos outros e de suas ações sobre a natureza” (GOLDMANN, 1976, p. 106).

A elaboração do estruturalismo genético, que revela uma preocupação central de Goldmann (1976) com a produção do pensamento, está mergulhada no contexto pós-guerra e nas demandas para a transformação da sociedade. Imbuído da tarefa de construção do socialismo, o autor defende o abandono da teoria marxista de pauperização e do caráter intrinsecamente revolucionário da classe operária; para ele, o aumento da miséria e a diminuição das condições de vida dos trabalhadores não se realizaram por completo e não levaram ao fatalismo revolucionário.

Por isso, o combate de Goldmann é dirigido contra a cooptação da classe operária a partir das mudanças técnicas e da concessão de benefícios materiais,

pois essa mesma classe viria a formar após a década de 1960 a nova classe média e/ou uma nova classe operária. O Estado de bem-estar social portava essa nova realidade, que Goldmann compreendeu e usou na proposição de sua teoria revolucionária. Essa teoria, ao contrário do que defendiam algumas correntes tradicionais e ortodoxas do socialismo, assenta-se na luta pelas *consciências*, fundamentada sobre as possibilidades abertas pelo desenvolvimento das novas camadas médias assalariadas. A consciência assumiu papel central em sua teoria, e como método, o estruturalismo genético ainda porta essa necessidade: considerar a consciência ou o mundo das ideias como fatores determinantes de compreensão e da transformação social.

Sabemos a dificuldade de esmiuçar o estruturalismo genético e o contexto de sua elaboração – definitivamente, este não é um dos nossos objetivos. Mas, especificamos alguns elementos apontados por Bray (1999) como roteiro metodológico de pesquisa e que pensamos relevantes para o esclarecimento e continuidade da pesquisa.

1.1 Análise da conjuntura em que a obra e o autor encontram-se inseridos;

Os elogios e as críticas de Goldmann à psicanálise servem para exemplificar a sua concepção de história. Para ele, Freud teve um papel importante ao considerar o ser humano em seu caráter global, principalmente através do destaque dado ao papel genético da psicologia individual, explicando, assim, o indivíduo na sociedade. O elogio se refere, exatamente, à consideração do papel histórico, global, e pelo fato da psicanálise ter se desenvolvido, basicamente, fora do mundo universitário. Mas, o que nos interessa aqui corresponde a uma das falhas da psicanálise apontada por Goldmann (1976), fundamento imprescindível para que possamos nos posicionar.

Tal crítica se refere à indiferença de Freud para com a categoria futuro. De fato, essa categoria não aparece na psicanálise, que se ocupa principalmente do passado. Entretanto, para o estruturalismo genético, fundamentalmente, história significa passado, presente e futuro. O futuro corresponde à categoria que

impulsiona os homens na busca da superação de um problema que encontram no presente e que teve origem no passado.

Inclusive, entendemos que a palavra “genético”, da expressão “estruturalismo genético”, tem um duplo significado. O primeiro diz respeito ao momento em que uma determinada forma de pensamento teve origem – significa entender o instante da produção e o tempo de duração de determinada doutrina. Nessa identificação, há uma clara indicação da importância da história. Mas não há História sem Geografia, pois a História não poderia acontecer no vazio – além do momento, é necessário identificar **onde** e **como**, eis aí o segundo sentido ao qual se refere a palavra genético. Este sentido, a nosso ver, relaciona-se diretamente com a questão da Geografia, ou seja, em que lugar da relação entre homem/sociedade x natureza/meio a referida obra ou forma de pensamento foram produzidas e/ou desenvolvidas, ou seja, como uma Geografia específica impulsionou, obstacularizou e/ou condicionou o surgimento e o desenvolvimento de determinada consciência (falsa ou verdadeira), e/ou outras manifestações culturais.

Não há menção sobre a Geografia em Goldmann, o mais próximo que chega de tal formulação é a referência que faz ao espaço como condição para entender um fato. Para Goldmann, a compreensão “[...] de um fato humano (para Goldmann, tudo que é “executado” pelos homens é um fato humano) somente é possível nessa problemática mediante sua inserção em estruturas mais gerais, espaciotemporais, das quais ele faz parte [...]” (LÖWY E NAÏR, 2009, p.27). No entanto, para a compreensão de qualquer fato humano há a necessidade do entendimento do *momento da relação homem /meio* - a história como referência ao “*momento*” e a Geografia, à *relação homem/meio*. Tratar do componente geográfico significa entender as relações complexas em que determinada doutrina foi produzida.

Ao tratar da categoria futuro, Goldmann traz à tona a questão do motor da História e como chegar ao seu significado. Em trabalhos que procuram a apreensão de obras literárias e políticas, como é o nosso caso, uma das perguntas que surgem, frequentemente, é: quem porta o significado de determinada produção? É o autor enquanto indivíduo, a influência da família, o grupo de amigos com os quais o autor convivia ou as organizações civis das quais participava? A História é feita pelo homem, mas homem não significa indivíduo. Goldmann não nega o papel do

indivíduo ou de outros grupos na formação de uma obra, na verdade, retornando a Marx, destaca que o fator impulsionador, o verdadeiro motor da História é a classe social, por isso prefere a utilização do termo sujeito transindividual – a classe não fica ao lado ou separada do indivíduo, ao contrário, a classe está nele e ele está na própria classe.

1.2 Classe social e visão do mundo do autor

A crítica de Goldmann ao estudo de obras filosóficas, artísticas ou literárias dirige-se a dois tipos de análises – contra as correntes ligadas à lógica analítica (empirismo, racionalismo) e à lógica emanatista (história romântica ou hegelianismo). Quanto à primeira, o problema se refere à consideração única e possível da obra em si, uma tentativa de objetividade em que a verdade se revelaria pelo isolamento do objeto, pelo movimento da razão do pesquisador e pelo tratamento de uma determinada obra como objeto da física. O segundo problema se constitui basicamente pelo diletantismo e caráter especulativo das interpretações emanatistas. Essa corrente se caracteriza pela criação de relações inexistentes na interpretação das obras, ou seja, pelo caráter metafísico e pela criação de relações supraindividuais. Utilizando-se de Marx, Goldmann tenta superar o problema a partir de duas contribuições: a importância das *classes sociais* e a *autonomia relativa das produções filosóficas, artísticas e literárias*.

O estruturalismo genético rejeita a idéia de um sujeito ou autor isolado em sua produção, mas também não aceita a existência de um sujeito supraindividual.

A perspectiva pela qual abordo a criação literária não a considera como um fenômeno irracional e misterioso, resultado da inspiração extraordinária de um gênio isolado dos outros homens e da vida cotidiana, mas, pelo contrário como expressão particularmente precisa e coerente dos problemas que se apresentam aos homens comuns em sua vida cotidiana e da maneira pela qual são levados a resolvê-las. Assim, quando falo da função do espírito crítico e do dogmatismo na criação literária, refiro-me fundamentalmente a problemas semelhantes aos que se apresentam para cada um de nós nos diferentes setores da vida social, econômica e política (GOLDMANN, 1973, p.21).

As produções culturais estão em consonância com as chamadas classes sociais. São elas que estruturam o movimento histórico e as visões do mundo. Somente na dimensão de projetos coletivos e universais é que as pessoas se fazem história, são eles que projetam as ações para uma totalidade social e para o conjunto das relações inter-humanas que o indivíduo isolado jamais seria capaz de fazer. Consequentemente há uma importância fundamental do determinismo econômico:

[...] o termo econômico deve ser tomado em seu sentido mais amplo; maneira de obter rendimentos pelo trabalho, pela força, pela exploração, pelo gozo de certos privilégios, etc. A estrutura de nossa análise conforma-se em todo caso com a célebre afirmação de Marx: a existência social determina a consciência, afirmação na qual acreditamos ser preciso dar às palavras existência social o sentido mais lato, sob a condição, bem entendido, de não torná-lo vago, conservando-lhe sempre uma estrutura precisa, conforme a realidade histórica do lugar e da época (GOLDMANN, 1976, p. 75, grifo do autor).

A classe social para o estruturalismo genético é representada por três características fundamentais: a) a função que ocupa na produção; b) as relações com as outras classes e, c) uma visão de mundo específica. Por se tratar de um método de investigação do universo da cultura, obviamente a atenção maior recai sobre o estágio do modo-de-produção e a formação das ideologias. Com isso, supera-se a visão racionalista do isolamento do autor e da sua obra como método de investigação, ou seja, não há indivíduo (isolado) na produção cultural.

Mas a dimensão da corrente emanatista e a formulação de um sujeito supraindividual permanece em aberto. A essa posição, a resposta dada pelo estruturalismo genético refere-se a uma ressalva importante na interpretação do materialismo histórico e dialético, a impossibilidade de ligar diretamente todos os detalhes de uma produção filosófica, literária ou artística às manifestações da classe social; essa relação existe, é dominante, mas não é imediata. Para Löwy e Naïr (2009, p.40), a relação entre o determinismo da vida econômica e as produções da filosofia, literatura, arte e religião em Goldmann “[...] existe no nível da estrutura significativa global da ideologia em questão. Mas quando os elementos fundamentais de uma visão são estabelecidos, eles devem ser desenvolvidos e expressos em um conjunto coerente, de acordo com as regras e os métodos específicos da esfera ideológica à qual pertencem (direito, religião, literatura, etc.)”.

Como a relação entre as produções culturais e as classes sociais é indireta e complexa, não se pode desconsiderar a participação do indivíduo.

As visões do mundo são fatos sociais, as grandes obras filosóficas e artísticas configuram expressões coerentes e adequadas dessas visões do mundo; são como tais, expressões individuais e sociais ao mesmo tempo, sendo seu conteúdo determinado pelo máximo de consciência possível do grupo, em geral da classe social, a forma sendo determinada pelo conteúdo para o qual o escritor encontra uma expressão adequada (GOLDMANN, 1976, p. 107).

Para enriquecer a interpretação e o entendimento das mediações entre a obra, a classe social e o indivíduo transindividual, Goldmann lança mão da importante categoria de *autonomia relativa*, ou seja, uma determinada obra conserva a marca do indivíduo que, apesar de representar a classe social, mantém o seu “conteúdo” e “expressão”, dá-lhe a “forma”. As “formas” representam os conjuntos de “expressão” e é preciso identificar as formas que constituem expressões coerentes e adequadas a uma visão do mundo, podendo, portanto, constituir-se no plano do comportamento, do conceito ou da imaginação. “Um comportamento ou um escrito só se torna expressão da consciência coletiva na medida em que a estrutura que exprime não é particular ao seu autor, mas comum aos diferentes membros constituintes do grupo social” (GOLDMANN, 1976, p.107). Cabe ao investigador da história daquele pensamento a tarefa de identificar e trabalhar com as formas, na tentativa de captar-lhes a estrutura interna e a essência de determinada visão do mundo.

Dentro do contexto da apreensão das expressões da visão do mundo, também é importante considerar as categorias de consciência de classe real e a de consciência de classe possível. A consciência de classe real diz respeito basicamente às nuances apresentadas por uma determinada visão do mundo que, num primeiro momento de análise, parece distante e até mesmo contrária à identificação da natureza de uma classe social. A consciência real, devido às condições específicas do momento histórico, não permite aos indivíduos que a compõem uma visão mais abrangente; seu horizonte é reduzido por estar mergulhado em situações particulares que limitam a compreensão histórica da ideologia universal que deu origem a essa consciência e que a sustenta. A consciência real está sujeita às constantes transformações porque a ordem do cotidiano, muitas vezes, obstrui uma visão mais abrangente de conjunto.

A consciência de classe possível revela a verdadeira natureza da classe, ou seja, a ideologia que dá coerência, sustento e união aos indivíduos em torno de um projeto comum. A consciência possível revela os verdadeiros objetivos das classes sociais e o seu projeto histórico, no entanto, devido às contingências do momento, pode dar lugar à consciência real. O afastamento da consciência possível é provisório, já que, quando as relações e os conflitos interclasses se intensificam, a consciência possível se revela. Poderíamos afirmar que a consciência possível é a essência e a consciência real é a contingência, por isso, interpretações sociológicas tradicionais se perdem da essência da classe social por não apresentarem profundidade suficiente para captar a verdadeira natureza e objetivo de determinada visão do mundo.

Logo, na interpretação das produções culturais, a profundidade da pesquisa deve partir da consciência real, mas ultrapassá-la, permitindo o entendimento dos meandros do pensamento e da sua verdadeira natureza, a consciência possível.

1.3 Estruturas significativas e o papel das “palavras chaves”

Em *Dialética e Cultura*, Goldmann (1976) esclarece a importância da apreensão da estrutura significativa. No estudo das obras, segundo o autor, é importante separar o que é acidental - passagens que apareçam por contingência ou que tenham duração e/ou relevância momentânea – do que é imprescindível – componentes indispensáveis da significação, da forma e da coerência interna da obra. Para Goldmann, o historiador que se debruça sobre um conjunto de textos, se choca com duas dificuldades principais:

- a) como distinguir o que em cada um desses escritos é essencial, isto é, o que faz parte da estrutura coerente, do que é secundário, isto é, do que se encontra na obra por uma das inúmeras razões que não a da necessidade interna;
- b) mesmo supondo – com o que não concordamos – que um estudo imanente do texto possa chegar a separar, por métodos intuitivos, os elementos essenciais dos elementos secundários, ainda permanece de pé o problema não menos difícil do seccionamento no interior desses elementos essenciais, entre os que pertencem à mesma estrutura significativa ou a estruturas significativas aparentadas, e os elementos também eles essenciais, pertencentes a estruturas mais ou menos diferentes das primeiras (GOLDMANN, 1976, p. 99).

O mesmo autor destaca a impossibilidade de negligenciar as estruturas intermediárias:

Quanto à estrutura intermediária, constituída pela biografia e a psicologia do filósofo, do artista ou do escritor, se não se poderia absolutamente eliminar por antecipação, ela no momento só pode constituir um instrumento secundário de pesquisa a empregar com muita desconfiança e com o máximo de espírito crítico (GOLDMANN, 1967, p. 103).

Mas insiste que somente a estrutura significativa pode compor um estudo coerente em torno das produções culturais. Dois princípios gerais aparecem então como regentes do desenvolvimento da pesquisa:

- a) todo fato humano se insere num certo número de estruturas significativas globais cuja evidenciação é só o que permite conhecer sua natureza e sua significação objetivas.
- b) Para seccionar, na realidade, um conjunto de fatos que constituem tal estrutura significativa, e para separar no dado empírico bruto o essencial do accidental, é indispensável inserir êsses fatos ainda mal conhecidos numa outra estrutura mais ampla que os abarca [...], sem jamais esquecer, porém, que os conhecimentos provisórios que se têm dos fatos dos quais se partiu são – precisamente na medida em que constituem um elemento da estrutura mais ampla – um dos pontos de apoio mais importante para deduzir esta última (GOLDMANN, 1967, p. 101).

A construção da estrutura significativa corresponde à tarefa primordial de juntar os elementos indispensáveis à composição da essência do trabalho, associar esses elementos a estruturas mais amplas e revelar o significado de toda produção. Nessa tarefa, conforme destaca Bray (1999) é fundamental o uso da técnica das palavras chaves. Através desta técnica é possível perceber as “permanências” de palavras/expressões que revelam a linha de continuidade entre os diversos textos e os ligam a um tema central, compondo, dessa forma, a estrutura significativa da obra.

De posse dessas diretrizes gerais, pensamos que a investigação de uma determinada obra literária, artística ou filosófica pode ser feita de forma a valorizar as relações sociais que estruturam o mundo da produção e do pensamento, com suas especificidades.

A pesquisa que pretendemos desenvolver a respeito do pensamento integralista encontra-se na especificidade do desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil e a crise dos anos 1920 e 1930, em que as estruturas da produção, naquele momento, coincidiam com a proposta integralista. A ideologia autoritária, portanto, poderá revelar tanto as especificidades do capitalismo brasileiro como servir de subsídio para a compreensão das formas de produção das ideologias em estágios mais avançadas da crise do capitalismo atual.

Para compor esse trabalho, nos utilizamos da revisão bibliográfica de Plínio Salgado, associada às leituras da ciência geográfica, História, Filosofia e Sociologia. Das obras específicas do autor, destacam-se os livros e artigos de jornais, produzidos ao longo de sua vida, mas concentrados nas décadas de 1920 e 1930. Os livros conduzem a uma densidade maior de conteúdo do que os artigos, por comportarem ideias mais completas e acabadas, enquanto os artigos permitem uma visão mais dinâmica e atuante da ação do autor.

O trabalho constitui-se de uma análise qualitativa das diversas bibliografias levantadas e, portanto, procura revelar a essência do integralismo pliniano como ação autoritária no Brasil, em continuidade com os trabalhos produzidos nesta universidade.

Esclarecidas as questões metodológicas da pesquisa, adotaremos como arquitetura deste trabalho o seguinte modelo:

- 1) Investigação da vida do autor (capítulo 2);
- 2) Compreensão da obra e dos principais temas associados ao contexto e a dinâmica de classes no Brasil (capítulos 3, 4, 5 e 6); e
- 3) Apresentação das estruturas significativas do pensamento integralista pliniano (Estruturas significativas e considerações finais).

2. PLÍNIO SALGADO: O HOMEM NO ESPAÇO E NO TEMPO

As visões do mundo são representações de uma determinada realidade, produzidas pelo sujeito em sua dimensão transindividual, ou seja, o individual e o coletivo se combinam na elaboração de formas de pensamento, com preponderância da classe social como matriz básica das origens e desenvolvimento de concepções e visões de mundo (GOLDMANN, 1976).

Como representação social, a visão do mundo não se reduz a mero produto da luta de classes – é preciso entender as visões de mundo em seu movimento dialético, como determinada-determinante da longa marcha da história. Negar o equilíbrio da relação indivíduo-sociedade ou homem-meio na formação dos discursos e fazer pesar o lado objeto ou o lado sujeito na análise reduzem a possibilidade de explicação das condições geográficas do pensamento.

Ao restringir as visões do mundo à simples manifestação ou resultado mecânico das classes sociais, a pesquisa em Ciências Humanas torna-se descritiva e estática, ou seja, é preciso considerar a própria dinâmica das classes sociais e o papel que a consciência exerce sobre a existência e as transformações da sociedade ao longo das diversas fases do modo de produção capitalista. Nesse

sentido, a apreensão do caráter dialético aponta as trocas entre ideologia e classe social como um trânsito de mão dupla: a classe e a realidade social gestando as visões do mundo e as visões do mundo orientando as estratégias de luta de classe. Gramsci (1978) demonstra interesse especial nessa temática ao trabalhar com o conceito de intelectual orgânico, ou seja, o intelectual que nasce das entranhas da classe e que ocupa um papel fundamental na organização e na definição de suas ações. Ao afirmar que a função dos intelectuais orgânicos é dar à classe de onde emergiu homogeneidade e consciência da própria função econômica, política e social, está reafirmando, de forma incisiva, a relevância da consciência na composição e no fomento das diretrizes políticas dessa classe.

É a organização da consciência por parte dos intelectuais que garante homogeneidade suficiente para projetar novas ações na relação com os grupos sociais antagônicos. Dessa forma, a compreensão do indivíduo é relevante para o entendimento dos aspectos da vida social de um determinado período, principalmente se considerarmos sua centralidade e significação para a organização de classe. Nascida em contexto específico, a compreensão da Geografia de um determinado lugar e época são requisitos indispensáveis para a captação da essência mesma da classe e dos rumos que a dirigem e impulsionam para o futuro. O meio, em seu aspecto social e natural, é o ponto de partida para a compreensão do pensamento de Plínio Salgado.

Seu nascimento em 1895, em São Bento do Sapucaí, interior de São Paulo, já é um bom indicativo para a compreensão do que se tornaria Plínio Salgado e da sua representatividade para a formação de um pensamento político brasileiro. Obviamente ao local de nascimento de um determinado autor não pode ser imputada a determinação das formas de pensamento. No entanto, o isolamento da pequena cidade, associada à política dos governadores e a existência de práticas políticas locais como o coronelismo, desde cedo colaboraram para o que viria a ser o pensamento político de Plínio Salgado. O contexto e o seu envolvimento com as questões que abrangem o momento demonstram que Plínio Salgado foi um homem de seu tempo, principalmente no que tange à realidade de maior produção e agitação política: as décadas de 1920 e 1930. Segundo Pécault (1990), nesse período houve um movimento global no Brasil de transformação dos intelectuais em

agentes políticos, ou seja, como escritor, jornalista e literário, Plínio Salgado expressou a insatisfação com a condição imperante e propôs novos rumos para a nação, culminando com a ação política direta nas décadas posteriores.

A ancestralidade paterna de segunda geração advinha do avô migrado para o Brasil após divergências políticas com o rei de Portugal, D. Pedro IV. De formação humanista, após migrar para o Brasil, Manuel Esteves da Costa se tornara o homem mais rico de Caçapava-SP, portanto, influente também no meio político. Quanto à avó Mariana Cerqueira César, sabe-se do parentesco com o importante bandeirante Anhanguera, tantas vezes enaltecido por Plínio Salgado como herói difusor dos princípios morais nacionais. Dos avós maternos, Antonio Leite Cortez e Matilde Sofia Rennó, ambos professores da cidade de São Bento do Sapucaí, Plínio herdara, por intermédio da mãe, o gosto pelas artes, literatura e música.

Mas a influência mais direta sobre a formação de Plínio Salgado proveio da personalidade paterna – trata-se do apego e dedicação à ideologia da nacionalidade. Não é de estranhar tal influência já que seu pai, Francisco Esteves, foi uma figura representativa e poderosa na política local. O provincialismo da cidade⁵ e as funções de coronel e delegado, associados ao sucesso financeiro como comerciante e farmacêutico, garantiam-lhe tal privilégio. No âmbito político, Francisco Esteves coordenava o jogo em que lhe cabia representar os interesses de políticos de instâncias superiores, garantindo aos representantes estaduais e federais os votos para deputados e senadores. Plínio cresceu, portanto, em meio às agitadas relações entre o localismo e a política de instâncias superiores.

As histórias da Guerra do Paraguai e do Prata, os ídolos nacionais nelas envolvidos e a firme convicção sobre a tarefa fundamental de “ser brasileiro” foram as primeiras lições ensinadas e cobradas do filho – essas antecederam a escola e a compreensão das letras, espreitavam Plínio Salgado antes mesmo do nascimento. Também de seu pai herdou o temperamento conflituoso e intempestivo derivado da insatisfação com o mundo. Esse traço da personalidade de Francisco Esteves deve-se, sobretudo, à decepção política e às discórdias que a atuação política gerava no seio familiar, culminado, muitas vezes, com o abandono provisório das atividades

⁵ O censo de 2000 mostra uma população de 10.355 habitantes, sendo 44,68% na zona urbana e 55,2% na zona rural.

políticas e não raro o recolhimento a uma segunda casa que possuía na mesma cidade. Essa tendência à reclusão e ao retiro reflexivo são características que acompanharam a personalidade de Plínio Salgado e em muito colaboram para explicar a força que o mesmo teve para suportar períodos de isolamento forçados, como na época em que ficou asilado em Portugal, durante boa parte do governo de Vargas.

Quanto à educação formal, Plínio teve seus estudos interrompidos várias vezes: por falta de oportunidade típica da pequena cidade e por se tratar da época marcadamente seletiva em que a educação não universalizada e as faltas e transferências de professores eram comuns. Consequentemente, sua formação no ensino fundamental esteve mais vinculada ao empenho da mãe do que à cartilha da educação pública. Mas, os prejuízos gerados por um lado foram compensados de outro. O crescimento em um meio político e culturalmente agitado, com o pai político e a mãe professora, deixou como maior legado a autonomia e a liberdade para mobilizar diversos recursos em direção a uma formação literária, artística e filosófica.

Quando frequentava a escola, destacava-se de tal forma que aos 12 anos foi encaminhado a um internato em Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, a fim de cursar o segundo grau. Tudo se encaminhava para a continuidade da vida acadêmica e a conclusão de um futuro curso superior, provavelmente na área de direito ou jornalismo, áreas pelas quais apresentava certa inclinação. Distante de casa e apenas em companhia dos colegas secundaristas dedicou-se suficientemente para se colocar como um dos melhores alunos da escola. Mas dois grandes entraves se interpuseram entre Plínio e a necessária tranquilidade para os estudos: a morte prematura do pai e a condição econômica da família.

Com apenas 16 anos, foi obrigado a abandonar o ensino secundário, a um ano e meio da conclusão, e retornar para casa, pois, como filho mais velho, deveria responder pela ajuda emocional e financeira das quais a mãe não poderia prescindir. Economicamente a família estava arrasada: pouco lhe restava dos bens após a doença do pai, e os ganhos reduzidos da mãe como professora não seriam suficiente para sustentar os irmãos e outros parentes dependentes da ajuda de Francisco. Plínio, ao voltar para casa, submeteu-se a vários tipos de trabalho: professor, agrimensor, inspetor escolar e até mesmo encarregado da defesa dos

réus primários da cidade. Tudo isso realizava sem abandonar o sonho de conclusão do segundo grau e a continuidade em nível superior. Essa oportunidade não tardou a acontecer.

Após a visita do senador Dino Bueno, que havia prometido a seu pai que ajudaria o filho na conclusão dos estudos, partiu para São Paulo, em 1913. A conclusão do secundário e o início do curso de direito no Largo do São Francisco pareciam se concretizar com o apoio financeiro concedido pelo referido senador. Mas a segunda decepção relacionada ao projeto de vida acadêmica de Plínio apareceria da forma mais inusitada. Menos de dois anos depois da chegada a São Paulo foi obrigado a retornar em socorro da mãe.

Dessa vez, Plínio sabia que deveria construir sua vida aí mesmo em São Bento do Sapucaí, tendo o autodidatismo como único caminho de orientação e formação. A rotina provinciana e as leituras filosóficas mais variadas logo receberam companhia do interesse pela política local e nacional. Nesse período, estava a pleno vapor a política dos governadores e não tardou para Plínio Salgado empreender programas relacionados à municipalização política, opondo-se oficialmente à política dos grandes estados através da criação do partido municipal de São Bento do Sapucaí em 1917. O partido municipalista defendia como maior proposta a centralização política e a descentralização administrativa.

Nessa época, pesava ainda a educação paterna e as preocupações advindas da Primeira Guerra Mundial. Plínio fundou, então, em diversas cidades “Tiros de Guerra” para arregimentar jovens para o Exército Brasileiro em apoio aos esforços de Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório e a Ruy Barbosa em sua campanha civilista. Também fundou, com seu primo, o jornal “Correio de São Bento”.

O ano de 1918 trazia em seu horizonte a possibilidade de uma vida melhor. No cenário internacional, chegava ao fim a Primeira Guerra Mundial e em São Bento do Sapucaí o casamento de Plínio com Maria Amélia concretizava a primeira etapa do que seria o início tranquilo de seu núcleo familiar. Um ano após seu casamento nascera sua filha Maria Amélia, no entanto, quinze dias depois sua esposa faleceu por complicações do parto e descaso médico. Uma nuvem escura acometeu Plínio; somado à morte da mulher, os conflitos políticos revelavam que ali definitivamente não era seu lugar.

No mesmo ano, parte para São Paulo levando apenas uma pequena quantia de dinheiro e grandes dúvidas sobre o futuro. Além das decepções sentimentais e políticas que teve em sua cidade natal, carregou as dúvidas filosóficas derivadas das mais variadas leituras. Nessa época, já havia estabelecido contato com diversos autores como Marx, Sorel, Lênin, Trotsky, Riazanov, Plekanov, Feurbach, Comte, Spencer e Haeckel (LOUREIRO, 2001).

Mas, em meio às leituras dos grandes mestres do pensamento político, filosófico e econômico, os escritos de Jackson de Figueiredo, líder leigo da Reação Católica brasileira, chamavam-lhe mais a atenção. As preocupações jacksonianas e as angústias de Plínio aproximavam-se. As respostas às próprias dúvidas e o estilo agressivo com que defendia a concepção espiritualista da história não demoraram a arrastar a atenção e o coração de Plínio. O intercâmbio intelectual entre Plínio Salgado e Jackson de Figueiredo esteve na origem das proposições integralistas plinianas da década de 1930. Pela proximidade entre Jackson de Figueiredo e Plínio Salgado, uma breve aproximação das matrizes teóricas do Integralismo pode ser feita.

Discussões acirradas se fazem em torno das origens do discurso integralista. Em capítulos posteriores, teremos a oportunidade de retomá-las e firmar nossa posição diante das diversas opções. No entanto, duas formulações podem ser antecipadas, por ocuparem praticamente a totalidade da questão. A primeira trata o Integralismo como resultado da realidade brasileira na década de 1930, período de transição social em que as diversas classes ainda não estavam consolidadas. Nesse contexto, o Estado autoritário propagado pelo Integralismo de Plínio Salgado preencheria o vazio deixado pela ausência de visões de mundo universais próprias de realidades não transitórias. Essa é a proposição de Lamounier (2006), estudioso significativo do pensamento autoritário nas décadas de 1920 e 1930. A outra interpretação postula que o fenômeno integralista seria uma cópia direta de uma realidade não pertencente à Geografia brasileira, nesse sentido constituiria uma ideologia de segundo grau (SCHWARZ, 2000).

Aqui, um adendo é importante e independe de uma visão conclusiva a respeito da natureza do Integralismo no Brasil: trata-se da influência que o pensamento de Jackson de Figueiredo exerceu sobre as elaborações plinianas. Sem

grandes riscos podemos localizar em Jackson de Figueiredo o rastro de pólvora que dispararia futuramente as ações integralistas de Plínio Salgado. Não que haja uma relação inextricável de matriz filosófica entre os dois, mas o sentido da ação panfletária e oportunista, unida à concepção espiritualista da realidade, aparece com clareza. Não se trata de entender o Integralismo como uma cópia das proposições católicas de Jackson de Figueiredo, e sim de atrelar as suas diretrizes gerais a um movimento maior, no qual o referido filósofo desenvolveu uma importante influência.

Diferente na origem, mas semelhante nos fins, o pensamento jacksoniano nasceu como reação católica às transformações trazidas pela Proclamação da República e a consequente perda de influência da Igreja Católica sobre o Estado laico republicano. Assim como Plínio Salgado, a constituição dos discursos jacksonianos se encontra no ponto de entroncamento das grandes transformações econômicas brasileiras no início do séc. XX. Abaixo, podemos comparar as linhas mestras gerais do pensamento dos dois autores a respeito dos principais problemas brasileiros.

[...] Immensa extensão de territorio, grande variedade de climas, população escassa e desigualmente distribuida, heterogeneidade ethnica da immigração estrangeira que repercutirá necessariamente numa heterogeneidade physiológica e psychológica de nosso povo, larga autonomia dos Estados – todos esses fatores são ou podem ser principio de divisão, elementos de discordia, germen de desagregamento (FIGUEIREDO, 1924, p.37).

Para Plínio Salgado, os problemas nacionais também derivavam do caráter individual e psicológico do homem:

- 1º) – Pelo egoísmo com que cada um procura resolver o seu próprio problema isoladamente, venturosamente;
- 2º) – pela incapacidade de esperar soluções definitivas conformando-se com soluções parciais que consultem mais imediatamente o seu egoísmo;
- 3º) – pela sua submissão absoluta ao Poder mais próximo que êle odeia intimamente e do qual discorda em segredo mas esperando sempre tirar desse Poder resultados práticos e utilitários;
- 4º) – pela preguiça que se conforma com os fatos consumados, e pelo comodismo, que aconselha acompanhar os poderosos, os ricos, os nomes feitos; êsse mesmo comodismo leva o brasileiro a seguir servilmente a homens e não idéias (SALGADO, 1955h, p. 162, grifo do autor)

As citações evidenciam uma similaridade essencial entre as visões do mundo e a base filosófica que comporá, posteriormente, o pensamento integralista pliniano. Definir as questões de caráter individual, as deficiências de educação e fatores morais como causas do desagregamento nacional ou territorial são constantes que fazem de Jackson de Figueiredo a grande inspiração católica e guia de Plínio Salgado em direção ao grande projeto político e à forma de atuação que assumiria. Concluimos então que ainda em São Bento do Sapucaí, apenas com os fragmentos das explosões políticas ocorridas no Rio de Janeiro e São Paulo e com leituras ainda prévias da realidade brasileira, a exemplo de Jackson de Figueiredo, os grandes caminhos da obra de Plínio Salgado já se abriam, a partir da (o):

- Concepção espiritualista da história;
- Crença no Estado como resposta aos problemas do país;
- Cristianismo como padrão moral das relações políticas e sociais;
- Revolução espiritual como ponto de partida para a revolução social.

Dessa forma, em 1919, as preocupações centrais de Plínio já pareciam definidas. Faltava-lhe, no entanto, a realidade mais efervescente para aplicar os conceitos aprendidos. O mergulho no contexto agitado de 1919 aconteceu por ocasião da vinda a São Paulo, quando desiludido da vida e distante da família, uma jornada nova deveria recomeçar. No plano pessoal, a solidão era difícil, mas viver na metrópole se fazia necessário. Onde buscar forças? Na formação que obtivera da família e na firme convicção de que era necessário e possível outro país. A abnegação pela construção política em detrimento de qualquer tipo de prazer momentâneo ou relaxamento físico e mental caracteriza os primeiros anos na nova cidade.

Como primeiro emprego, a suplência de revisor do jornal “O Correio Paulistano”, uma espécie de órgão oficial do Partido Republicano Paulista. A carência material era amenizada com um segundo emprego no jornal “A Gazeta”. A dificuldade financeira era compensada em parte pela comunhão de ideias e contatos políticos que humildemente estabelecia com os principais representantes do partido, inclusive com o próprio Washington Luís.

Durante dois anos viveu de forma praticamente oculta em São Paulo, até que em 1921 uma oportunidade lhe foi dada. Após a publicação de um artigo sobre política no Correio Paulistano, tornou-se redator do jornal, recebendo inclusive elogios de Washington Luís. Também conquistou um novo emprego no escritório de advocacia de Alfredo Egídio de Souza Aranha e, devido à habilidade e experiência anteriores na área do direito, obteve relativo sucesso e estabilidade no trabalho do qual decorreu maior tranquilidade material.

A grande produção e amadurecimento intelectual permitiram o conhecimento para se envolver em movimentos e ações de maior vulto, desde a criação de jornais e autoria de artigos até a participação na Semana da Arte Moderna, divisor de águas entre a simples contemplação da realidade brasileira e o início das ações políticas e públicas propriamente ditas, mesmo que pelo viés literário.

No período que se segue a 1922, permaneceu dividido entre a aceitação e a negação do modernismo, oscilando entre os ismos da Europa e a audácia de criar algo que julgava totalmente novo e original. A última posição predominou e começou a se concretizar na publicação do seu primeiro romance, “O Estrangeiro”. A produção do discurso “A Anta e o Curupira” (1926) e de outras obras como “Borrões de Verde-Amarelo” de Cassiano Ricardo e “Chuva de Pedras” de Menotti De Picchia, lançou-no para o centro do movimento Verde-Amarelo, que viria a romper com a ala Pau-Brasil, outro grupo modernista. Os ataques à ala Pau-Brasil assentavam-se no paradoxo que para Plínio Salgado oscilava entre aquilo que defendia (a cultura brasileira) e aquilo que praticava (a cópia dos estilos europeus). Enquanto o Modernismo permanecia no nível da retórica e ocupava a fenda deixada pela necessidade da verdadeira arte brasileira, Plínio defendia que

O Verde-amarelismo era o sentido realista da vida brasileira. Sem a influência francesa do “Pau Brasil” e da “Antropofagia” de Oswald de Andrade, sem o ufanismo de Afonso Celso, sem a eloquência do Canaan de Graça Aranha, sem o romantismo lamartiniano de Alencar, sem os exageros líricos de Golçalves Dias, o Verde-amarelismo ia às raízes da nacionalidade, não desprezando os elementos das diversas imigrações raciais, mas encarando e interpretando o Brasil segundo as suas condições naquele momento da vida nacional. Tinha um sentido, não apenas literário e artístico, mas social e político. Era o saldo positivo da Semana da Arte Moderna (LOUREIRO, 2001, p.145, grifo nosso).

Plínio Salgado e seus correligionários do movimento Verde-Amarelo também se opuseram ao restante do Modernismo porque, segundo eles, “a forma clássica e solene não correspondia à índole bárbara da Pátria nova, cuja fisionomia original era falseada pelos traços forasteiros com que a deformava a literatura vigente” (LOUREIRO, 2001, p.146).

Inicialmente, entre os membros do movimento Verde-Amarelo prevaleceu uma visão que atribuía um poder político exagerado à dimensão literária. Essa dimensão, segundo eles, possuía capacidade para descobrir um Brasil ainda escondido e revelar o “homem novo”, pesando aqui o mito da necessária descoberta da originalidade brasileira. O verdeamarelismo pensava com isso assumir o controle da reação literária contra o estrangeirismo. Mas não tardou para que a reação a tal pretensão surgisse.

O grupo Pau-Brasil lança assim o movimento Antropofagia, que respondia às críticas verde-amarelas através da valorização do elemento nacional a partir da negação e da morte da influência europeia. A partir daí, Plínio percebeu que o verdeamarelismo era um movimento de nacionalismo demasiado exterior e pictórico, procurando então o nacionalismo “interior” e “intuitivo”. A literatura não deveria apenas contar histórias interessantes, mas a vida mesma na comunhão íntima com a terra dentro da atmosfera nacional, no seu meio característico.

A constatação desse fato gerou, dentro da corrente Verde-Amarela, o movimento da Anta, de nacionalismo exacerbado, que representa a proposta do nacionalismo primitivo, elegendo como símbolo nacional a “anta”, além de vangloriar a língua indígena “tupi”. O livro de versos que inaugurou “A Anta” foi o de Raul Bopp, denominado “Cobra Norato”, do qual derivou “O Curupira e o Carão”, escrito por Plínio Salgado, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. Da Revolução da Anta nasceria mais tarde a Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.) e dessa, a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.). O traço comum entre a criação literária e a participação política de Plínio Salgado no cenário brasileiro pode ser evidenciado pelas preocupações com questionamentos universais.

O envolvimento nos problemas cotidianos que acompanham a sina de todo e qualquer homem não lhe tiraram o olhar do horizonte longínquo. As próprias condições de sobrevivência, a carestia, inclusive, de víveres em período de

aviltamento do conflito político e o empastelamento e proibição de circulação de jornais, não foram suficientes para confinar as suas preocupações aos problemas pessoais.

Preocupações estruturantes da ideologia nacional tematizaram toda a sua produção, desde pequenas cartas e artigos de jornais até as obras mais significativas e completas. A preocupação com o sentido histórico da marcha da humanidade e a relação entre os diversos indivíduos de uma mesma sociedade não se fizeram notar na superfície de suas análises, tomadas quase que totalmente pela procura de explicação da alma brasileira e do grande projeto nacional. Mas a fundo, a matéria-prima de sua composição de brasilidade estava intimamente unida ao sentido universal de homem, mesmo que transfigurado no homem brasileiro, submetido à ideia de pátria. Logo, sob o centro de temática nacional de sua obra nasceram temas como originalidade do povo brasileiro, classes sociais, concepção de Estado e de política, relações internacionais, sentido da linguagem, função da literatura, etc. Assim afirma:

Quando uma Nação está imersa no caos de todas as doutrinas, corroída por todas as incertezas, solapada por todos os regionalismos, por todos os personalismos e prejuízos, maldito seja o seu filho que coloque o respeito humano acima dos sagrados interesses da Pátria (LOUREIRO, 2001, p.175).

Como ativista de suas próprias ideias, originais ou parcialmente plagiadas de realidades distintas, a contemplação e a produção literárias logo se fizeram insuficientes. Tirar o Brasil da desordem estava na pauta do dia e a necessária ação clamava por uma nova ofensiva, a político-partidária. Cansado da monotonia das próprias ações, buscou outros horizontes que começaram a se estruturar pela porta que se abria para conhecer o Velho Mundo.

A oportunidade de viajar para a Europa e compreender outras realidades ocorreu quando já era deputado. A eleição para deputado por São Paulo ocorreu após a publicação de “O Estrangeiro”. Mesmo em período de carestia econômica em todo o Brasil, o agitado contexto político permitiu ao romance atingir níveis expressivos em toda a nação, especialmente em São Paulo e na capital. A popularidade de Plínio Salgado chegou aos meios políticos e civis. Demonstração clara do impacto de “O Estrangeiro” foi sua indicação por Júlio Prestes de

Albuquerque, presidente do referido estado, e a consequente eleição para deputado estadual por São Paulo em 1928.

Entre os anos de 1928 e 1930, sua atenção se volta diretamente para a compreensão da especificidade do país: primeiro, o conhecimento do seu interior e de todas suas regiões e, posteriormente, a viagem para a Europa. As viagens, como deputado, para os “sertões” longínquos do estado, e até do país, permitiram perceber a variedade da composição brasileira e as riquezas e potencialidades naturais. Quanto mais andava pelo interior brasileiro mais lhe aumentava o senso de brasilidade. A cartada final para a concretização do projeto integralista ocorreu através da viagem para a Europa em 1930. A viabilidade econômica para chegar à Europa e ao Oriente Médio ocorreu porque Plínio Salgado aceitou a função de preceptor do jovem Joaquim Carlos Egídio de Souza Aranha. Depois de seis meses voltou ao Brasil com o desejo incessante de defender uma nacionalidade brasileira, mas agora com outros métodos, já não suportava mais o apoio ao Partido Republicano Paulista (P.R.P.) e sabia que o futuro da nação não poderia depender da literatura.

Necessário se fazia transformar a teoria em ação e assim se fez com o livro “O Esperado”, escrito durante a viagem. O contato com os sistemas políticos de outros países lhe trouxe uma visão bastante autoritária da política internacional, inclusive a respeito da geopolítica da América Latina, como demonstra em carta escrita após o retorno ao Brasil:

Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o Nacionalismo, impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul: principalmente no Prata. Voltarei para combater esse combate cheio de entusiasmo. Nós precisamos mesmo reformar esse Brasil. (LOUREIRO, 2001, p.162).

Ao desembarcar no Brasil, a Revolução Liberal de 1930 já havia irrompido. Não se opôs totalmente ao novo governo (Getúlio Vargas), mesmo fazendo parte do P.R.P. (Partido Republicano Paulista), mas também não ocupou uma posição de apoio ao referido partido. Plínio foi habilidoso o suficiente para não queimar sua imagem política: para tanto estava ciente de que não poderia ocupar nenhum dos extremos do conflito enquanto não soubesse o verdadeiro vencedor. Oportunismo ou falta de convicção política? Provavelmente nenhuma das duas posições. O plano

que tinha para o futuro do país estava acima de qualquer ímpeto pontual. Por onde recomeçar? A sua importante participação literária no Modernismo, os artigos de jornais, os livros publicados e a própria participação no governo de São Paulo não havia sido satisfatórios. A arregimentação da intelectualidade lhe parecia o caminho mais próximo.

Cabe destacar aqui um dos traços importantes do projeto pliniano. Apesar de desembocar em um grande partido de massa, havia uma crença, como no próprio pensamento de Jackson de Figueiredo, de que a intelectualidade deveria conduzir os rumos da nação – um grupo seleto de homens naturalmente dotados de inteligência e bom senso capaz de conduzir o rebanho à salvação da nação. Nesse sentido, desempenhou papel importante a criação do jornal “A Razão” e da Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.), instituídos para unir a intelectualidade, bem como a criação da Divulgação Popular, braço do Integralismo para alcançar a popularização. Dessa forma, rompia com as antigas relações com a Velha República e partia para algo totalmente novo.

Em outubro de 1932, foi publicado o Manifesto Integralista em São Paulo – o movimento já contava com 142 participantes (LOUREIRO, 2001). Nascia assim o movimento integralista, designado como A.I.B. (Ação Integralista Brasileira), que se espalhou rapidamente pelo país. A A.I.B (Ação Integralista Brasileira), apesar de não ser designar apenas em sua função política, logo se tornou um partido de massa, ultrapassando um milhão de filiados. Na FIGURA 1 é possível perceber a expressão numérica do Integralismo através de um evento realizado na cidade de Blumenau em Santa Catarina, em 1935. Logo após a publicação do Manifesto Integralista, os desfiles dos adeptos do Integralismo se transformaram em grandes “acontecimentos” por diversas cidades de todo o território brasileiro. Pela dimensão desses eventos, é possível imaginar o impacto que causava na vida dos moradores das cidades por onde passavam. A organização dos desfiles realmente impressionava, em uma época em que as comunicações e o deslocamento das pessoas não eram tarefas das mais fáceis.

FIGURA 1- Desfile dos integralistas na cidade de Blumenau – SC



ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO, 1935a

Esse movimento, pautado em forte apelo popular, crescia de forma assombrosa de norte a sul, de leste a oeste. As preocupações do Integralismo abrangiam um conjunto de ações que variavam desde as ações de um partido comum até obras de caráter mais assistencialista. A pregação ideológica era completa, como indica o fragmento abaixo:

Foram criadas escolas de alfabetização para adultos e crianças, cursos profissionais, numerosos cursos de altos estudos relativos a assuntos nacionais e internacionais, direito trabalhista, educação moral e cívica, além da organização de bibliotecas. Plínio Salgado priorizou esse setor, pois acreditava que sem educação, educação integral, nada poderia ser feito, pois não basta ensinar a ler e escrever: era preciso a formação de cidadãos conscientes, que pudessem desenvolver, moral e civicamente, sua cidadania. Da educação dependia, realmente, o progresso e a prosperidade dos povos. Era preciso educar, para construir uma Nação soberana, forte e respeitada. E Plínio Salgado afirmava que todos os problemas se reduzem, afinal, ao da educação. Foram fundadas, também, creches em bairros periféricos e nas favelas, postos de saúde, ambulatórios, consultórios dentários, restaurantes populares, tudo obedecendo ao prescrito nos planos sociais da Ação Integralista Brasileira e implementado em todo o território nacional. Apareceram mais de cem

jornais, dos quais oito diários, revistas, livros, publicações diversas, disseminando a doutrina integralista, dos quais o órgão mais importante foi A Ofensiva, jornal editado no Rio de Janeiro, a partir de maio de 1934, com artigos diários de Plínio Salgado (LOUREIRO, 2001, p. 209, grifo do autor).

Proceder ao levantamento da abrangência do Integralismo não é tarefa fácil. Os problemas que Plínio Salgado teve com o Estado Novo, desde o fechamento da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) até a perseguição aos líderes do movimento, criaram dificuldades imensas quanto à conservação dos documentos e dos registros das ações integralistas. Nesse sentido, há de se destacar a importância do Arquivo Público Histórico Rio Claro, localizado na cidade de Rio Claro – SP. Apesar de todos os registros ou memoriais perdidos ou destruídos, ainda estão preservadas no referido arquivo importantes fotografias, cartas, artigos de jornal, materiais de campanha, bibliografias e outros materiais que permitem entender, mesmo que parcialmente, o percurso do movimento. Em trabalho de levantamento documental, Cavalari (1999, p.215) apresenta os nomes das escolas integralistas e as cidades em que foram fundadas. Em seguida (CAVALARI, 1999, p.221), indica os jornais integralistas e as cidades sedes. A título de espacialização do Integralismo, organizamos os dois mapas a seguir (FIGURA 2 e FIGURA 3) a partir dessas informações. Devemos destacar que o número, tanto de escolas como a de jornais poderia ser muito maior, mas, mesmo com carência de documentos oficiais, há de se destacar a amplitude de tal movimento pelo número levantado pela referida autora (noventa e seis escolas e cento e quinze jornais). Também chama a atenção a quantidade de estados atingida pelo Integralismo, dispersando-se além do eixo São Paulo - Rio de Janeiro – Minas, em período curto de existência do movimento.

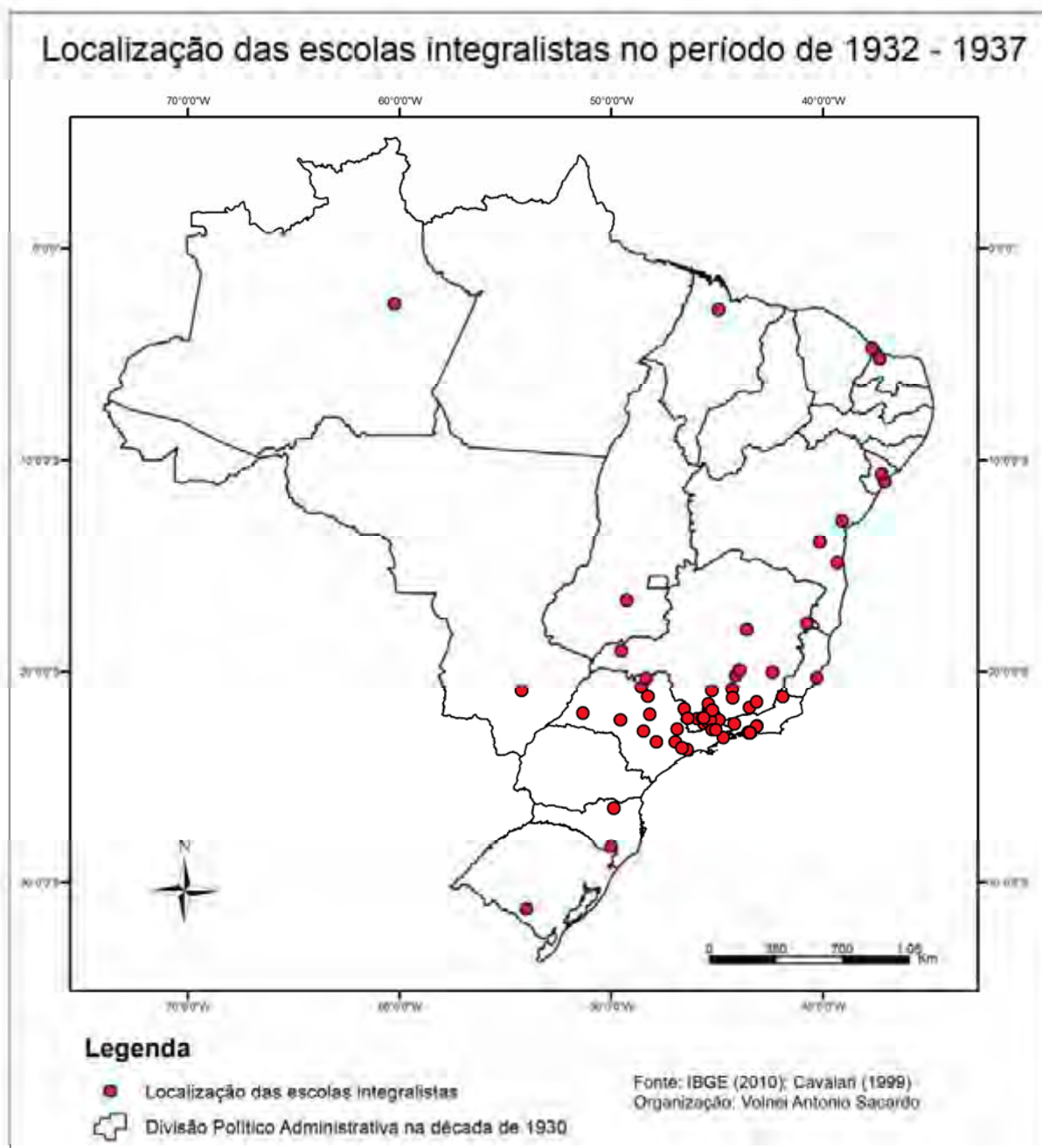
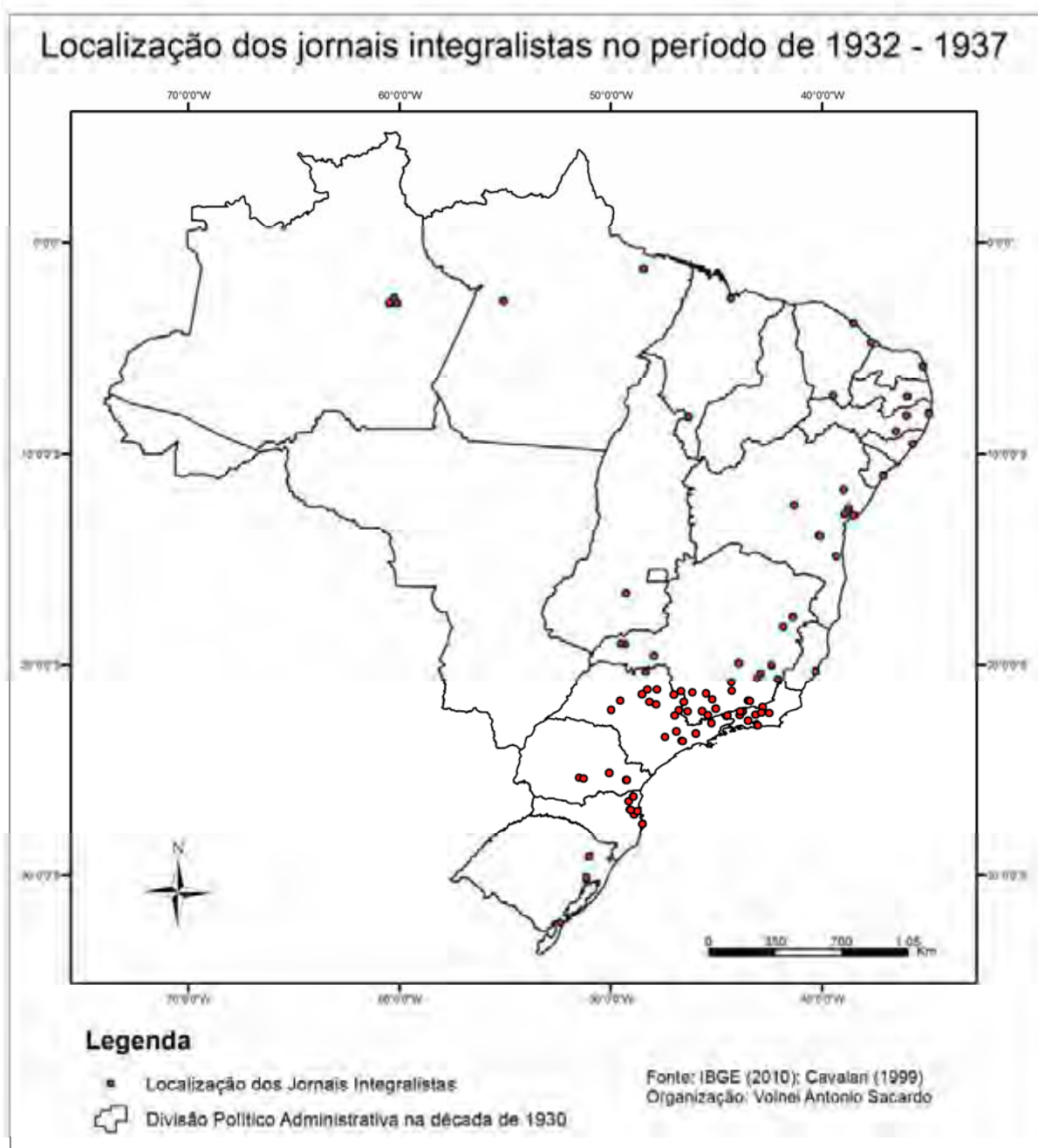
FIGURA 2 – Escolas integralistas (1932-1937)

FIGURA 3 – Jornais integralistas (1932-1937)

O plano de Plínio Salgado de popularizar o Integralismo incluía, além das diversas ações acima apontadas, a utilização de um rol de símbolos e emblemas que objetivavam divulgar e conquistar o maior número possível de adeptos. A partir das discussões, os principais membros da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) aceitaram a proposta do líder do partido para que fossem adotados o uniforme, o sigma, as cores e a saudação que compunham um arsenal completo de arregimentação ideológica. Negar a irmandade com os movimentos europeus, o nazismo e o fascismo, tornou-se uma das tarefas de Plínio Salgado. Seria contraditório para o próprio movimento proclamar a primazia do nacional e ao mesmo tempo adotar movimentos estrangeiros como referencial da ação política para o Integralismo brasileiro. De qualquer forma, proclamando ou não a originalidade de suas diretrizes, os símbolos adotados pelo movimento cumpriam um papel importante, principalmente na atração de imigrantes europeus e seus descendentes. Cidades e estados com maior presença de imigrantes europeus aceitavam e incorporavam com maior facilidade a doutrina integralista, como ocorreu em Rio Claro, em São Paulo e em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também na escolha dos símbolos, cores e a saudação havia a presença do elemento nacional, como o ANAUÊ, expressão retirada da língua tupi e que significa “você é meu irmão” e/ou “eis-me aqui”. Na FIGURA 4 destacamos o sigma, símbolo do Integralismo e que indica o total ou a somatória, vinculado ao programa de formação de um homem integral. Na FIGURA 5 destacamos o gesto de saudação Integralista, seguida da palavra ANAUÊ. A FIGURA 6 retrata Plínio Salgado com o uniforme integralista e na FIGURA 7 um panfleto de campanha utilizado em 1955 e que revela elementos nacionais como o índio e a ameaça comunista, representada pela mão que segura o punhal. A cor verde em destaque mostra o papel fundamental dos integralistas na defesa da nação.

FIGURA 4 – Delegação integralista fluminense em visita a Blumenau- SC



ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO, 1935b.

FIGURA 5 – Mulheres integralistas se saúdam na Praça da Sé – SP



ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO, [1935?].

FIGURA 6 – Plínio Salgado com o seu uniforme integralista



ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO, [1930?].

FIGURA 7 – Panfleto por ocasião das eleições de 1955



ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO, [1955?]

Em 1933, os símbolos foram adotados oficialmente e celebrados com um desfile pelo centro de São Paulo: 40 jovens ostentando a camisa verde - o efeito imediato foi a atenção da população. A indumentária, para alguns adeptos do Integralismo, chegou mesmo a atrapalhar os efeitos quanto à originalidade do movimento: segundo um dos principais articuladores do Integralismo, Roberto Simonsen, as associações entre o movimento e o Nazi-facismo se deu principalmente pelo uso do uniforme, o que teve uma repercussão estrondosa. Em maio de 1934, já aconteciam desfiles em São Paulo e Rio de Janeiro com mais de 10 mil integrantes e no seu auge de arregimentação, no final de 1935, chegou a contar com mais de um milhão de seguidores. As divulgações de fotografias em revistas e jornais dos líderes e membros com a camisa verde e o sigma na manga arrastavam também os corações e as mentes, mesmo que de forma inconsciente.

As eleições municipais de 1936 mostravam a influência do movimento. Nesse período já se contava 23 prefeitos e mais de 500 vereadores, somente nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Alagoas. Em todo o território nacional se contava mais de 300 mil votos. Quanto à adoção de tais estratégias de aliciamento ideológico, os debates entre os principais membros do partido se estenderam por um bom tempo, pois pairava a dúvida sobre os seus reais efeitos: a popularização pode ser entendida como força para o partido, mas também como perda de identidade da doutrina central.

Não demorou o recebimento de apoio da Reação Católica, coordenada após a morte de Jackson de Figueiredo por Tristão de Athayde, e o crescimento dos integralistas no poder, sobretudo nas eleições de 1936, dava a medida exata do que o partido representava naquele momento. Ainda no mesmo ano, dois acontecimentos se tornarão importantes para Plínio Salgado: o segundo casamento com Carmela Patti e o pedido do partido trabalhista para o cancelamento do registro da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira), sob o principal argumento da falta de democracia dentro do próprio partido. Diante de tal situação, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral negou o pedido de cancelamento, mas pediu algumas adequações da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) para ser plenamente reconhecida como partido democrático. A nova lei de Segurança Nacional, de 1935, previa que

Incorriam nos dispositivos da nova lei todos os que tentassem o recurso da força como meio de acesso ao poder, que estimulassem manifestações de indisciplina entre as forças armadas, que atentassem contra a vida das pessoas por motivos de ordem ideológica ou doutrinária e que tentassem executar planos de desorganização dos serviços urbanos e dos sistemas de abastecimento. A lei estabelecia sanções para jornais e emissoras de rádio que veiculassem matérias consideradas subversivas, previa a cassação de patentes de oficiais das forças armadas cujo comportamento fosse considerado incompatível com a disciplina militar e autorizava o chefe de polícia a fechar entidades sindicais suspeitas (KELLER, 2001, p. 4901).

A partir de então, Plínio Salgado convocou uma reunião com os dirigentes do partido para adequações internas e mudanças no próprio estatuto que permitissem a sobrevivência do mesmo na legalidade. Dentre as mudanças na organização interna do partido, chama atenção a mudança do Departamento Nacional de Milícia do Integralismo para o Departamento Nacional de Educação Moral e Cívica, numa tentativa de mascarar o perigo que esse departamento representava para o governo getulista, transformando o seu caráter ativista em caráter social. Mesmo assim, as ações de alguns estados levaram à proibição do Integralismo, numa espécie de anunciação do que aconteceria com o partido em âmbito nacional. O estado da Bahia, Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas e Paraná determinaram o fechamento das sedes integralistas e em alguns casos, como na Bahia, a prisão dos principais dirigentes do partido no estado.

Com ações que visavam se adaptar à Lei de Segurança Nacional, a A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) procurava se fortalecer para as eleições presidenciais de 1938, almejando a conquista da presidência da República. Apontado como candidato pela maioria dos membros do partido, Plínio Salgado se lançou em campanha após o plebiscito interno do partido realizado em 23 de maio de 1937. A campanha ficou centrada em torno do combate ao comunismo, em todo o país foram instalados, em menos de dois meses, mais de quatro mil comitês integralistas. A campanha de divulgação de Plínio Salgado lançou mão de estratégias modernas para a época, como documentários do partido, exibidos em sessões de cinema em locais públicos e propagandas de rádio.

Como a bandeira do Integralismo era o combate ao comunismo, não foram poucos os conflitos que aconteceram em todo o país, incidindo em vários números

de mortos e feridos. Como exemplo, podemos citar o atentado à bala contra Plínio Salgado, na Avenida Paulista, em desfile de 18 de junho de 1937 e o tiroteio que teve em Campos, no estado do Rio de Janeiro, que culminou com vários feridos e 13 mortos. A fim de reduzir os enfrentamentos entre comunistas e integralistas, o próprio uso da camisa verde e dos distintivos foram temporariamente suspensos.

Mas os eventos mais abrasivos se concentraram no final de 1937. Nessa ocasião, o General Góes Monteiro se utilizou de um documento solicitado por Plínio Salgado a Olímpio Mourão, Chefe do Serviço Secreto da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira). Esse plano simulava um golpe que seria dado pelos comunistas para tomar o poder. Mas, da forma como foi transmitida, a simulação elaborada por Olímpio Mourão se transformou em uma ameaça ao Estado e à sociedade brasileira, farsa que permitiu a Getúlio Vargas, sob desculpa da criação de um Estado forte para enfrentar o comunismo, dar o golpe de 1937 e instituir o Estado Novo.

A verdade sobre o golpe só veio à tona em 1945; Plínio Salgado confessou saber da farsa, não concordar com ela, mas não se pronunciar com o objetivo de preservar a instituição militar intacta. Inclusive, Plínio Salgado já tinha conhecimento da própria constituição estadonovista elaborada por Francisco Campos, que seria promulgada, destituindo os poderes democráticos. Vários foram os encontros com o Ministro da Justiça e também com Getúlio Vargas que lhe havia prometido a pasta da Educação após o golpe. Em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi fechado, à noite pelo rádio ocorreu a informação do Golpe de Estado e a promulgação da nova constituição, sob a farsa produzida pelo plano Cohen, como foi chamado.

A proibição dos partidos políticos foi inevitável. Sabendo do interesse de Getúlio Vargas em suprimi-los, Plínio tentou eliminar o caráter partidário do Integralismo, transformando-o em apenas mais uma das sociedades civis. O Golpe de Estado e a implantação da ditadura levaram, em 2 de dezembro de 1937, à dissolução de todos os partidos políticos e da própria A.I.B. (Ação Integralista Brasileira), através do artigo que proibia o funcionamento de sociedades civis com a mesma designação com que se haviam registrado como partidos políticos.

Mesmo com todos os pedidos de Plínio Salgado para não proibir a existência da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) e dos projetos sociais que desenvolvia, a legalidade da organização chegava ao fim. Plínio Salgado então se envolveu em

uma revolta malograda em 11 de março de 1938 que pretendia ocupar a radio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, e ali transmitir a ordem do início do levante contra Getúlio Vargas e o Estado Novo. Como resposta à tentativa, Getúlio Vargas iniciou uma perseguição implacável a Plínio Salgado e a outros integralistas, culminando em prisões e torturas. Plínio e os integralistas foram apontados como os principais responsáveis pelo levante.

Os jornais davam conta de noticiar Plínio Salgado como o principal articulador e mentor intelectual do golpe. Então a peregrinação se iniciou: as casas dos amigos, partidários e familiares constituíram a trajetória oculta de fuga da polícia de Getúlio Vargas. Após vários meses como fugitivo no próprio país foi preso, em 26 de janeiro de 1939. Essa foi a primeira prisão, que durou até 18 de fevereiro. Após 25 dias de prisão e a liberdade relativamente recente, Plínio sabia que não tardaria para ser preso novamente. A agitação política do período e a forma como foi acusado da tentativa de golpe diante de um governo ditador como o de Vargas teria uma consequência maior do que a simples prisão de 25 dias.

Dessa forma, em 29 de maio do mesmo ano, Plínio Salgado foi preso novamente. Vinte e três dias de prisão na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, marcaram seus últimos momentos no Brasil. Em 22 de junho de 1939, Plínio e Carmela rumaram para Portugal. Não somente eles, mas outros integralistas que estavam lá, passaram a depender da ajuda dos partidários e amigos que haviam permanecido no Brasil. A vida em Lisboa era cara e o contexto imediatamente posterior ao início do exílio, marcado pela II Guerra Mundial, foi responsável pelo aumento do custo de vida, já que afluíram para Portugal pessoas de diversas nacionalidades, transformando Lisboa em uma espécie de refúgio europeu durante o novo conflito.

Dos aprendizados durante o exílio, merece destaque o revigoramento teórico do pensamento de defesa do patriotismo e nacionalismo brasileiros. O afastamento do Brasil não o levou ao abandono do plano inicial de desenvolver uma doutrina do nacionalismo brasileiro, pelo contrário, o contato e o conhecimento do desenvolvimento da condição política interna do Brasil se mantiveram vivos pelo trato constante com políticos e intelectuais que encontrava em Portugal e as diversas correspondências com os correligionários que aqui haviam permanecido. A

chama doutrinária do Integralismo permanecia acesa e o combustível que mantinha a coerência espiritualista estava do outro lado do oceano.

Mesmo de Lisboa escrevia para orientar a ação e a política dos integralistas sobre estratégias diante da política nacional e internacional. O manifesto por ele escrito em setembro de 1941, dirigido aos seus companheiros de Integralismo, pregava a união, o esquecimento mútuo dos agravos ou divergências, a animação e o desejo firme de defender a pátria em quaisquer circunstâncias. Plínio Salgado reafirmava a importância dos integralistas não se envolverem em agitações políticas que pudessem comprometer ainda mais a imagem de sua doutrina diante da nação, já que havia sido acusado de golpes e de ações que julgava não ter nenhuma responsabilidade.

Do ponto de vista pessoal, a própria saúde estava comprometida devido aos impactos das mudanças climáticas e às perturbações que o exílio por si só lhe causavam. As constantes injeções, intervenções médicas e as complicações com as condições respiratórias obrigavam-no a migrar com sua esposa por diversas cidades, como Lisboa, Abrunhosa e Mangualde à procura de melhores condições climáticas e de hotéis ou pousadas que lhe exigissem menores dispêndios econômicos. Em meio às atribulações, conseguiu enriquecer o seu repertório intelectual com grande dedicação à visita de pontos históricos e turísticos, além da dedicação à redação do livro “A Vida de Jesus”, obra publicada com sucesso no meio português.

O caráter espiritualista de suas preocupações concentrava-se na crença de que os males se originavam na falta de consciência nacional, porque se existiam no Brasil notáveis culturas individuais e uma já considerável e vasta disseminação de conhecimentos científicos e literários, não existia, porém, “cultura nacional”, quer dizer, conceito de vida, consciência histórica, ritmo uniforme de espírito coletivo. “Sim, somos um povo criança, concluía Plínio” (LOUREIRO, 2001). Dessa forma, seus manifestos revelam algumas contradições, próprias de suas dubiedades internas. Ao mesmo tempo em que orientava seus correligionários para a manutenção da ordem e da discricção diante do ditador Vargas, dividia-se entre a agitação de contraposição que o momento lhe exigia e o apoio a algumas políticas isoladas do ditador.

Diante de situações diversas no espírito e nas condições econômicas, as viagens, os jantares com os amigos brasileiros, o sucesso de “A Vida de Jesus” e o reconhecimento que passou a receber da intelectualidade portuguesa, através de conferências e palestras, nutriam o desejo de voltar ao Brasil e continuar a sua empreitada obstinada pelo futuro da nação. Na verdade, através da análise de seus escritos, é difícil precisar se a sua preocupação maior pendia para a defesa do nacionalismo ou para o combate ao comunismo. Claro que, para ele, essas duas políticas permaneciam como carne e unha de uma mesma situação, mas uma terceira característica do pensamento integralista é o combate ao avanço do liberalismo e das liberdades individuais.

No entanto, a especulação financeira e a ação da burguesia nesse período não chegam a tomar proporção se quer semelhante a das que manifesta em relação ao comunismo. Para ele, o comunismo era o inimigo a ser combatido por representar o maior risco ao nacionalismo, por isso o integralismo não foi totalmente alijado do governo e do país, mantendo-se principalmente pela função salutar que poderia desenvolver no combate à organização da classe trabalhadora, interesse máximo de Vargas.

Com o acirramento das dificuldades de contato com os correligionários do Brasil devido à Guerra, crescia a angústia de Plínio Salgado em relação àquilo que chamava de avanço comunista. As orientações de esquerda para ele pertenciam às pretensões imperialistas mais ameaçadoras do stalinismo infiltrante e dissimulado, sendo um inimigo invisível difícil de combater por se tratar de uma propriedade do espírito, impossível de ser localizado e combatido fisicamente. Somente a ação saneadora da pregação patriótica poderia lhe fazer frente; essa foi a sua maior pretensão geopolítica: defender a nação dos inimigos internos mais ferozes e argutos do que os externos.

Achava Plínio que o perigo que apresentavam outras nações ambiciosas era um perigo que se localizava facilmente, portanto simples de combater, pois seus agentes traíam-se pelos traços fisionômicos, pela língua que falavam, em suma, pela nacionalidade a que pertenciam; seria fácil vigiá-los, surpreendê-los, circunscrevê-los. Mas o comunismo? Qual a sua fisionomia étnica? Não tinha. Qual a língua que falava? Todas. Como agia? Em toda parte. Ele não era uma colônia que se identifica: era uma seita que se dissimula e a tal ponto se dissimula que muitas vezes finge combater-se a si próprio! Era uma doença social gravíssima, de uma contagiosidade

sutil e rápida; uma doença de fundo psíquico no indivíduo, cuja fisionomia íntima deforma, e de caráter epidêmico no soar as horas agudas das crises políticas em que se quebram as defesas orgânicas da sociedade (LOUREIRO, 2001, p. 357).

A forma como caracteriza o comunismo revela a marca fundamental da ideologia pliniana: a sobreposição do espírito à realidade material. Para Plínio, a especulação e as variações eram sustentadas por uma forte e sólida coerência. Considerava a natureza humana tão má, que para se alcançar o estágio de humanidade o homem necessitava submeter-se a uma disciplina moral, possível somente a partir da ligação inextricável com o meio nacional. Por isso o comunismo se constituía em um estágio de espírito que somente a doutrinação e a educação poderiam combater. Movido pela crença de que um grande projeto de pregação patriótica deveria ser desenvolvido no Brasil, suportou a decepção com a política, que lhe condenara ao exílio, e com as pessoas, que não reconheciam o seu trabalho em prol da nação.

Em relação à política brasileira, percebeu que o Integralismo se tornara instrumento nas mãos da burguesia e principalmente nas de Vargas, visto que se constituía em poderosa arma contra o comunismo, o prejuízo deste significava o benefício daquela. Por esse motivo, planejava que a partir de então o Integralismo deveria ser uma doutrina e não mais um partido. Sua ação no Brasil deveria ser puramente doutrinária, para formar homens dignos, espiritualizados, capazes de amar e bem servir a pátria. O Integralismo não era uma política, mas uma doutrina, uma organização de estudos, uma fábrica de brasileiros esclarecidos e dignos.

Quanto às pessoas, residia em seu coração grande mágoa pela falta de reconhecimento dos brasileiros e das instituições de seu próprio país, a quem pensava proteger pela blindagem proporcionada pelas ideias nacionalistas. Os familiares estavam dispersos pelas próprias condições do exílio, os amigos mais próximos escondiam os laços com o autor em função do medo de ser associado a um criminoso político e os portugueses, depois de sete anos de contato direto, pareciam valorizar mais a sua ação como intelectual e homem das letras do que os próprios conterrâneos. E Plínio citava um exemplo: havia recebido cartas de todos os bispos de Portugal sobre o sucesso do “A Vida de Jesus”. Queixando-se da falta de respeito, perguntava-se a razão de uma ignorância total daqueles que moravam

do outro lado do oceano. Os últimos dias em Portugal foram atormentados por esse saldo: o balanço do exílio lhe martelava o coração e a consciência com a força da decepção e do esmorecimento que anunciava lhe acometer.

Porém, o retorno para o Brasil lhe prometia surpresas, decorrentes principalmente do revigoramento da postura política após a concessão do aval por Plínio para a criação do P.R.P. (Partido de Representação Popular), em 26 de setembro de 1945. Já no final do exílio e da ditadura Vargas, Raimundo Padilha e outros integralistas fundaram o referido partido, ou seja, a versão partidária do Integralismo, tendo como presidente provisório da agremiação Adauto de Alencar Fernandes. Devido à criação do partido, Plínio lançou o manifesto de junho de 1945 tentando separar as duas ações, a política e a doutrinária, como tentativa de preservar os princípios morais do Integralismo, mesmo com seu uso num mundo depravado como o da política. A separação das instâncias política e doutrinária gerou polêmica, pois, para muitos correligionários, parecia negar a própria estrutura do Integralismo, que trazia em seu núcleo a necessidade da ação política em todos os níveis das atividades cotidianas.

Finalmente em 18 de agosto de 1946, após mais de sete anos de exílio político em Portugal, Plínio e a esposa retornaram ao Brasil. Ao aportar no Rio de Janeiro, duas opções se ofereciam: dedicar-se somente à atividade doutrinária e intelectual com novas publicações ou o retorno à militância política. Entre uma e outra, optou pelas duas. O desejo de se retirar do cenário político esmoreceu diante da realidade brasileira. Assim, retornou rapidamente à política, com a qual conciliou a ação intelectual. Da primeira colecionou ainda uma candidatura à presidência e ao senado, além de quatro mandatos como deputado federal pelo estado do Paraná e de São Paulo. A ação intelectual lhe renderia diversas publicações e opiniões divididas sobre os méritos de suas obras. Em torno de todas as acusações a ele direcionadas, o que lhe preserva como opinião elogiosa por parte até dos inimigos mais radicais, é a forma incansável com que se dedicou à sua causa. Já em 27 de outubro de 1946, encabeçou a ação política, sendo eleito como presidente do Partido de Representação Popular pela II Convenção Nacional, e protagonizou a ação doutrinária e intelectual pela fundação da editora “Livreria Clássica Brasileira” e do jornal “Idade Nova”, ambos na cidade onde morava, Rio de Janeiro.

Diante de um quadro que julgava como expressivo da situação brasileira, principalmente preocupado com o avanço do comunismo nas escolas, Plínio procurou também arregimentar a juventude. Para tanto, criou o Departamento Estudantil, onde poderia continuar a sua obra educacional. As ações visavam principalmente associar estudantes do ensino superior e oferecer formação integralista de combate ao comunismo. O 1º Congresso Nacional dos Estudantes Populistas, realizado em Campinas, reuniu mais de 800 estudantes e a partir dele foram criados os Centros Culturais da Juventude, em 1952. Também como ato preparatório do 1º Congresso Nacional, foi elaborado o código de ética para os estudantes, impresso em número inicial de 1000 exemplares, que foram distribuídos entre os jovens estudantes brasileiros. Para o 1º Congresso, o Plano Geral das Teses:

[...] abrangia várias áreas do conhecimento, começando pela natureza da terra brasileira (vegetação, fauna, influência do clima, etc.), passando pelo problema da seca, suas consequências e busca de soluções; enfocando a etnografia e formação nacional, a economia e produção, a começar pelos ciclos históricos da produção agrícola e suas localizações; analisando os itens relativos ao trabalho, comunicações, educação, formação e diretrizes jurídicas, política e social; formação filosófica cultural, chegando à literatura e arte no Brasil (LOUREIRO, 2001, p.409, grifo do autor).

Plínio Salgado desenvolvia assim um rol de estudos nacionais, constituindo-se em conteúdo altamente histórico e geográfico, posteriormente presente no próprio estudo dessas disciplinas em escolas espalhadas por todo o país, demonstrando a semelhança dessas temáticas da década de 1950 com as que viriam ser desenvolvidas após 1964, tendendo para a formação moral e cívica do jovem.

Em escala internacional, envolveu-se nas Conversações Católicas Internacionais em San Sebastian (Espanha), que tentava rebater a declaração dos Direitos do Homem da ONU. A proposta dos católicos de incluir na declaração da ONU o conceito cristão de homem fracassou, mas Plínio teve um importante papel na elaboração do documento católico sobre a constituição da vida humana, atrelada à visão católica de semelhança e presente de Deus.

Em 1950, concorreu como candidato a senador pelo Rio Grande do Sul, chegando a 300.000 votos, quociente insuficiente à eleição. Nas eleições de 1955, como candidato à presidência, também não conseguiu se eleger, mas após a

eleição de Juscelino Kubitschek (J.K.), recebeu a direção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.) em troca do apoio político do Partido de Representação Popular (P.R.P.). Com J.K. tinha muita proximidade e amizade, conforme atestam as cartas e as narrativas dos encontros. Em outubro de 1958, o partido integralista lançou a sua candidatura à câmara Federal pelo Estado do Paraná, quando foi eleito para seu primeiro mandato, com cerca de 60.000 votos, assumindo a cadeira em fevereiro de 1959. Com o presidente estadista, partilhava a questão da necessária integração nacional.

[...] interpretava a mudança da capital da República como uma nova integração nacional: a primeira foi da conquista da terra, a integração territorial, que começou no reinado de D. João III e prosseguiu na obra dos bandeirantes que acometeram o leste do continente; a segunda foi a integração jurídica, realizada no Tratado de Madri por Alexandre de Gusmão em que se tomava posse definitiva da Terra; a terceira foi a integração política, que começou com a tomada de consciência da nacionalidade em 1750, e desabrochou, finalmente, na Proclamação da Independência do Brasil e através de todo o curso do Segundo Império. E, agora, encontrando-se a Nação em plena integração econômica, essas condições impunham, como nunca, a mudança da capital do país (LOUREIRO, 2001, p.439).

Em 1960, mudou-se para Brasília sabendo da história política que desenvolveria. Em outubro de 1962 foi reeleito deputado federal por São Paulo, ainda pelo Partido de Representação Popular (P.R.P.). Foi contrário ao governo de João Goulart por medo do espaço que dava aos comunistas, aliando-se à U.D.N. (União Democrática Nacional) contra as reformas de base de Jango.

Após o AI-2 (Ato Institucional nº 2) de 1965, devido à proibição do Partido de Representação Popular (P.R.P.), aliou-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Pela ARENA foi reeleito deputado por São Paulo em 1966. Em maio de 1970, Plínio Salgado, sempre coerente com sua doutrina, concordou com as ações empreendidas pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici de impor barreira à licenciosidade e ao “incentivo” à violência, através de medidas coercitivas. Isso porque, segundo ele, no governo Jango a degradação dos costumes atingiu os pontos mais altos, motivo pelo qual Plínio manifestou-se favorável à censura. Em 1974, já com 79 anos, discursou na câmara em tom de despedida, depois de 16 anos de atividade parlamentar. Em função de complicações de saúde preferiu retornar a São Paulo, onde morreria em dezembro de 1975.

Para alguns autores, melhor é não estudar o Integralismo, principalmente em função do desvario político que representava. Para outros, o movimento integralista é importante em sua dimensão acadêmica, como movimento essencial para entender a história da formação política nacional, valendo exclusivamente pelos efeitos no passado. Preferimos a compreensão do legado de Plínio Salgado em sua dinâmica histórica e atual: histórica porque contribui para revelar as origens da extrema direita brasileira, posterior ao período republicano, e, atual, porque o Integralismo não está morto. No desenvolvimento desta pesquisa, foi possível encontrar diversas correntes de pensamento que ainda defendem os princípios plinianos. Dentre eles podemos citar duas: a F.I.B. (Frente Integralista Brasileira), fundada em São Paulo em 2004, e a M.I.L-B (Movimento Integralista e Linearista Brasileiro).

A pequena expressão desses dois movimentos e de tantos outros que pretendem a ressurreição do pensamento pliniano não significa que o Integralismo morreu ou que tem pequena representação na constituição política do país, pelo contrário, mostra que as concepções do Integralismo diante dos grandes problemas que afligem a humanidade estão dispersos em diversos meios, desde organizações menores, como a instituição família, até as de expressão maior, como por exemplo, em organismos do Estado como o exército e as instituições de ensino.

Por isso, nossa posição diante dos grandes problemas da história nos impele a revelar esse pensamento diluído nos meandros dos discursos, como forma de revelar as posições ocultas, mas não inexistentes, nas diversas concepções de sociedade, mundo, homem, economia, etc. Plínio Salgado deixou um legado: a sistematização de uma cultura autoritária chamada de Integralismo, a face política do catolicismo, e da forma negadora da autonomia da sociedade e dos homens diante da história. Nesse sentido, conhecê-lo é a melhor forma de não colaborar com o fortalecimento dessa cultura, seja de forma explícita ou implícita.

No próximo capítulo, pretendemos analisar de forma mais detalhada a entrada de Plínio no cenário nacional a partir da produção e participação literária, esse caráter primeiro e provisório é fundamental para desenvolver os demais aspectos orientadores da ação integralista.

3. PLÍNIO SALGADO: A LITERATURA COMO INTRODUÇÃO DA PROBLEMÁTICA NACIONAL

Bichos do mato, macacos boca-negra e tucanos bicudos, suçuaranas, iraras, tamanduás e tatus, rôla-purungas das grotas, por que fugis ao tropel estrangeiro?

Coqueiros e samambaias, pitangas, fetos agrestes, perdemos o nosso estilo porque seguís com o caboclo itinerante, refugindo aos acampamentos onde o imigrado bateu a estaca!

Caboclos, arcas da aliança, plenas do espírito da terra, por que abalais, com vossos deuses, para a montanha?

A lara, de verdes cabelos compridos, teme o confronto com os penteados parisienses?

E o Saci deixa ao Pinóquio os becos do Brás e do Bom Retiro?

E o Caapora, por onde anda, com o seu cigarrão de palha, com seu garrafão de pinga, de sorte que nem dêle tem notícias a sociedade que fuma cigarrilhas egípcias e bebe cachaça inglesa de Johnny Walker, com gosto de cheiro de defunto?

A Mãe de Ouro é menos dadivosa do que o Papai Noel alemão?

O Boitatá sente pejo de acender o seu fogo diante dos arcos voltaicos da Light e não sabe que o seu fogo deveria iluminar todo o país?

Cantigas do sertão, embaladoras como os tantans dos monjolos, os gemidos violinados dos carros de bois e a lírica legenda do sabiá, eia! que estamos para deixar florir em nossos lábios as músicas

marinhas da Piedegrota e as cambaias canções do Moulin Rouge...
(SALGADO, 1956a, p.126).

Há tempo que a intelectualidade discute as questões de dependência do Brasil e do surgimento de movimentos como o Integralismo, que procurou elaborar um itinerário político-nacionalista para superar as condições geográficas e históricas de atraso e de dependência nacional. Também não é novidade atribuir ao “jogo colonial” e à forma como se estruturou a revolução burguesa no Brasil, o nascimento e a manutenção do país na condição heteronômica imposta pelo capitalismo central. Embora tal situação seja recorrente, recuperar a transição do século XIX para o XX é indispensável para entender a contiguidade da articulação centro-periferia nos moldes do capitalismo internacional.

A falta de coesão e autonomia nacionais durante o período colonial e neocolonial⁶ tem como centralidade dois níveis de explicação: o externo e o interno. O externo revela-se pela imposição de níveis de dependência sempre atrelados à vontade da metrópole, durante todo o processo colonial. Nesse aspecto, o papel secundário e dependente na Divisão Internacional do Trabalho impunha a submissão e a falta de originalidade em diversas esferas da vida social brasileira. Nascidas no campo econômico, tais condicionantes se alastravam para dimensões mais específicas da psicologia social, obstruindo a construção de um pensamento nacional, o desenvolvimento de uma política independente e, até mesmo, a manifestação da liberdade de imprensa e de literatura, tudo isso preso umbilicalmente ao modelo europeu.

No segundo momento, pós-independência, soma-se aos fatores históricos do colonialismo uma nova dimensão, relacionada ao nível interno. A ausência de uma esculpida revolução burguesa no Brasil, capaz de opor ao passado colonial dependente uma nova realidade de avanço pleno em direção à autonomia, contribuiu de forma definitiva para a manutenção material do controle externo, em que pesaram os arranjos políticos e a permanência de medidas autocráticas no trato

⁶ FERNANDES (1976) utiliza o termo neocolonialismo para caracterizar o limite da transição da economia colonial brasileira para a economia tipicamente capitalista. Segundo ele, o neocolonialismo brasileiro se refere às características de dependência do Brasil no período imediatamente posterior à independência em que se misturavam os traços da senil economia colonial com a nascente economia capitalista.

social. Inicialmente, a interposição de uma efetiva vida nacional se fez pela presença metropolitana. Posteriormente, diminuído o lastro colonial, juntou-se aos interesses externos, agora do capitalismo concorrencial, a ação das elites nacionais, incapazes de abandonar a sociedade estamental, patrimonialista e senhorial, privilegiada desde o período do império, da qual faziam parte.

Apesar da crítica generalizada sobre o verdadeiro alcance das revoluções burguesas clássicas da Europa, que, sob o espírito do liberalismo, haviam limitado a abrangência do direito econômico, criando um grupo de privilegiados de um lado e de indigentes de outro, não se pode ignorar o fato de que essas revoluções permitiram, ainda que sob os enlaces do limite da consciência burguesa, importantes avanços em direção à igualdade jurídica.

No Brasil, a revolução burguesa, gelatinosa e particularista, além de impedir o alcance da igualdade econômica (indo ao encontro do que se espera de qualquer revolução dessa natureza), não alcançou o progresso de outras conquistas próximas àqueles do velho continente. É fácil constatar a permanência do caráter autoritário, clientelista e elitista da nossa burguesia ao analisar fatos de envergadura importante, como a Abolição da Escravidão, que desempenhou um papel mais de prolongamento que de rompimento com o passado. Dos primeiros núcleos burgueses nascidos da conjugação dos esforços externos e do amortecimento empreendidos pelos setores tradicionais da economia brasileira associados aos imigrantes,

[...] é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos brancos e para os brancos: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1976, p.19).

É nesse sentido que “organizar-se como Nação” se colocava como necessidade e problema. Necessidade, porque era exigência básica do ímpeto comercial das oligarquias nacionais convertidas ao capitalismo, pretendentes da expansão do mercado interno e da manutenção da integridade territorial. Problema, porque a manutenção do autoritarismo e da dependência externa chocava-se com a criação da coesão nacional efetiva - é inimaginável aos escravos recém libertos e à

população excluída de todos os seus direitos se sentirem pertencentes voluntariamente a uma nação. A oposição entre a emergência da nação e a manutenção da autocracia no final do século XIX e início do XX, foi driblada pela nova elite nascida da "revolução conservadora", que para manter a forma autoritária da distribuição do poder, articulou a formação da nação de maneira profundamente artificial.

Enquanto a falta de coesão nacional da Monarquia era reforçada pela escravidão e pela força, abertamente declaradas, um novo mecanismo entrou em cena após a independência e durante os eventos políticos subsequentes: tratava-se da pregação patriótica. Mas como fazer a pregação patriótica em uma sociedade assentada na divisão social? Substituindo a contradição *exclusão social x orgulho patriótico* pelo enaltecimento do território. Assim a elite respondeu à indagação no início do séc. XX. Já que a revolução burguesa mostrou-se insuficiente para garantir ou ampliar a "cimentação social", pela manutenção da condição heteronômica e pela exclusão social, o orgulho em torno da extensão do país, a valorização de seus elementos naturais e a necessária manutenção da sua integridade elegeu o território como elemento central.

Só mesmo no mapa, Brasil, posso apanhar-te inteiro. Quando menino impressionavam-me teus rios e montanhas que eu fazia com lápis marrons como fileiras de carrapatos. E gostava de dizer que o maior rio do mundo era o teu, o nosso Amazonas; que a maior cachoeira do mundo era a de Paulo Afonso, - dez léguas de distância, que colosso! A gente escuta botando o ouvido no chão... Ficava triste porque não podia espichar o Itatiaia até a altura do Everest, ou pelo menos, dá-lo como uma montanha decente de seus quatro ou cinco mil metros... Sentia não termos um vulcãozinho, e consolava-me com a hipótese de que, em outros tempos, já houve um... O Niágara e o Mississipi ganharam minha grande antipatia, quando aprendi o volume de uma e a extensão do outro. Felizmente, tínhamos o Iguassu (SALGADO, 1954a, p. 12).

Dessa forma, ao escolher o território como pedra angular do sentimento nacional, mantinha-se intacta a estrutura de classes no Brasil, com uma elite disposta a existir como sócia menor do capitalismo internacional, desde que os privilégios internos não fossem comprometidos. Na verdade, a artificialidade do pensamento nacionalista nesse período se revela como blindagem à manutenção da dependência externa e à reprodução dos privilégios e das classes sociais, bem como representa a tentativa de paralisia dos movimentos nascidos de baixo, em um

ambiente de forte esquizofrenia e convulsão social, sob a égide do capitalismo nascente e retardado. É nesse contexto que diversos intelectuais martelaram a questão nacional – procurando a originalidade e a alma brasileira onde efetivamente não estava: nas características naturais do território.

Plínio Salgado, por sua vez, destacou-se a partir da década de 1930, como autor defensor do nacionalismo através da proposição do Integralismo. Para tal movimento, a resposta à problemática dos traços permanentes do capitalismo tardio brasileiro e da forte presença do autoritarismo não veio através de propostas de mudanças referentes à articulação da estrutura econômica do capitalismo dependente, muito menos como apoio às mudanças sociais. O Integralismo se estruturou em torno da superficial pregação da necessidade de transformações externas ao campo da economia.

Para Plínio Salgado, o próprio modo de produção e suas nuances eram ignorados como ponto de partida na análise da carência de um pensamento nacional. Quando aparecia, esse se fazia como uma consequência do desenvolvimento de outras categorias da vida social, marcadamente as referentes à formação das debilidades do espírito nacional brasileiro. Em termos de análise, sobrepor as características do espírito aos demais elementos sociais significa ignorar a materialidade da relação de classes como origem dos problemas aqui encontrados.

Ignorados os fatores materiais da dependência e de dominação típica do capitalismo extemporâneo, o criador do Integralismo começou a luta em prol do nacionalismo, empreendendo uma poda que manteve ilesas as raízes do problema, haja vista que a concepção espiritualista da história leva a esse tipo de problema, ou seja, à formação de uma ideologia específica. Mas tratar o problema de forma superficial e ideológica como fez o referido autor, não significou que seus efeitos foram superficiais. Pelo contrário, sobrepor o espírito à materialidade na condição da dependência estrutural brasileira e na divisão de classes, levou a consequências de cunho decisivo para o aparecimento do reacionarismo com reflexos práticos na esfera econômica, política e cultural. Segundo o próprio autor, o materialismo e o espiritualismo:

[...] lutaram sempre um contra o outro, em todos os tempos. Quando tem predominado o conceito materialista, o padrão das civilizações assenta sobre os valores materiais, isto é, são mais estimados, mais considerados e respeitados: os poderosos, os ricos, os audazes e astutos, enfim os que melhor atingiram as situações mais agradáveis e fortes, ao passo que se relegam para um plano inferior as expressões intelectuais e morais, nada valendo o pobre, o trabalhador honesto, porém não vitorioso, o artista, o criador de expressões espirituais. Tudo, para as civilizações materialistas, são o êxito e a fortuna, porque a vida se cinge ao máximo do conforto e do prazer (SALGADO, 1955a, p. 21).

A importância de entender a força do espiritualismo na análise pliniana advém do fato de que essa concepção arquitetou o movimento político criado posteriormente às suas manifestações no nível específico da intelectualidade. Aliás, as manifestações do integralismo passaram a ter certa repercussão nacional após comporem a pauta de mudança no cenário da literatura brasileira na década de 1920. Plínio foi uma voz atuante nas primeiras manifestações do modernismo em São Paulo. A primeira vez que o Integralismo deu as caras foi exatamente na publicação do romance escrito por Plínio Salgado em 1926, intitulado “O estrangeiro”. Por haver começado no movimento das letras, a manifestação do nacionalismo pliniano até o fim de sua obra tem uma relação inicial muito próxima com a literatura.

A revolução literária e artística de 1922 e 1923 teve o mérito de acender um chamejante espírito de rebeldia, com o qual iniciávamos a derrubada dos velhos cultores da forma, quebrando o ritmo do processo de estilo, e nos encorajávamos no sentido de quebrar também o ritmo político do país (SALGADO, 1955b, p.11).

A conjugação das preocupações nacionalistas com a criação de um pensamento nacional na literatura e as agitações típicas da década de 1920 na política fez do movimento lançado em 1922 um campo fértil e atrativo para Plínio Salgado lançar as sementes do que viria a ser o Integralismo brasileiro. Ora atraído pelos modernistas, ora repulsor de qualquer proximidade com o movimento, a verdade é que a relação de amor e ódio entre política e letras estruturou um dos capítulos fundamentais da história dos condicionantes geográficos do pensamento do autor. Dessa forma, ganha espaço neste trabalho a relação do pensamento do autor com as transformações das letras no período.

3.1 Literatura e Integralismo

É sabido que a literatura não se separa de outras dimensões da vida social. Numa visão materialista histórica e dialética, compõe o emaranhado jogo que nasce das visões do mundo estruturadas a partir das classes sociais. Dessa forma, as décadas de 1920 e 1930 encontravam-se no entroncamento de importantes transformações estruturais que resultaram em eventos e movimentos importantes na constituição de um pensamento literário brasileiro. Os acontecimentos da primeira década do séc. XX, a “Republicanização da República” (NAGLE, 174) – que decretava a transição da República Velha para o Estado Novo, os arranjos políticos em torno da produção de café, a Política dos Governadores, a industrialização nascente após a decadência da escravidão, somados às transformações decorrentes da Crise de 1929 e as influências do Pós-1ª Guerra Mundial - formaram as condições da agitação no campo das idéias. Para Bosi (1985), o conflito de ideologias no início do séc. XX suportava quatro visões do mundo principais:

- a) uma visão do mundo estática, quando não saudosista;
- b) uma ideologia liberal com traços anarcóides;
- c) um complexo mental pequeno-burguês, de classe média, oscilante entre o puro ressentimento e o reformismo;
- d) uma atitude revolucionária (BOSI, 1985, p.343).

Ainda para Bosi (1985, p. 343), “[...] o intelectual brasileiro dos anos 20 teve que definir-se em face desse quadro.” E qual o lugar do pensamento de Plínio Salgado nesse contexto? Como a produção e as concepções literárias do autor contribuíram para a formação de um pensamento político posterior? São perguntas que nos lançam em direção à sua própria produção e às considerações sobre a literatura como um todo. Partiremos aqui da análise de sua obra inaugural, “O Estrangeiro”, publicado em 1926. Segundo o próprio autor, essa publicação inaugurou sua trajetória política e, por isso, é reveladora de suas grandes preocupações em campos correlatos como política, projetos de educação e modelos econômicos.

A obra ocupa-se basicamente da trajetória de personagens que encontram nas questões típicas do momento, década de 1920, os elementos formadores da ficção. Há de se destacar entre eles a presença de um típico caboclo brasileiro, Zé

Candinho, representante do que seria o modelo ideal de tipo humano, com qualidades relacionadas diretamente a atributos psíquicos como coragem, discernimento e apego à terra. Ao protagonista Ivã coube o papel da síntese dos conflitos da imigração em contato com os elementos nacionais. De origem russa, era o tipo humano incorporado aos elementos nacionais, mas distante e cheio de dúvidas entre as marcas que trazia do país de origem, as condições que encontrava na cidade e a falta de apego às raízes brasileiras. As contradições de Ivã também podem ser complementadas pela riqueza material em contraposição às dúvidas e as fraquezas emocionais do autor. Primeiro como imigrante pobre e depois como rico industrial, sente diretamente as questões que ocupavam as cidades naquele momento, como o movimento operário, as greves e a relação com o antigo país, de onde ainda conservava o apego ao movimento comunista.

O personagem Humberto representava o imigrante que seguia o modelo ideal, na visão de Plínio, ou seja, o imigrante que se direcionava para o campo, seguindo o caminho desbravado pelo caboclo. A este imigrante, não cabia desmatar novas áreas e avançar autonomamente. O desbravamento era incumbência do bandeirante, parteiro de uma “nova terra”. Exclusividade de nosso herói nacional, o papel primordial era o enfrentamento dos obstáculos naturais, enquanto ao estrangeiro, o oportunismo e a exploração do trabalho dos locais.

Juvêncio, diretor da escola Reunidas, do interior de São Paulo, era o responsável pela pregação patriótica, declamava versos “verde-amarelos” e exaltava de cor as qualidades naturais da terra brasileira. Com os alunos perfilados como militares, dava demonstração de amor à bandeira e ao hino nacional. Afastado da cidade, responsável pela educação das novas gerações, exemplo da luta contra as influências e o artificialismo estrangeiro, o personagem revelava a preocupação do autor com o tipo de formação moral e com o papel da mesma na constituição de um espírito nacional.

Também havia, dentre outros personagens, o exemplo do intelectual afastado dos problemas reais da nação, do nacionalismo, representado pela imagem de Eugênio. A decadência das tradicionais famílias de fazendeiros de café ficava a cargo dos Pantojos, migrados para a cidade e nutridores naquele momento dos

novos cargos públicos. Também na ficção apareciam outros personagens como os imigrantes italianos em vários ambientes, como fábricas, cidades e sertão.

Mas a questão central gira em torno da presença infausta dos estrangeiros e do enaltecimento do tipo ideal de homem brasileiro. O diálogo que se segue é o resumo da atenção que o romance dava à imigração e revela as marcas do que constituía o nacionalismo para o autor, um nacionalismo que passava necessariamente pela questão da raça, da terra e da moral.

Ivã disse, olhando para os três:

- Sento-me hoje à mesa num país diferente. Ontem, jantei no Clube, no Brasil antigo. Ali, tudo o que há de novo é adventício; no fundo, há uma velhice deteriorada, um fim de raça doloroso, que agoniza sob os plafonds numa coletiva inconsciência de marasmo senil. Pantojo e Martiniano falavam insistentemente de mulheres; Floriano referia-se a antigos esplendores da fidalgia paulistana; e Lulu comentava com simpatia um livro baudelairiano, de assombrações e amôres doentios. Mas, aqui, estamos atores da Tragédia Nova. Sinto o Brasil, corpo e alma, palpitantes...

- Humberto é o Sangue, disse irônico Juvêncio.

- Sim, fez Ivã, o Sangue de todos os povos, que se modificará, rejuvenescerá em contato com a Terra. Assim como Eugênio é o Espírito, vivaz, inquieto, com a presteza da chapa fotográfica. Não uma chapa vulgar, de reprodução fielmente objetiva, mas uma chapa que revela, de fora para dentro, e de dentro para fora, exprimindo um instante do subconsciente do seu povo. Entretanto, Eugênio não perscruta... é que falta ao intelectual brasileiro o dom divinatório, que é a projeção cíclica dos gênios... [...]

- E Juvêncio, o jacobino, que será nisso tudo?

- Com certeza, se Eugênio é o Espírito e você o sangue, êle será o Coração. Uma linguagem, às vezes inconseqüente, brota de sua boca, na paixão nacionalista, quando oferece combate à "Dante Alighieri" e ao espírito de italianidade de Crispi e das arengas do Manfredini... Porém é o sentimento de Juvêncio – Coração do Brasil – que marcará o ritmo do sangue novo...

- Você, então, insinuou Juvêncio, será o ...

- Sou o Estrangeiro, completou Ivã. O vão decifrador de enigmas... Porque Humberto, apesar de italiano, não é um estrangeiro. O italiano traz para aqui uma fôrça de íntima coesão, que o mantém de pé e o faz aliado da terra. Eu, nada trouxe, senão a minha dúvida... (SALGADO, 1955c, p.254).

Três características podem ser depreendidas da passagem anterior: a) a comparação entre as nacionalidades de cada personagem com um órgão ou função do corpo humano; b) a tentativa malograda de afirmar a crença em certa comunhão dos povos que estavam no Brasil; e c) o papel da educação moral para a sobreposição do elemento nacional sobre o estrangeiro.

A imagem do corpo e do funcionamento cooperativo e interdependente dos seus órgãos aplicados à idéia de sociedade revela um interesse e uma concepção política bem definidos: a necessidade de cada setor da sociedade desempenhar uma função pré-determinada. A sacralização dos assuntos políticos como marca do elitismo e da exclusão de vários setores sociais, definidos como cumpridores de funções menos valorizadas e conseqüentemente vítimas de maior exploração, encontra na ideia de corpo a conformação e a aceitação da função menor, mascarada pela pregação da indispensabilidade ao bom funcionamento do organismo social, portanto, tão digna e importante ideologicamente como as demais. A conformação com a estratificação social e o caráter prejudicial do conflito social, por comprometer o bom funcionamento do corpo, revelam o quanto nefasta é essa concepção de organização social. Mas o diálogo extraído do romance de Plínio Salgado vai além, revela ainda o traço fundamental que é o predomínio do coração sobre outros órgãos ou funções do corpo. Não se trata de mero jogo metafórico, mas de um traço presente em toda a sua obra e ação política: o predomínio dos sentimentos sobre outros órgãos como o cérebro, o sangue e o espírito. O autor abominava qualquer uso mais sistematizado da razão ou dos movimentos sociais na organização da sociedade. Até poderiam existir, como aconteceu com a A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) e com manifestos que atingiram a intelectualidade, mas o ponto de partida para a criação de uma nacionalidade era o sentimento. Combate-se, assim, o racionalismo e a consciência de classe: “A greve é um resto de enfermidade dos velhos países de origem, de ombros curvados, sob o peso das fatalidades urbanas” (SALGADO, 1955c, p.162).

Tal análise se torna igualmente importante quando parte para a literatura. Somente autores que souberam abordar o sentimento nacional e elevá-lo à condição de núcleo central da obra são, na opinião dele, portadores de uma literatura verdadeiramente nacional e digna de mérito. Revela-se assim, ao contrário da

maioria dos intelectuais do período, a decepção para com o grupo dos “esclarecidos” que muito lia, mas pouco fazia pelo nacional.

No diálogo, também aparece uma tentativa do autor em pregar certa comunhão das raças no Brasil. Ivã, o imigrante russo que vivia na cidade, Humberto, o imigrante italiano embebido do interior do Brasil e Juvêncio, o grande pregador patriótico dos verdadeiros valores da terra jantavam e compartilhavam ideias. Os encontros entre os personagens narrados no romance insinuam certa harmonia, respeito e bom convívio, mascarando a concepção geral do autor sobre o relacionamento dessas raças. Na mesma obra desvelam-se os pontos que sustentam a trama reveladora da ojeriza aos estrangeiros: “A civilização estrangeira é uma toxina secretada pelo adventício, para anular todos os meios de defesa do organismo nacional, como o fenômeno biológico das invasões mortais das bactérias [...]” (SALGADO, 1955c, p. 327).

Ainda propunha, refletindo no personagem Juvêncio a própria imagem do autor do romance: “Pensava em recrutar um exército de tradições e instintos de terra, sonhos definidos de nação que já se esboçava, para construir com êles a viva muralha chinesa, que tornaria o Brasil intangível” (SALGADO, 1955c, p.127). Não é correto afirmar, no entanto, que Plínio propunha a eliminação total dos estrangeiros no Brasil. Para ele havia tipos de imigrantes que mereciam tratamento diferenciado. O estrangeiro que vinha para ocupar o interior do país, servindo principalmente para a agricultura e em contato com o tipo perfeito de caboclo poderia ser absorvido, sem exercer nenhum papel desagregador e contrastante com o destino pré-determinado do brasileiro. Novamente a fala é de Juvêncio, em relação aos italianos no Brasil: “Paciência e reação contínua. Êles serão absorvidos. É uma fatalidade que encontram nos próprios triunfos” (SALGADO, 1955c, p.87). Há, dessa forma, uma tolerância ao imigrante proveniente da Itália, já demonstrando certa inclinação àquele país, que mais tarde se revelaria com toda força pela possível imitação de certos aspectos do Integralismo pliniano em relação ao fascismo. “Porque Humberto, apesar de italiano, não é um estrangeiro. O italiano traz para aqui uma fôrça de íntima coesão, que o mantém de pé e o faz aliado da terra” (SALGADO, 1955c, p.255).

Quanto ao imigrante que permanecia na cidade, o tratamento se tornava xenófobo. Ao homem que atravessava o oceano, pesava a acusação de má índole, indisposição ao trabalho honesto, espírito agitador, baderneiro e portador do germe da destruição dos valores cristãos, familiares e nacionais: recaía a culpa de semeador do comunismo. O antídoto para combater as sementes comunistas aqui lançadas passava pela necessária escolha do melhor terreno, ou seja, aquele que possuía espécimes suficientemente fortes e com um sólido sistema radicular para se sobrepor ao exotismo da nova planta, que não poderia criar raízes e nem se reproduzir. Na dificuldade de se blindar a população brasileira das influências externas, já que a imigração era uma realidade no início do século XX e a educação nacional não funcionava, restava como alternativa o encaminhamento dos imigrantes para o interior do país.

Em contato com o caboclo, verdadeiro herói nacional, a semente comunista seria absorvida e sufocada pela espécie nativa. Todavia, se os traços imigrantes insistissem em se reproduzir, o fruto nascido do enxerto da rama estrangeira no tronco nacional demonstraria a força do chão brasileiro a ponto de tornar a nova produção mais reveladora da seiva do que dos traços residuais das plantas trazidas para cá. A cidade, pelo contrário, era chão fértil para o comunismo. A diversidade de idéias oriunda do cosmopolitismo e a falta de consciência nacional do tipo humano, exposto às mais diversas influências no litoral brasileiro, poderia inundar o país de devaneios comunistas e instituir a devassidão vermelha.

Dos personagens apresentados no trecho transcrito acima há de se destacar Juvêncio, o professor de uma escola no interior de São Paulo que, na busca do nacionalismo, goza de profunda admiração por parte do autor. Tratado como o coração da sociedade, dele dependia o bom funcionamento dos demais agentes sociais. Juvêncio representa as esperanças de Plínio Salgado na educação, o item “c” apontado acima. Mas que tipo de fundamento tem a educação para um autor que não acreditava na razão como mediadora das relações sociais e nem na defesa das mudanças sociais? É no mínimo difícil entender as escolas se voltarem para outros objetivos que não derivem da razão, que não tenham como base a divulgação dos avanços no campo da ciência e que não vislumbrem a transformação social. Claro que na história do Brasil, a educação serviu mais a objetivos externos a esses

campos, porém a forma declarada de construir esse projeto impressiona pelo atrevimento em afirmar com naturalidade e suposta seriedade propósitos tão particularistas.

A utilização da educação pública para objetivos do nacionalismo extremado é o centro da sua proposta. Desiludido com o papel da intelectualidade brasileira, seu plano para a educação é altamente moralista e autoritário. Moralista por servir muito mais ao ocultamento do conhecimento do que ao seu aprendizado. Nesse sentido, a educação deveria combater a importação das ideias, principalmente as teorias designadas pelo autor como materialistas, ou seja, que não estivessem ligadas diretamente à construção de um sentimento de nacionalidade. A derivação da oposição sentimento nacional versus educação materialista transmutava-se na censura à luta de classes ou a qualquer movimento de questionamento da ordem vigente, na defesa do catolicismo e no enaltecimento de nossas qualidades humanas e naturais. Na verdade, o objetivo maior era regradar o comportamento de forma que o programa contendo os elementos que não deveriam ser ensinados era mais extenso e importante que os itens que se deveria ensinar.

Criava-se assim uma anti-educação, ou seja, a utilização da escola voltada para a proibição e a censura. O ingrediente autoritário dessa concepção de função social do ensino público desvela-se através da privação dos educandos de sua própria autonomia. Decidir pela população o que não deveriam aprender, até mesmo por acreditar que não possuíam condições intelectuais e morais suficientes para conviver com aqueles conhecimentos, configura uma das formas mais cruéis de desumanização - o grosso da população transformado em simples recipiente e o provento do conteúdo, monopólio de um grupo de distintos portadores de natureza e função histórica diferenciadas.

Com esse panorama da obra inaugural da produção literária de Plínio Salgado é possível precisar, ainda que a certa distância, o lugar que ele ocupava dentro do quadro ideológico daquele período. A origem da visão do mundo e da consciência possível do autor será mais detalhadamente trabalhada em capítulos seguintes, mas alguns aspectos já podem ser abordados. É difícil precisar em quais dos quadros mentais do início do século XX o autor se encontra, já que combate a mentalidade revolucionária e liberal e não se identifica por completo com a visão

estática e saudosista. Pela oscilação que apresenta entre o puro ressentimento reclamante das mudanças em curso no Brasil e a exigência do reformismo necessário à superação de atraso, poderia ser enquadrado nos limites da consciência possível das classes médias.

No entanto, seu pensamento apresenta meandros e complexidades que a simples rotulação ou encaixe em um desses modelos não torna a explicação suficiente. Por ora, queremos destacar o traço fundamental que caracteriza a sua obra literária: *a temática nacionalista*. A constatação da dependência externa, a falta de autonomia e a necessidade de um projeto nacional eram traços comuns na leitura da realidade empreendida pelos intelectuais na década de 1920. E isso servia para os mais diversos campos: economia, literatura, política, educação, cultura e arte. Na literatura, um quadro semelhante de “rebeldia” com a dependência está em curso, sentimento iniciado com o rompimento com o romantismo pós-1822 e que se manifesta com igual intensidade pelo movimento modernista brasileiro. Para Candido (2000, p. 24),

Na literatura brasileira há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870), e o ainda chamado Modernismo [...] (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu.

3.2 Plínio Salgado e o Movimento Modernista

O Movimento Modernista iniciado em São Paulo com a Semana da Arte Moderna (1922) colocava em pauta alguns itens para serem discutidos e transformados. Alfredo Bosi (1985) chama a atenção para as manifestações pré-modernista ocorrida nas primeiras décadas do século XX. “Creio que se pode chamar pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vistos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural” (BOSI, 1985, p. 345). Dessa forma, a semana de 22 revela um contexto da época e não pode ser lançada na categoria de manifestação pontual. Já havia aí um esgotamento dos modelos literários trazidos da Europa devido, sobretudo, às transformações de ordem social, econômica e políticas. A 1ª Guerra Mundial, a 2ª

Revolução Industrial na Europa e a industrialização nascente no Brasil, com todas as conseqüências, permitiam e exigiam uma nova literatura. A Semana da arte Moderna, nessa perspectiva, apenas revelou em um evento as transformações que já estavam em curso com uma série de autores.

Não havia dúvidas quanto à existência do problema. Para Plínio Salgado, o nacional era a pedra angular do futuro cultural brasileiro e o Modernismo igualmente retoma:

[...] a indagação sobre o destino do homem e, sobretudo, do homem brasileiro. Na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização (CANDIDO, 2000, p. 126).

A idealização a que se refere Antonio Cândido pode ser demonstrada pela tentativa de cópia constante de modelos que vão desde a europeização do índio brasileiro até a negação da mestiçagem, o pessimismo diante do nosso clima e a elaboração de teorias como a da superioridade racial branca.

O Modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas deficiências supostas ou reais são reinterpretadas como superioridades. A filosofia cósmica e superficial, que alguns adotaram, nas pegadas de Graça Aranha, atribui um significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo é aqui belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem (CANDIDO, 2000, p. 127).

Poderíamos, então, caracterizar o início do movimento modernista no Brasil, pelo menos grosso modo, a partir de três características: o apelo ao rompimento com o passado literário do Brasil, a tentativa de desenvolver um movimento original/nacional, tratando dos problemas brasileiros e a adequação da literatura à nova realidade industrial, principalmente de São Paulo. O rompimento com o passado literário do Brasil ocorre, principalmente, através da rejeição ao Parnasianismo, ao Romantismo e ao Realismo como escolas a ditarem o modelo

das letras no Brasil, já que as regras rígidas, o sentimentalismo vago e o cientificismo haviam desabado após as transformações do início do século.

Para tanto, sugeriam um movimento brasileiro através do resgate da cultura nacional, tanto no campo temático, dos problemas brasileiros, como no campo estético, a partir da valorização dos traços da língua interna e do rompimento com as regras impostas pelo Parnasianismo. A industrialização de São Paulo exigia também uma nova compreensão do nacional porque lançava o Brasil, com todos os seus problemas sociais, em uma nova fase de desenvolvimento – a comparação com os países europeus era praticamente uma necessidade dessa nova situação.

As preocupações de Plínio Salgado revelavam-se, inicialmente, as mesmas dos autores modernistas. Por esse motivo, o autor enxergou nos próceres do modernismo a possibilidade de fortalecer o seu nascente projeto integralista, o que lhe permitiu certa notoriedade dentro do movimento inaugurado pela Semana da Arte Moderna de 1922. De fato, Plínio Salgado e os primeiros modernistas da fase heróica se aproximaram em função do diagnóstico da realidade brasileira: a dependência externa e o descompasso Brasil-mundo, mas essa semelhança não o levou necessariamente a compartilhar das soluções modernistas. Pelo contrário, distanciou-o do grupo inicial, criando cisões num primeiro momento, e abandono do movimento num segundo: nasciam assim ideologias diferentes para os mesmos impasses. É exclusivamente a carência do nacional como elemento definidor de uma nova vida social no Brasil que aproxima Plínio Salgado do movimento modernista. Logo as divergências se acentuam, bastam aparecer as verdadeiras intenções das diversas correntes do movimento.

Simultaneamente ao sucesso de venda de sua primeira obra literária, “O estrangeiro”, Plínio proferiu o discurso “A Anta e o Curupira” no qual já demonstrava insatisfação e diferenças em relação à ala majoritária do modernismo, do Movimento Pau-brasil (1924) e posteriormente o Movimento Antropofagia (1928). Como efetivação da acusação de abandono das causas nacionais mais profundas e da repetição de uma literatura banal e sem fundamento político, Plínio considera a fase literária do Integralismo como véspera do surto poderoso do movimento político da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.).

Foi nessa Grande Véspera que desencadeei dois movimentos preparatórios do movimento decisivo de 1932. O primeiro foi o verde-amarelismo. Éramos eu, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Mota Filho. O segundo foi chamado revolução da Anta, uma espécie de ala esquerda do verde-amarelismo, constituída por mim e Raul Bopp. [...] senti que o verde-amarelismo se estacionava num nacionalismo demasiadamente exterior e pictórico. Urgia um nacionalismo interior, intuitivo (SALGADO, 1955b, p.14, grifo do autor).

Plínio acreditava que a literatura teve uma importância transitória para a composição do movimento político, que, diferente do literário, transformou-se em um fenômeno gigantesco, agitador e revelador do cenário nacional.

O problema, em meados de 1926, era ainda da Arte. Penso que O Estrangeiro foi o movimento de transição. A sua forma exprime a influência da revolução literária, mas, no seu fundo, delineia-se a revolução política (SALGADO, 1955b, p.11, grifo do autor)

Pelas citações, pode-se concluir que o autor não via a literatura como caminho da transformação política nacional, ou pelo menos, já nos primeiros anos após o impulso literário revelou-se infértil para o cultivo de práticas políticas. Mesmo insuficiente, por que o movimento Verde-Amarelo e da Anta ocuparam tanta dedicação do autor? Por oferecer respostas através do campo espiritual e não materialista. Como afirmado no início do capítulo, a perspectiva espiritualista é limitadora do entendimento dos problemas reais. Logo, o campo da literatura aparenta uma resposta desvinculada da estrutura do mundo real, possibilitando a crítica do passado e do presente sem comprometer a estrutura determinante da vida social, ou seja, sem comprometer a estrutura de classe. Pelo menos esse era o entendimento do autor.

Apesar do interesse ideológico que a literatura despertou para o projeto espiritualista de Plínio Salgado, a interpretação da sua produção literária nos remete para um campo um tanto diferente daquele que se espera de um movimento artístico significativo e mais amplo. De um movimento literário, destacam-se as preocupações que tangem necessariamente os domínios linguísticos e estéticos, além de atenderem ao público, à forma e à beleza. As produções de Plínio não só passam à margem desse contexto como enfrentam ferozmente as proposições que os modernistas adotaram, principalmente quanto à racionalização, à forma e/ou estética e à finalidade da literatura.

As diferenças com os modernistas não demoraram a aparecer e Plínio sustenta a posição de contrariedade até os últimos escritos: “E como nada mais se parece com uma casa em ruínas do que uma casa em construção, o modernismo brasileiro, obedecendo a um imperioso construtivismo, oferece o aspecto babélico de coisa desorganizada (SALGADO, 1956b, p.36).

Primeiramente, o grupo Verde-Amarelo critica os modernistas do movimento Pau-Brasil justamente por repetir alguns vícios da literatura anterior, como, por exemplo, o mesmo rigor formal, abandonando a liberdade e a independência pregadas pelo próprio movimento. “A revolução literária de 1922, que trouxe o modernismo na poesia e na prosa, com raras exceções foi um movimento em tudo semelhante ao do parnasianismo, adstringindo-se a problemas exclusivos da forma. Não trouxe conteúdo espiritual profundo” (SALGADO, 1956c, p.339, grifo do autor). Comparar o movimento modernista ao Parnasianismo, conforme citado anteriormente, era encarado pelos próprios modernistas como uma forma espantosa de ataque, já que nas propostas iniciais do grupo um dos elementos centrais a ser combatido era o formalismo milimétrico em que se baseava o antigo modelo francês do Parnasianismo.

Ao construir um movimento de envergadura para a história da literatura, podemos concordar com a despreocupação com a forma e a estética, conforme deseja a proposta verde-amarela. Novamente, a fala é do personagem Juvêncio: “E tanto corrigiu pastéis e apanhou gatos, que acabou odiando os escritores exigentes que reclamavam vírgulas e crases. Escreveu, revoltado, poesias sem vírgulas, que foram condenadas pelos críticos” (SALGADO, 1955d, p. 64). No entanto, é impossível esvaziar qualquer produção literária dessas duas importantes categorias, porque, mesmo de forma involuntária, aparecem como condições intrínsecas à produção literária.

Mas Plínio Salgado procura descaracterizar a estética e a manifestação da linguagem, ou seja, admitir a possibilidade de centrar as atenções nesses aspectos é o mesmo que jogar o conteúdo para uma posição subalterna e sem importância. Não há, nesse contexto, a crença na produção da arte pela arte. “Não, reconvinha Juvêncio, a Arte deve ter uma função civilizadora; não pode ser apenas uma consequência do ambiente, mas uma força, nas mãos do Homem, dirigindo os

homens. [...] A arte pode ser a ditadura benéfica. Para tal, deve pesquisar e compreender” (SALGADO, 1955d, p. 254,). Vimos na descrição do diálogo de “O Estrangeiro” que mesmo em obras de ficção prevalece a temática nacional. Negar a beleza e a arte pela arte corresponde ao protagonismo que a mensagem nacional ocupa em suas produções e preocupações.

O mesmo êrro que leva os passadistas, os acadêmicos, humanistas, vassalos das bibliotecas, a se ambientarem nos cenários estranhos à sua época, leva o cosmopolita, indiferente ao “sentimento nacional”, ao mínimo de humanidade, pela pouca intensidade do contacto entre o ser e o ambiente e incompleta integração dos opostos. Situação falsa, que a dignidade humana repudia (SALGADO, 1955b, p. 35, grifo do autor).

A assertiva se torna mais clara quando aparece a sua concepção de originalidade brasileira. Entre as posições de pessimismo e otimismo em relação ao futuro do Brasil, pólos inversos de um mesmo problema, Plínio preferiu a segunda, relendo autores importantes como Alberto Tôrres e Euclides da Cunha, por quem nutria profunda admiração. A visão ufanista do Brasil pretendia evidenciar as grandes vantagens das terras e dos homens brasileiros. Rigorosamente o território mantinha o forte caboclo, que sentia a terra, o sol, o clima, as matas virgens, e manifestava essas qualidades através da matriz da raça e da língua. Está aí o que significa a essência do nacionalismo, a raça e a língua tupi. “Essa raça não desapareceu. Esses gritos de angústia da geração nova do Brasil devem provir das inúbias guerreiras que tinham ficado dormindo em nosso sangue, enquanto as gerações precedentes prolongavam a submissão do caboclo sob a influência dos dominadores” (SALGADO, 1955b, p.39). A língua, em sua união inexorável com a literatura, pode evidenciar melhor a sobreposição do conteúdo à forma:

A nossa língua tupi, não a devemos estudar mais com um senso gramatical, filológico, mas com um senso humano. O idioma, ou os idiomas falados pelos povos americanos pré-colombianos representam uma espécie de eucaristia; o homem comungando com a natureza. É sob este ponto de vista que devemos tomar os elementos verbais poli-sintéticos da língua dos nossos selvagens. Veremos desdobrar-se aos nossos olhos através de cada palavra, de cada raiz, tôda a alma do nosso índio (SALGADO, 1956d, p. 205).

A última citação evidencia a função instrumentalizante da literatura para Plínio Salgado. Queremos evidenciar com isso não a ausência de estética e forma na produção pretendida, mas o seu caráter fundamental: a funcionalidade política. Como afirma Vasconcellos (1979, p.86), “[...] não é o formalismo que caracteriza a concepção estética do verdeamarelismo ou do integralismo. Esse, ao contrário, traz uma concepção instrumentalizante do estético; a linguagem literária não serve senão para transmitir significado, uma ponte a serviço do nacionalismo ou de valores éticos e cívicos”. Somente após o desenrolar do movimento modernista é que Plínio percebe a escarpada diferença para com os demais modernistas. Não queremos afirmar que o modernismo da década de 1920 entendia a literatura como mera expressão do espírito. Entendemos as preocupações sociais do movimento liderado por Mário e Oswald de Andrade, no entanto, há de destacar que a literatura já representava para os últimos, uma forma de engajamento, enquanto para Plínio representava um itinerário passageiro para se chegar aos fins políticos, esses sim, separados e mais importantes do que a primeira.

A breve constatação do que pretendia na literatura nos remete à segunda diferença apontada pelo autor em relação ao Modernismo: trata-se do combate ao racionalismo do movimento. Em uma breve análise da história da literatura brasileira, publicada sob o título “A inquietação na literatura brasileira” (SALGADO, 1956C), o autor revela os critérios por ele utilizado para separar as obras dignas de valor e as vistas como inadequadas. Plínio Salgado enaltece o período colonial como o melhor momento da vida literária brasileira – a explicação novamente é nacionalista: corresponde ao período em que a vida espiritual brasileira gozava de maior independência, marcada pelo distanciamento de Portugal.

Na existência sedentária, decorrente da fixação de populações em torno das minas de ouro nas montanhas centrais, ou em redor dos primeiros núcleos de agricultura organizada, as famílias retornam ao convívio social onde renascem o culto das virtudes evangélicas e a prática religiosa. É o período que vai dos princípios aos meados do século XVIII e que deixou seus vestígios nas pedras trabalhadas das igrejas barrocas de Minas Gerais (SALGADO, 1956c, p. 266).

Na visão de Plínio Salgado, a promiscuidade da literatura brasileira se iniciou após a aproximação Brasil e Portugal com o consulado Marquês de Pombal e se efetivou com a Independência, da forma mais prejudicial possível – pelo combate à

religião e pela importação das idéias materialistas. “A poesia satânica tornou-se uma espécie de religião de desesperados e como no fundo ficava o inconformismo em face da interpretação materialista da vida, tinham os rapazes de socorrer-se dos mistérios literários oriundos da imaginação delirante dos poetas e prosadores” (SALGADO, 1956c, p. 277).

É marca indelével do pensamento nacionalista de extrema direita a rejeição à importação das idéias, principalmente quando dizem respeito à criação de qualquer movimento que venha a abalar antigos valores ou estruturas de dominação do presente, litificados com a saudosista e sempre necessária divisão social predominante no passado. O “novo” da década de 1920, ao mesmo tempo em que abria possibilidades para um futuro mais ordeiro e ideologicamente harmonioso, também assustava as correntes como a Verde-Amarela por ameaçar com transformações mais profundas, que pudessem revolver o chão podre da história e revelar as trágicas camadas sob as quais a maioria dos homens havia sido enterrada. Por isso, o materialismo correspondia às idéias que traziam em seu bojo os avanços dos direitos do homem: o racionalismo iluminista, a democracia da Revolução Francesa, mas, sobretudo, o ideal comunista dos movimentos operários da Europa.

A mocidade estudantil de São Paulo (que era ao tempo a Coimbra brasileira) vinha sendo trabalhada surdamente por misteriosos agentes corruptores, ligados às sociedades secretas européias, entre as quais a famosa Burschenschaft, originária do iluminismo alemão. Os estudantes paulistas, encharcados de literatura, entregavam-se aos mais estranhos costumes, dando vida real a todos os absurdos e fantasias dos poetas tenebrosos, alardeando libações de imaginários absintos em tascas lúgubres e convívios com fantasmas e esqueletos, para espantar burgueses pacatos e meninas pálidas (SALGADO, 1956c, p. 276).

A adjetivação pejorativa das idéias que representam algum risco de conflito social sobrepõe-se ao uso da razão na disputa por maior critério de validade. Satânico, conspiratório, tenebroso, delirante e desesperado compõem o vocabulário de Plínio Salgado para fortalecer os seus próprios argumentos contra teorias do Velho Mundo. É praticamente impossível encontrar uma análise ampla e que leve em consideração fatos reais e históricos para comprovar a teoria literária integralista. Como a vinda de ideias traz todo o racionalismo do século XIX e das teorias em

curso na Europa, a forma de combate é a busca de um critério de validade externo à razão, ou seja, o sentimento e o senso de finalidade são acionados como critério de verdade.

Daí criticar os elementos do passado do Realismo, mas buscando encontrar no Simbolismo qualidades nobres que correspondem principalmente à “mensagem religiosa”. “Os nossos romances realistas, misto da efabulação e da descritiva de Zola, mesclados de psicopatologia e principalmente da preocupação de um sexualismo pornográfico, eram, ao tempo, agentes poderosos de irreligiosidade e amoralismo” (SALGADO, 1956c, p. 295). O sentimentalismo e a finalidade que criam a arte deveriam corresponder ao que elabora a verdade nacional:

O Brasil possui, entretanto, uma unidade. Esta se localiza no sentimento nacional, não no plano da inteligência, pois, até o presente momento, ela não foi ainda disciplinada. Isto porque o país, do ponto de vista mental, caracteriza-se pela instabilidade, a dúvida, a confusão. O irracionalismo, que já se fazia notar no verdeamarelismo, aflora aqui plenamente: o fetichizado primado axiológico do sentimento sobre a razão. Nossa particularidade residiria numa unidade de ordem emocional que inutiliza as categorias nacionais. Pode-se, quando muito, intuí-la; compreendê-la, jamais! (VASCONCELLOS, 1979, p.72).

Para demonstrar a qualidade das obras da literatura e ao mesmo tempo refutar a maior parte dos grandes autores brasileiros ou obras de penetração nacional, Plínio Salgado avalia a temática, o senso de finalidade e a intensidade de sentimento verdadeiramente nacional que circulam nas produções. A busca desses elementos nas obras é revelada pela postura religiosa do escritor: a temática católica demonstra o amor à pátria, a Deus e à família. Nesse caso, a obra realiza a sua finalidade: unir os homens, manter a ordem e a integridade da nação. O defeito da produção literária, ao contrário, é revelado pela referência de conteúdo materialista, representado pela exclusão do apego religioso, uso exagerado da razão e divulgação da possibilidade de um mundo sem Deus. Os efeitos desse tipo de obra são devastadores: agitação social, sentimento de revolta, anarquia e desintegração nacional.

Nessa perspectiva, dentre os autores que conservam as grandes preocupações com o destino do homem e oferecem uma resposta espiritualista, destacam-se Fagundes Varela, Cruz e Souza, Emílio Menezes, Alberto de Oliveira,

Alberto Tôrres e Luís Delfino. Mesmo os parnasianos são elogiados pela temática, apesar de problemas em relação à formalização excessiva. De outro lado, predomina o ceticismo e os autores considerados prejudiciais à nação. Dentre eles figuram Eça de Queiroz, Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro, Raul Pompéia e Coelho Neto. Sobram críticas até mesmo para Machado de Assis, considerado pelo nosso autor como um bom escritor, já que possuía excelente técnica, mas mau autor, já que não tinha a religião como tônica principal de sua obra. Quanto a Euclides da Cunha, um dos autores preferidos de Plínio Salgado, para compensar a condenação da falta de espírito religioso e apego ao materialismo, ele recorre até mesmo às cartas do referido autor para justificar a existência oculta e velada do sentimento espiritual ligado a Deus. “Na sua literatura oficial não, entretanto, nas suas cartas particulares, Euclides revela-se um espiritualista [...] o que ele foi, sobretudo? Um homem do século, sofrendo o mal secreto da dúvida que corroia todos os da sua geração” (SALGADO, 1956c, p. 312).

A concepção espiritualista aplicada à literatura brasileira não surge com Plínio Salgado. A fonte onde várias correntes da direita⁷ beberam no fim do século XIX e início do XX se chama Raimundo de Farias Brito, filósofo nascido no Ceará em 1862 e atuante no Rio de Janeiro até sua morte em 1917. A importância desse autor se deve à posição relativamente afastada do materialismo e por unir a concepção espiritualista e finalista no campo da teoria política. “O conceito moral liga-se ao conceito de finalidade e se nos abstermos de considerar o para que, não podemos adotar uma orientação segura capaz de nortear a linha do nosso comportamento individual e social” (SALGADO, 1956c, p. 350). Pelo título da sua principal obra, “Finalidade do Mundo”, percebe-se o lastro do ideário do nosso autor, ou seja, a crença de que a arte tem uma função eminentemente política e espiritualista. Ao resumir a filosofia de Farias Brito, três verdades são destacadas, persistentes em toda a produção futura de Plínio Salgado, que versavam sobre a estrutura social, revelando a importância da base espiritual na organização da sociedade, em detrimento dos interesses particulares, tão comuns na Primeira República.

⁷ Os exemplos dessas principais correntes de pensamento são as defensoras do monarquismo, corporativismo e o próprio Integralismo.

1ª: que toda a sociedade desde o séc. XVI sofre muito mais do que sofria antes; 2ª: que este aumento da dor é devido à falta de convicção religiosa; 3ª: que a sociedade deve ser reformada em nome de um grande princípio religioso, proposto pela filosofia e não pelo critério de interesse (FIGUEIREDO, 1919, p. 17).

Para Plínio Salgado, a filosofia britoniana marcou a história da cultura letrada; criou um modelo, um rol de temas a serem tratados e definiu os propósitos que a intelectualidade deveria seguir. Através da análise das obras de Farias Brito, o criador do integralismo alicerçou a sua concepção de literatura e de realidade, principalmente nos fatores que tangem o predomínio da lógica formal no trato das questões relativas ao conhecimento e à análise dos principais fenômenos que permaneciam em evidência naquele período.

Nas produções britonianas, os autores militantes da direita do início do século, como os adeptos do Integralismo e do Catolicismo, encontraram coerência formal para fortalecer e divulgar, com embasamento teórico, as práticas recorrentes, mas ainda carentes de sistematização para parecerem justas e verdadeiras. A ideologia da negação do materialismo ganha contornos de legitimação e os problemas sociais passam a ser vistos por esses intelectuais como um processo natural. O desprezo pelo racionalismo, substituídos pelo sentimentalismo e a religiosidade se tornaram as marcas fundamentais desses grupos. Os elementos religiosos e sentimentais como categorias de análise criaram, a partir de então, uma blindagem teórica que minava e repelia qualquer entendimento estrutural da realidade em curso. À religião coube o papel de criar verdades eternas a partir de apriorismos dogmáticos que só poderiam figurar no campo da fé, mas que se tornaram poderosos argumentos contra a verdade dos fatos, à medida que limitavam o enfrentamento dos argumentos por justificar as diferenças sociais com explicações externas à razão.

O “sentimentalismo” na literatura contribuiu decisivamente com a perpetuação dos problemas sociais por penetrar em áreas profundamente estranhas à realidade humana e misturar numa mesma produção elementos superficiais do fato material com explicações míticas e moralizadas, que distorciam a visão da realidade, objetivo coevo para o Integralismo. “Às categorias mencionadas por Kant (espaço, tempo e causalidade) Farias Brito acrescenta o sentimento. É com essa arma que pretende

conquistar o subjetivo” (SALGADO, 1956c, p.344). Esses motivos se combinam para explicar a caracterização que Plínio Salgado faz dos autores brasileiros: a boa literatura gira em torno da religião e do sentimento, enquanto a má literatura exclui esses elementos e se entrega ao materialismo.

Após o rompimento efetivado pelo grupo Verde-Amarelo e Anta, os respingos da discussão “materialismo versus espiritualismo” na literatura atingem as outras alas do Modernismo, acusado duplamente por Plínio Salgado: primeiro, de praticar a arte pela arte, ou seja, de fazer uma literatura sem nenhuma finalidade colaboradora para o desenvolvimento do nacionalismo, e segundo, no limite, de se entregar ao materialismo, revelando inclusive a tendência comunista do Modernismo. Segundo Plínio: “São esses elementos que deturparam o significado da Semana de 22, levando vários escritores (inclusive Mário de Andrade) para o lado dos comunas, ou senão contra Deus e a Igreja. Aos comunistas cabe a responsabilidade do malogro do movimento modernista” (VASCONCELLOS, 1979, p. 110).

As diferenças em relação ao comunismo/materialismo não se referem apenas à prática política pretendida pelo Integralismo, mas revelam contradições agudas no entendimento dos problemas brasileiros. Para autores do modernismo como Mário de Andrade, revelar o Brasil significava mostrar as qualidades e as fraquezas nacionais. Essa era a intenção do personagem Macunaíma, portador de qualidades e de defeitos, metáfora do país cambaleante mergulhado em dificuldades e virtudes em pleno início do século XX. A perspectiva histórica para os modernistas em questão revelava a formação do país e apontava para uma espécie de descompasso entre Europa e Brasil. Nesse sentido, o desenvolvimento do país dependia da superação das condições históricas de atraso.

A discussão sobre a nossa história, tematizada em torno das oposições velho/novo, rural/urbano, monarquia/república, dependência/independência e Parnasianismo/Modernismo, no extremo, cingia os problemas da exploração capitalista brasileira. Dessa forma, a solução que surge aos modernistas, por mais ingênua ou exótica que possa parecer, triscava os problemas brasileiros numa perspectiva próxima da econômica e materialista, inimiga número um da concepção espiritualista. A história tornava-se assim um instrumento fundamental de análise

para revelar a manutenção do país na condição periférica e no planejamento para a superação dessa situação.

A mesma preocupação não ocorre com o literato e político Plínio Salgado. Como indicado anteriormente, o espiritualismo problematizava o país numa perspectiva moral e vazia de historicidade, ou seja, lançava os problemas da dependência e do atraso para uma dimensão separada das suas verdadeiras raízes. No entanto, já que o conflito entre materialismo e espiritualismo se fazia na arena teórica, era necessária uma resposta à análise dos modernistas mais progressistas, inclusive no campo próprio da economia. Algumas perguntas fundamentais, então, desafiavam os integralistas: como superar a história como categoria de análise e fugir das determinações materialistas? Que respostas o movimento verdeamarelo e, posteriormente, o Integralismo forneceram como alternativa ao pensamento de Mário de Andrade?

Essas perguntas levaram a duas soluções de Plínio Salgado no campo especulativo. A primeira resposta era inverter a história, substituindo o elemento novo pelo elemento velho. A inversão do tempo possibilitava tratar a Europa não como o mundo desenvolvido e moderno por ter sido o centro irradiador do capitalismo e ocupar papel privilegiado na Divisão Internacional do Trabalho, mas como mundo ultrapassado e debilitado, referenciado na metáfora do corpo velho, adoecido e moribundo. A sacralização da política e a imagem organicista da sociedade serviam bem a esse propósito. Ao contrário do Velho Mundo, o Brasil apresentava-se como país novo, rebento de uma nova civilização sadia e pura, plataforma para um futuro salvador da humanidade.

A denegação ao tempo por mais contraditória que pudesse parecer não significava a negação das tradições brasileiras, representadas, por exemplo, no catolicismo e na raça e língua tupi. Opostamente à primeira impressão, a concepção amalgamada da história permitia deslocar uma realidade típica do contexto do século XVI para pleno século XX sem incidir em maiores problemas de ordem gnosiológica. O resgate em plena década de 1920 da língua tupi como estruturante de expressões literárias e até mesmo da língua falada, o resgate do espírito corajoso e pioneiro dos bandeirantes do século XVII, bem como a conservação do caboclo no estado de ignorância da realidade social, apareciam como propostas extemporâneas

à realidade industrial brasileira e, na concepção espiritualista, não sofriam qualquer problema de descompasso ou de atualização. Frear a história, retornar ao passado e desacelerar as transformações encaixavam-se perfeitamente na concepção típica da oposição ao materialismo.

A segunda resposta proposta por Plínio Salgado, para não revelar os verdadeiros problemas brasileiros, como forma de combate ao comunismo e aos movimentos operários que estouraram na Europa e ameaçavam o Brasil, ocorreu pela substituição do fator histórico pelo fator espacial. É importante destacar que o espaço para Plínio era desprovido de historicidade e correspondia às características da natureza e do território. Dessa forma, já que a perspectiva histórica mostrava os nossos defeitos e os defeitos do capitalismo atrasado, o enaltecimento da nossa natureza e do nosso território mostrava apenas nossas qualidades. A ideologia geográfica consistia em sobrepor as qualidades do espaço brasileiro aos graves problemas que orbitavam em torno dos impasses históricos da falta de coesão nacional e da heteronomia econômica.

Os próprios elementos e tipos humanos defendidos e tão enaltificados por Plínio só aconteciam em função do meio. “Temos forçosamente, de nos submeter a um meio. Porque o homem, quer considerado sob o ponto de vista físico, quer sob o aspecto moral ou mental, só se manifesta como colisão do ser e do ambiente. É uma reação permanente entre subjetivo e objetivo” (SALGADO, 1955b, p. 34). O mito da origem do Brasil, por exemplo, tem a sua importância revelada pelo lugar onde aconteceu, já que o lugar não desempenha apenas o papel de cenário, mas é o protagonista dos acontecimentos. É possível, então, entender um dos pontos nevrálgicos da oposição do pensamento de Plínio Salgado e os verde-amarelos em relação aos modernistas da corrente andradiana: o regionalismo.

O mito geográfico e da comunhão entre homem e natureza, em uma proposição muito próxima ao determinismo ambiental, contribui para explicar o apego que os primeiros apresentavam em relação a algumas regiões, mais especificamente o estado de São Paulo. A justificativa para a defesa da paulistanização do Brasil ocorria, sobretudo, porque nessa área do país havia ocorrido o fenômeno mais importante para a nacionalidade brasileira, o mito integralista de criação do Brasil pela ação dos bandeirantes. Os bandeirantes, para

os verde-amarelos, eram espécies de heróis geográficos, homens impregnados de lugar e, portanto, de brasilidade, que transmitiam as lições mais importantes para a dinamização da formação integral da nacionalidade.

Quanto à regionalização, Mário de Andrade não a nega totalmente, mas revela algumas resistências. A principal crítica feita por Mário de Andrade se refere ao fato de que, na visão verde-amarela, o predomínio do regionalismo criava contradições internas na identidade brasileira além de mascarar as raízes históricas do nosso contexto. A valorização do folclore regional também é uma constante em Mário de Andrade, porém apenas como categoria de análise que deveria ser abstraída para encontrar no conjunto do Brasil a identidade cultural. A regionalização deveria funcionar como uma peça do mosaico nacional – isolada, a peça não compõe uma representação complexa de como é o país. Dessa forma, a regionalização impedia a visão de conjunto. O confronto entre as duas correntes resultou na criação de uma teoria, a teoria da “desgeografização”. Através dela, Mário de Andrade se reporta à forma pela qual, além da regionalização, mantinha-se a *unidade*, objeto último da pesquisa regional. O regional em si perde o sentido. A perspectiva de análise é extrair do singular os elementos capazes de informar o conjunto.

Essa breve interpretação da relação Plínio Salgado / literatura e, mais especificamente, a literatura modernista nos dá uma dimensão das questões gerais que surgem em sua obra e que ocuparam papel fundamental em sua atuação política futura. Também as primeiras décadas do século XX transparecem na temática literária com forte indicação das elaborações ideológicas em torno da projeção da nação e da necessidade de interpretar o Brasil. A Geografia Mitológica (para os ufanistas verde-amarelos) e a História (para o grupo de Mário de Andrade) se enfrentaram e demonstraram as filiações filosóficas vinculadas ao espiritualismo e ao materialismo. No resumo dos meandros do pensamento do jovem intelectual, a literatura ocupou um papel secundário: Plínio não se tornou um grande nome nesse campo da expressão cultural e as obras introdutórias têm mais importância para entendermos a agitação na área do conhecimento do início daquele século que pela validade literária intrínseca de seus escritos.

Dedicação integral à temática e à finalidade submetia as preocupações de ordem mais técnicas como estética, linguagem, coerência interna, enfim, qualidade da obra em si às preocupações políticas do autor. Portanto, a literatura e o movimento modernista para Plínio Salgado serviram como introdução da problemática nacional. A atuação do que se tornou, por definição, o movimento integralista e as condições geográficas que o gestaram podem ser mais bem interpretados a partir da busca pela fundamentação política do autor. Dessa forma, se a literatura é a introdução da temática nacional para o Integralismo, a política ocupa o papel de protagonista.

4. PLÍNIO SALGADO E O PROTAGONISMO DO ESTADO ORGÂNICO

4.1 A visão do mundo espiritualista como explicação do passado e o Integralismo Pliniano como efetivação do futuro

Para entender o pensamento político de Plínio Salgado é fundamental a compreensão da concepção espiritualista da história, da sociedade e do homem. É em oposição ao materialismo que tal pensamento se desenvolve. A dimensão religiosa e/ou mística espiritualista transparece com nitidez quando o autor procura justificar a finalidade e o conceito de homem. Para ele, o homem é dotado de corpo e alma, portanto, não deve ser apreendido apenas em sua dimensão temporal. Cabe à dimensão espiritual o elemento primordial de sua formação e evolução, já que o corpo é temporário e o espírito deve se aperfeiçoar em direção ao absoluto, que é Deus. A História perde o sentido materialista, torna-se interna ao homem e depende mais de estados e situações subjetivas do que dos fatos e das relações materiais. “A história é a crônica do desenvolvimento e da transformação do espírito dos povos numa aspiração de perfectibilidade” (SALGADO, 1955h, p.22).

A partir do momento em que a História perde a materialidade e se transforma numa dimensão subjetiva, psicológica ou espiritual, os desníveis econômicos, as diferenças entre pobres e ricos e as condições ligadas à existência

humana perdem sentido. A materialidade é jogada para níveis distantes em relação de importância aos fatores sobrenaturais. Aspectos essenciais do materialismo histórico como o trabalho e a própria ideia de liberdade são revestidas de uma dimensão subjetiva e de mística religiosa e católica. “[...] o reconhecimento da existência da alma imortal e do seu livre arbítrio realiza a ideia da liberdade humana em tão alto grau que logicamente se compreende a interferência dos direitos do espírito no desenvolvimento dos fenômenos sociais” (SALGADO, 1955p, p.381).

Sendo assim, a sociedade, na concepção espiritualista, precisa se submeter às dinâmicas sobrenaturais e místicas contidas nas regras do conceito religioso, definidas como certas ou erradas. A visão sobre a história e a humanidade pelo critério do espírito obedecem aos imperativos gerais do comportamento humano definidos pela relação entre a sociedade e o Absoluto. Esses critérios constituem a essência da visão do mundo espiritualista, ou seja, estruturam a compreensão de temas universais como homem, história, espaço, sociedade e natureza. Portanto, para evitar futuras confusões, é importante diferenciar espiritualismo de Integralismo. Apesar de utilizadas como concepções próximas e correlatas, praticamente inseparáveis, o espiritualismo existe como método de interpretação social, enquanto o Integralismo é a realização prática da aplicação desse método. O Integralismo existe como realização de uma sociedade compreendida pela instrumentação conceitual fornecida pelo espiritualismo. Assim como o materialismo histórico está para o comunismo, o espiritualismo, na concepção pliniana, está para o Integralismo.

O resultado da aplicação do método espiritualista por Plínio Salgado originou a divisão da História: a Primeira, a Segunda e a Terceira Humanidades. Dessa forma, a Primeira Humanidade durou das cavernas ao surgimento do politeísmo, a Segunda Humanidade do politeísmo ao monoteísmo e a Terceira Humanidade do monoteísmo ao ateísmo. Não é possível, então, buscar nos séculos ou nos acontecimentos explicações para essa subdivisão da História, ela nasce das condições do espírito. “A geografia espiritual não conhece medidas cronológicas, ignora o que significam os séculos. Dentro do mesmo tempo, mas nos diferentes espaços, há selvagens politeístas, populações de profundos sentimentos monoteístas e civilizações eminentemente ateístas” (SALGADO, 1955f, p.40). É o

critério de relação da sociedade com o Absoluto que regra a História e reivindica, a partir do espiritualismo, o surgimento de um nível mais elevado: o da Quarta Humanidade. Para o autor, a gravitação do homem em torno de Deus apresentou três diferenciações: a Primeira Humanidade, adição; a Segunda Humanidade, fusão e a Terceira Humanidade, desagregação. A sociedade pretendida por Plínio Salgado, a Quarta Humanidade, deveria marcar uma nova relação entre os homens e Deus, trata-se da humanidade de síntese, ou seja, a humanidade integral.

Por considerar todas as dimensões do homem sob o domínio do espírito, o Integralismo pliniano encontra na “revolução espiritual” a estratégia eficiente para o seu projeto planetário. A síntese entre todas as experiências do passado criou uma certeza irrefutável, espécie de dogma social: não é possível o desenvolvimento perfeito da sociedade sem Deus. Necessário se fazia, portanto, buscar o homem total e integral, representado em suas diversas dimensões. Nas colocações de Plínio Salgado, o Integralismo considera o homem biológico e o homem espiritual, ou seja, o homem em sua totalidade.

À primeira vista, essa concepção do homem em suas várias dimensões aparenta maior abrangência e ampliação do horizonte humanista. No entanto, é importante salientar que a busca pela síntese efetivamente não é sinônimo de equilíbrio entre as necessidades biológicas e psicológicas sob o termo espiritualismo: para o espiritualismo há o predomínio do subjetivo sobre o objetivo, da ideia sobre a matéria, do místico sobre o cético e do sentimento sobre a razão. É enganoso pensar que por pregar o predomínio da dimensão interna do homem em relação ao ambiente, a doutrinação integralista não atingia nevrálgicamente o mundo externo, ou seja, na sua dimensão material. O espírito tanto o atinge que sufoca as infra-estruturas da sociedade, de modo a transformar o homem em um mero meio de manifestação do tipo mais autoritário de moralismo e conservadorismo religioso e político.

O ataque ao modelo vigente de sociedade nas décadas de 1920 e 1930 e as manifestações de contraposição ao Integralismo, bem demonstravam o estrago social e quase patológico que a força dessa ideia pôde assumir em um meio em acelerada transformação. Aparece com nitidez quando se investigam as perseguições aos comunistas e as constantes tentativas políticas e de ação práticas,

isoladas ou articuladas, de cercear a liberdade e as diversidades de etnias e de pensamento, revestidas do véu altruísta e aparentemente benévolo dos princípios cristãos e religiosos.

Pode-se ainda incluir os efeitos psicológicos avassaladores de uma educação repressiva e negadora de conquistas humanas históricas, que isolava a criança de seus contextos etários e que também transformava a mulher em uma serviçal do lar, despossuída de capacidade e inteligência própria. Nessa perspectiva, as igualdades jurídicas e econômicas não figuravam na pauta integralista e as diferenças sociais eram defendidas em nome do progresso da alma. Os erros da humanidade originavam-se do livre arbítrio, a bíblia e as encíclicas papais constituíam as únicas fontes emanadoras de sabedoria.

Dessa forma, ancorado na crítica do materialismo, tanto liberal como comunista, o Integralismo, dimensão política da concepção espiritualista de Plínio Salgado, condena todo o desenvolvimento da humanidade em todas as dimensões, em especial a representada pelo século XIX (a Terceira Humanidade). Decorrente dos erros do passado, Plínio defendia em tom profético o desenvolvimento da Quarta Humanidade:

Em filosofia, a Terceira Humanidade adotou a palavra mágica evolução. Em política, adotou a palavra luta. E, assim, todo o espetáculo do mundo moderno é um espetáculo de embates de antagonismos inconciliáveis. No campo da economia, é a lei da concorrência, estabelecendo a luta comercial; a liberdade de contrato estabelecendo a luta de classe; na esfera da política interna é a lei do sufrágio, estabelecendo a luta dos partidos; nos domínios da política externa, é a lei do nacionalismo-econômico-militar, sem base ética, estabelecendo a luta de alfândegas e a luta surda das diplomacias hipócritas e das seções secretas dos estados-maiores dos exércitos (SALGADO, 1955f, p.76, grifo do autor).

Mas, se por um lado havia uma sociedade deteriorada tanto no tempo (passado e presente) como no espaço (antigo continente), há também uma proposta que enxerga um futuro possível a partir de uma “reserva de energia” guardada sob a tropicalidade brasileira. O Brasil nasce então como terra da originalidade e da força integralista pliniana. Aliás, uma marca importante dos intelectuais brasileiros nesse período era as posições extremadas quanto à identificação dos problemas nacionais e das possíveis soluções, pessimistas ou ufanistas. Plínio Salgado uniu as duas

posições: pessimismo em relação ao futuro sob a influência da continuidade da política nacional e ufanismo sob a égide da proposta integralista, pois encontrava adormecida na Geografia brasileira, as forças necessárias para a revolução espiritual.

4.2 Pessimismo, ufanismo e nacionalismo na doutrina integralista

Na síntese integralista pliniana, a preconização de uma crise humanitária é latente. Há um ar profético religioso que proclama o fim da humanidade, consumida por conflitos entre classes e nações e pela diluição dos valores morais, expressões daquilo que o Integralismo trata como materialismo. Nesse ideário, o materialismo é o sinônimo tanto do liberalismo como do marxismo, ou seja, são faces de uma mesma moeda. Para Plínio Salgado, tanto um quanto outro representa a época iniciada pelo Renascimento e diz respeito à emergência da burguesia e a fragmentação do homem, com predomínio da economia sobre as demais dimensões. Por conseguinte, os valores morais no período da Terceira Humanidade são relegados às condições opostas à determinação econômica, mantendo-se secundários e corroídos pelo avanço do capitalismo monopolista. A Idade Média representava o período mais próximo da sociedade ideal, em que a vida cotidiana não ocorria em separado da sobrenatural. As regras da religião aí se diluíam de tal forma nas relações sociais que Deus era início, meio e fim da existência. Em contraposição, o século XIX evidenciava o acúmulo das forças negativas e destruidoras pertencentes ao *homo economicus*, que além da vida moral destruía a filosofia, a ciência e a política espiritualista.

As crises econômicas multiplicam-se. A questão da libra em 1931 repercute como a falência de princípios financeiros que pareciam indestrutíveis. A Nep, na Rússia, desmoraliza, ao mesmo tempo, o comunismo e o liberalismo, fortalecendo a idéia do Estado, que paira sobre as ruínas da economia clássica e da economia marxista, inaugurando um regime faraônico de escravização do proletariado. Nos Estados Unidos, a N. R. A. investe contra velhos métodos que tremem nos alicerces, desde a queda ostensiva do dólar.

O estrondo das falências em massa; a ditadura imoral das bolsas; a tirania do câmbio; a agonia da produção cujo aparelho circulatório se esclerosou, perdendo a elasticidade; a angústia dos governos insolváveis; o problema do desemprego e da incapacidade de aquisição das massas consumidoras; a miséria que se multiplica -

tudo isso está mostrando o panorama trágico de uma civilização que morre... (SALGADO, 1955f, p. 61).

Em torno da falência da humanidade e de seus pressupostos filosóficos, o liberalismo e o marxismo figuram como os inimigos a serem combatidos, primeiro no campo das ideias e, posteriormente, nas relações sociais, como na política e na economia. O liberalismo era apontado como culpado pela vaidade e pelo individualismo que se sobrepõem aos sentimentos de fraternidade e de união entre as pessoas e as famílias; promotor da luta desenfreada entre homens e nações, que se curvam diante da opressão e passam por cima dos valores morais em nome de melhores posições no quadro econômico. Trocado em miúdos, tanto os indivíduos quanto as instituições abandonam princípios básicos do convívio social harmonioso e se entregam à concorrência desenfreada. A doutrina da livre concorrência penetra no espírito humano, transformando-o em mesquinho, egoísta e vaidoso, para quem a religião não tem mais importância. Torna-se, portanto, uma doutrina do ateísmo. Posteriormente, atinge as nações, o Estado, as instituições públicas, a família e a economia. Consequência imediata dos homens formados no espírito liberal são as diferenças sociais e a pobreza que só podem ser revertidas com mudanças no quadro dos valores humanos.

Para Plínio Salgado, o liberalismo e o marxismo revelam diferenças apenas superficiais: o marxismo trata-se de uma doutrina que se apresenta como alternativa à livre concorrência, mas, no significado espiritualista, possui a mesma origem que o liberalismo. Para o integralismo pliniano, o comunismo é representado pelo espírito violento dos homens. A doutrina marxista contamina de tal forma o espírito que logo se transfere para greves, motins, revoltas e golpes de Estado. Outra importante característica do comunismo, segundo Plínio Salgado, é a tentativa de submeter todas as pessoas a um governo único, a uma ditadura mundial que suprimi os traços específicos da relação do homem com o seu país.

Vale destacar que o método espiritualista atribui ao espírito humano a gênese de todos os males, refletidos posteriormente no quadro de desagregação social e institucional propriamente ditas. Essa identificação é importante porque serve para entender o movimento das possíveis superações da crise social apontados pelo

Integralismo: se os problemas nascem do espírito humano, também do espírito humano devem surgir as soluções.

As doutrinas liberal e marxista foram as duas grandes formas de pensamento que o Integralismo procurou combater. Necessário se fazia matar as duas no nível da teoria e da prática. Os integralistas se apressam, então, em criar uma ideologia bem estruturada internamente, que faça oposição à lógica do mercado e à lógica da planificação, estendendo-se, posteriormente, às ruas - desfiles, passeatas, congressos, reuniões e ações de perseguição aos movimentos opositores.

Questionamentos, no entanto, devem ser feitos: por que, para a doutrina espiritualista, a teoria não era suficiente para reverter o quadro liberal e marxista? Já que o espiritualismo é marcado pela sobreposição e independência da ideia, por que o Integralismo se converteu em força repressora e partidária, insatisfeito com a restrição ao campo subjetivo? A resposta nos é dada pela própria doutrina espiritualista: tal doutrina atribui uma força desproporcional ao exemplo da ação e à fraqueza do espírito humano, ou seja, crê que o espírito humano é vulnerável à penetração degradante do mal. Por isso, enquanto a revolução espiritual não acontecesse, o Integralismo deveria frear o avanço dos movimentos “materialistas”, sob alegação do efeito contaminador e da vulnerabilidade do espírito humano mal formado. Dessa forma, a A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) se espalhou não só como movimento intelectual, mas como ação político-partidária e assistencialista, principalmente entre 1932-1937.

Prosseguindo a obra construtiva, os integralistas fundaram nesse período mais de 4.000 núcleos de nacionalismo e propaganda doutrinária; puseram em funcionamento milhares de escolas de alfabetização, milhares de ambulatórios médicos, lactários, farmácias, campos de esporte, bibliotecas, cursos profissionais e outros serviços de benemerência. Fundaram mais de 100 jornais, dos quais 8 diários. Fundaram uma revista de cultura. Realizaram numerosos cursos de altos estudos relativos a assuntos nacionais ou universais (SALGADO, 1955g, p. 223).

Na época do fechamento dos partidos e organizações no Brasil, por ocasião da ditadura estadonovista, uma das formas de reivindicação para a manutenção do integralismo na legalidade foram as ações aparentemente não políticas, como o assistencialismo acima descrito. Tal fato bem demonstra a necessidade do Integralismo em se materializar nas camadas mais populares. Esse conteúdo

pragmático contribuiu em absoluto para atingir os números de adeptos e competir de frente com o comunismo e o liberalismo, como alternativa ao péssimo quadro social, claro que com origens e propostas diametralmente opostas. Na verdade, o integralismo não enxergava nas outras doutrinas um tipo de solução ao quadro mortificado do período, pelo contrário, revelavam-se como origem dos problemas.

Identificado o comunismo e o liberalismo como inimigos do espiritualismo, tornava-se necessário entender sua ação no tempo e no espaço para melhor combatê-los. Temporalmente, o século XIX representou o ápice da influência materialista e no espaço, a Europa representava naquele momento a origem das ideias liberais com as revoluções burguesas, e do marxismo com a eclosão dos movimentos grevistas e revolucionários. Pela impossibilidade de voltar no tempo para combater a origem de tais movimentos, a solução foi apelar para uma das mais poderosas ideologias geográficas – a do nacionalismo. O nacionalismo, manipulado pelo Integralismo, é a origem, nos dizeres de Bosi (1985), do sentido pejorativo que o mesmo assume, atrelado à extrema direita. Plínio o utiliza em dois sentidos: para combater qualquer movimento que pudesse representar a alteração da ordem política historicamente constituída no Brasil e para provar a eficácia do espiritualismo diante de outras correntes de pensamento importadas.

Essa é a interpretação que damos ao nacionalismo de extrema direita, ou seja, não o compreendemos como causa de uma doutrina conservadora e autoritária como o Integralismo pliniano, mas como consequência dela. O nacionalismo exercia um papel utilitário porque fornecia e ainda fornece arsenal teórico de combate a tudo o que possa colocar em risco os valores mais caros à manutenção da estrutura social (ordem, harmonia e paz) e às instituições mais conservadoras (a religião, a pátria e a família brasileira). Sob essa acusação, o materialismo perdia espaço no campo pré-conceitual da ideologia verdeamarela e integralista. Entendemos por extrema direita aqui, o movimento de reação a qualquer transformação na ordem social histórica das classes no Brasil e que lançam mão de medidas autoritárias para a continuidade da estrutura social do passado conservador.

Como o nacionalismo exacerbado corrobora a prática conservadora e autoritária?

Trabalhemos a eficácia da ideologia nacionalista para o Integralismo nos aspectos a seguir:

a) Por permitir uma crítica contundente aos modelos importados, dos quais se destacavam o comunismo e o liberalismo, reclamando, dessa forma, a necessidade de doutrinas internas, das quais o Integralismo Pliniano apresentava-se como a mais autêntica e original. Isso permitia, por si só, o combate às transformações brasileiras do período sem mergulhar profundamente em uma ou outra doutrina, o que aumentava a extensão do Integralismo Pliniano sem revelar suas verdadeiras intenções conservadoras e autoritárias;

b) O nacionalismo no uso pliniano permitia apontar e exagerar os problemas sociais brasileiros como sintoma do domínio estrangeiro. Nesse sentido, gozava de respaldo popular porque atendia, pelo menos no nível do apontamento dos problemas, às demandas da população insatisfeita com o período, mantendo intacta a origem material dos problemas sociais;

c) O nacionalismo permitia propostas que hoje, à distância, parecem absurdas, mas que naquele momento, devido à crise dos anos de 1930, contavam com certo grau (aparente) de legitimidade e eficácia. Devido à falta de uma classe consolidada no poder, o nacionalismo não enfrentava uma ideologia suficientemente universalizante que apresentasse um projeto alternativo sólido;

d) O nacionalismo enaltecia elementos internos, já existentes no Brasil e que estavam à espera de uma força germinativa que rompesse a dormência. A força proviria do Integralismo Pliniano e os elementos adormecidos eram a terra, o homem e a religião. Essas alternativas apontadas pelo nacionalismo mexiam com o brio nacional e resgatavam de certa forma, o orgulho de um passado e de uma origem que colocava o homem do interior brasileiro em um nível mais elevado do que as condições do período permitiam. É importante destacar que em períodos de crises econômicas e de elevada influência do darwinismo social, o nacionalismo respondia também à temática da raça. O enaltecimento de elementos como a terra, o homem e a religião não exigia projeto de transformações estruturais econômicas incômodas para a ordem, mas pareciam satisfazer desejos de mudanças, mesmo que superficiais.

Procuraremos argumentar essas hipóteses através da análise feita pelo Integralismo Pliniano das condições políticas brasileiras daquele período. Enquanto

proclamava os fim dos tempos devido à influência do materialismo nascido na Europa e que se transmitia ao Brasil através da condição heteronômica da cultura brasileira, internamente, as décadas em questão revelaram a agonia de um sistema político mergulhado no regionalismo e na falta de centralização política. Muitas foram as tentativas de desarticulação do poder central, durante a República Velha, efervescência derivada das profundas alterações no campo econômico e social, que Plínio Salgado interpretava como oriundas da degradação dos valores nacionais. A infiltração silenciosa do espírito materialista estaria no centro dessa explicação. Derivado da tese pliniana, o problema havia nascido com a independência do Brasil, não propriamente com o movimento, mas com a ideologia que estava por trás do evento.

Aos primeiros albores do século da Independência a casta rarefeita dos letrados litorâneos embebe-se livremente das idéias novas. [...] e êsse século era o século da liberdade, que quebrava todos os velhos padrões, que criava um novo senso econômico e um novo senso político. A obra de uma elite culta, mais ligada à Europa do que ao Brasil. Essa elite não podia penetrar fundo nas realidades da terra brasileira. O seu nacionalismo, antes de ser instintivo, era romântico. A sua literatura deixara as afetações arcádicas da Escola Mineira, para assumir uma afetação lírica. O seu critério político era o critério político do liberalismo que dominava o mundo. Adotávamos um nacionalismo meio internacional e tão sem consciência da verdade da terra, tão sem espírito nativo, que nossa única atitude, nesse terreno, consistia em agredir os portugueses. Era um nacionalismo que se exprimia em um jacobinismo lusófono. E um espírito político que estava impregnado de Rousseau e embriagado pelos episódios ainda quentes da Revolução Francesa. Era, de fato, um espírito político internacional, universal, que nada tinha com a verdadeira fisionomia das nossas populações (SALGADO, 1955h, p.126).

É difícil entender a oposição à independência como característica de um pensamento que se propõe nacionalista. A situação torna-se ainda mais confusa quando se lê nos manuais integralistas a preferência pelo período colonial. “O Brasil só fôra realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da colônia” (SALGADO, 1955h, p.126). Na verdade, esse aparente contra-senso compõe perfeitamente o ideário nacionalista pliniano. Expliquemos: no período anterior a 1822, apesar da vinculação colonial, o Brasil era mais brasileiro e nacionalista devido à distância mantida de Portugal e dos ideais do liberalismo e do comunismo. Não sofria, portanto, nenhum tipo de influência. Logo, a religião católica sedimentava a vida do homem brasileiro, de modo a mantê-lo na mais extrema calma, senso de união e

harmonia. Os valores espirituais predominavam, os escravos eram amigos dos seus donos e havia conformação com a posição social que ocupavam. A Igreja unia-se ao Estado e, dessa forma, havia maior respaldo, inclusive legal, dos valores morais católicos.

O problema nacional se inicia com a independência porque ela mesma não foi realizada nos moldes patrióticos. O evento de 1822 era utilizado para explicar a entrada do espírito liberal no Brasil. “A independência pôs fim a independência”. O espírito europeu desde então passou a corroer os valores mais caros do nacionalismo: a ordem, a harmonia e a paz. Devido às influências do velho materialismo europeu e à vulnerabilidade do espírito litorâneo e cosmopolita, as pessoas das cidades e do litoral foram responsáveis pelo processo de adoecimento social que iniciava a penetração no Brasil. Mas nem tudo era perdição, para o Integralismo, ainda permanecia intacto o espírito nacional em uma parcela importante da população do interior. Além de não participar da volúpia europeia, o caboclo possuía qualidades morais que o colocavam como modelo de raça e comportamento alternativo ao agitado e conturbado espírito doentio das cidades do litoral. Para o autor, os caboclos se tornavam heróis nacionais devido à agudeza dos instintos, em oposição à ciência e ao racionalismo, à extrema bondade, que permite enfrentar os problemas sociais diferentemente dos comunistas odiosos (sentido conformista tratado como capacidade moral superiora), a profunda espiritualidade de sentido cristã, em oposição ao ateísmo europeu e a tenacidade na luta, capacidade de trabalhar e desbravar o sertão sem jamais reclamar.

Seguindo a mesma lógica, as qualidades superiores do homem brasileiro, nascidas do cristianismo e conservadas pelo elevado sentido místico do selvagem, formavam a força nacional que enchia de orgulho os integralistas e incorporava-se na população, historicamente vitimada pela exclusão e/ou abandono do Estado. Mas qual a origem das diferenciações que permitiam ao caboclo brasileiro tornar-se o tipo humano ideal? A Geografia física do Brasil. Dela depreendiam-se as características nacionais específicas ao caboclo através do (a):

- isolamento em relação ao espírito litorâneo e cosmopolita importados;
- afastamento da influência estrangeira, responsável pelo desenvolvimento de um povo novo;

- disponibilidade de terras, que não exigiu conflitos por espaço;
- distanciamento dos centros de poder de Portugal, condição para a formação da democracia quase selvagem;
- riqueza natural, fornecedora de meios materiais para sobrevivência;
- isolamento em relação aos grandes centros de poder, estimuladora da confiança da população em relação aos homens públicos e
- pureza da natureza tropical específica, necessária para a purificação dos europeus que por ventura aqui chegavam.

Nos dizeres de Plínio Salgado, a natureza brasileira era a Geografia da liberdade. “Quem nos ensinava a liberdade não eram os livros, não eram os filósofos. Era a imensidade do sertão. Esse era o nosso livro, a nossa cultura” (SALGADO, 1955f, p.148). A íntima relação do homem com o meio gestava a pátria. A pátria, para o Integralismo, era o sentimento que o homem desenvolvia em relação ao lugar. De um meio favorável como o interior do território brasileiro, nasceria a força da nação. Portanto, o papel do caboclo dizia respeito à manutenção da pureza nacional e à salvação heróica da civilização. Já no litoral, o meio permissivo deveria ser combatido com o cerceamento da liberdade e com a suplantação dela pela pregação patriótica e proibição da imigração. Aos imigrantes chegados da Europa, a única forma de se integrar ao contexto brasileiro consistia em seu direcionamento para o interior. A cidade, meio corrompido pelo materialismo, significava a perpetuação da desordem; o interior, protegido de toda influência e virginalmente puro, representava a absorção e integração do estrangeiro ao espírito nacional.

Essas ideias na década de 1930 gozaram de importante espaço e respaldo popular. Segundo Chauí (1978, p.21), a eclosão de ideias e ideologias dessa natureza passa pela ausência de um “sistema de representação de normas particular e dotado de aparente universalidade”, capaz de impor-se à sociedade como um todo. A inexistência de uma ideologia universalizante atrelava-se à inconsistência das classes fundamentais – proletariado e burguesia – e à indefinição das classes médias, que oscilavam entre os programas das outras duas. Quanto à burguesia, nenhuma de suas frações portava uma ideologia capaz de impor-se como projeto nacional; o proletariado ainda não havia amadurecido politicamente a ponto de impor-se contra a exploração a que era submetido e as classes médias

ocupavam um papel de “[...] ponte possível entre as classes dominantes e as classes populares excluídas – durante toda a Primeira República – de qualquer aliança política efetiva [...]” (PINHEIRO, 1990, p.26), carente, portanto, de identidade sócio-histórica e com posturas heterônomas e ambíguas. A inconsistência das classes sociais do período encontrava a principal explicação no caráter extemporâneo do capitalismo brasileiro; atrasado, com desenvolvimento atrelado ao capitalismo internacional. Ainda para a autora:

O Estado surge, pois, como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituí-las como classes do sistema capitalista (explicitando, portanto, a contradição capital-trabalho). O Estado cumpre essa tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico do Brasil. (CHAUÍ, 1978, p.20).

O Estado como depositário dos anseios partidários e políticos tornou-se também o ponto de convergência das propostas integralistas. Condição para o desenvolvimento do nacionalismo constituiu a proposta responsável pelo desenvolvimento da sociedade integral, apesar de limites impostos à sua ação pelo próprio Integralismo pliniano.

4.3 O Estado orgânico

O aspecto central da ação integralista dizia respeito à tentativa de controle do Estado. Na perspectiva do Integralismo pliniano, a proposta do Estado assumia nuances que ora evidenciavam o seu caráter político centralizador, ora dividiam com outras instituições, como a família e os municípios, as responsabilidades pela operacionalização da teoria pliniana. Nessa corrente de pensamento, a premissa do Estado é a representatividade da nacionalidade, protegendo-a e intercedendo por ela através do aparato que possui: educação, forças armadas, polícia, controle da imprensa, etc.

O liberalismo, para Plínio, era falho porque confundia democracia e sufrágio universal. Havia criado um mecanismo que não revelava a vontade do povo brasileiro e o interesse das famílias, esmagados e diluídos pelo caráter material e econômico que definem o resultado das eleições. O modelo de Estado burguês

considera a soma dos votos solitários para eleger o governo, ou seja, não considera as realidades sociais diferenciadas.

Dois conceitos foram consagrados pela democracia-liberal: 1º - o conceito de homem cívico; 2º - o conceito de soberania nacional, como expressão da soma das vontades dos homens cívicos. O primeiro é o absurdo biológico e a segunda o absurdo sociológico. A relação entre esses dois conceitos denominou-se o voto. Foi o terceiro absurdo oriundo dos dois primeiros (SALGADO, 1955a, p.31, grifo do autor).

Além da ligação apontada acima com o liberalismo, o que invalidava o caráter do sufrágio universal, outro problema advinha do comunismo, responsabilizado pela instabilidade política por influenciar o espírito na direção da violência. Para o Integralismo, além de ações constantes nas escolas e nas ruas, o comunismo forjava um plano maior. Apoiados pelos bolcheviques russos, os comunistas planejavam tomar o poder e implantar uma ditadura do proletariado no Brasil. Esse modelo de Estado também não servia. Por ser totalitário e destruir as organizações naturais, principalmente a família, esse modelo representaria a manutenção da terceira humanidade, a humanidade ateia. Com a ditadura do proletariado ocorreria uma perda completa do nacionalismo e o mergulho do homem no vazio internacionalista.

Conforme indicamos no capítulo 2, a suspeita e o medo ilusório de um plano comunista para tomar o poder e implantar a ditadura do proletariado chegou ao extremo de conduzir os integralistas, inclusive o chefe do movimento, a participarem diretamente do plano que deu início à ditadura do Estado-novo. Pelo que indicam as bibliografias e o próprio Plínio Salgado, o plano Cohen foi um documento forjado para apontar supostas tramas e tentativas dos comunistas para tomar o poder no Brasil. Por trás desse documento estava Plínio Salgado e Olímpio Mourão Filho que encomendaram e elaboraram, respectivamente, tal documento para justificar diante da nação a perseguição aos comunistas praticada pelos integralistas da A.I.B (Ação Integralista Brasileira). Em resumo, o Integralismo acreditava que o avanço do liberalismo e do comunismo constituía a causa e a consequência da desordem da nação e, por sua vez, da falta de autoridade dos governos.

Mas como justificar a nacionalidade do Estado se a proposta integralista é centralizadora e oposta ao sufrágio universal? Para resolver o problema da representatividade da nação, o Integralismo criou o conceito de Estado orgânico.

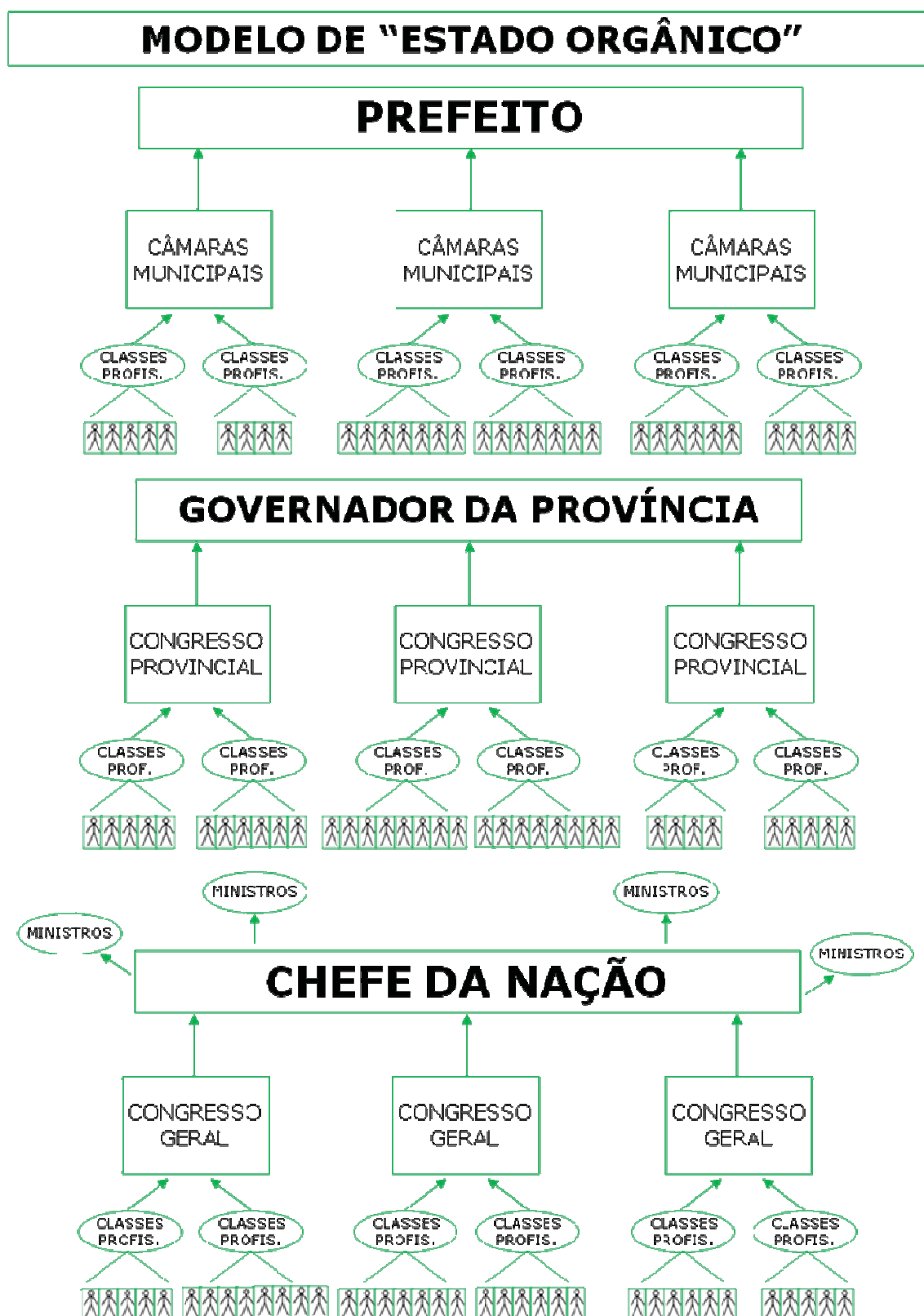
Como o nome indica, Plínio Salgado defendia a organização da sociedade em grupos naturais, ou seja, grupos considerados por ele como inerentes à própria condição espiritual de todo e qualquer homem. Como criatura de Deus e tendente naturalmente ao Absoluto, o ser humano é portador de desejos e anseios de proteção que o levam a buscar a união com outros. Esses grupos naturais se iniciam com a família, perpassam pela profissão e se encerram no Estado. Enquanto a primeira ocorre por força da vontade divina, os grupos profissionais e o Estado são fruto do livre arbítrio humano, guiados pela revelação absoluta. Mas a escolha, o tempo e a forma de governar não é expressão do indivíduo, mas das classes profissionais organizadas. Assim como a família está para Deus, a classe profissional está para o Estado.

Mas a sociedade cristã é, antes de tudo, uma sociedade ordenada que se baseia na intangibilidade do Homem ou da Pessoa Humana. Para que o Homem se manifeste sempre segundo o que êle é, cumpre que se exprima por meio daqueles instrumentos da sua própria consciência de realidades, necessidades, direitos, deveres, fins temporais e eternos. Êsses instrumentos são os chamados grupos naturais, ou reunião de seres humanos que defendem interesses e objetivam finalidades comuns. O primeiro dêles é a Família. Entre os outros, está a associação profissional ou reunião de trabalhadores do mesmo ofício (SALGADO, 1955e, p. 275).

O Estado nascido dos diversos grupos profissionais elimina os conflitos originários da disputa pelo poder, causadores da desordem no campo político. A peça principal do violento mecanismo de disputa no poder no Brasil para o Integralismo Pliniano era o partido político e, como todas as explicações para o entrave da ordem nacional, suas raízes estavam correlacionadas com o surgimento dos movimentos partidários da Europa. “A Revolução Francesa destruiu as corporações. Como sucedâneo destas surgiram os partidos políticos, tomando como base apenas o Indivíduo e não o Homem, ou seja, o Homem Cívico, não puderam exprimir os interesses das diferentes classes sociais” (SALGADO, 1955e, p.280).

A alternativa orgânica suprimiria a plutocracia, a superficialidade do voto do indivíduo e a ditadura do proletariado e ainda preservava as particularidades do homem, haja vista que os interesses dos grupos profissionais formavam a base de sustentação dessa proposta. A proposta das corporações só é possível pelo caráter espiritual e não material do trabalho, e compunha a manutenção do poder conforme indicado na representação a seguir (ver tabela 1).

TABELA 1 – Modelo de Estado Orgânico



Conforme a Tabela 1, o sistema orgânico, na concepção integralista, garantiria a democracia porque não entendia o homem em seus direitos individuais, mas contextualizado pela dinâmica da nacionalidade. Nesse cenário, a escolha dos representantes do Estado era indireta e não obrigatória. Só participava da escolha do chefe da nação, da província e do município quem pertencesse a uma corporação; o chefe supremo da nação nasceria do consenso das corporações e ficaria proibida a existência de partidos políticos. Em seu funcionamento, esse mecanismo expeliria a concepção do sufrágio universal, ditadura do proletariado e luta de classes.

A primeira concepção, a do sufrágio universal, seria suprimida porque não pretendia o voto do indivíduo, apenas consideraria os indivíduos em uma corporação profissional. Deduz-se que a grande maioria das mulheres, desempregados, vagabundos e aposentados não teriam nenhuma forma de participação política efetiva no sistema eleitoral orgânico. Mesmo os inscritos em suas respectivas classes profissionais não possuiriam o mesmo peso na escolha dos representantes. A função e/ou cargo na corporação, o tempo de trabalho, o nível de esclarecimento e de influência social, acrescidos da força de tradição, compunham o quadro corporativista e cimentador da ordem política. Esses desnivelamentos da representatividade junto ao Estado permitem-nos afirmar, sem exageros, que ao invés de orgânico, a força do modelo de Estado imprimiria ao governo características enrijecidas, tornando-o autoritário, hereditário e vitalício.

Em relação à segunda concepção, a marxista, o combate se efetivaria na dimensão do uso que o Integralismo fazia da categoria “classe social”. Para Plínio Salgado, as classes sociais (burguesia e proletariado) como são tratadas pelo marxismo, não revelam exatamente as especificidades do homem em suas relações entre si, com o meio e com Deus. Aliás, esse é um dos principais embates entre materialismo e espiritualismo. Há tantas diferenças internas à burguesia e ao proletariado, segundo ele, que exigiam maiores subdivisões para revelar os verdadeiros grupos humanos naturais. Quando se refere ao termo classe social, Plínio Salgado o faz como significação de classe profissional, verdadeira origem da natureza social e reveladora do estado de espírito humano.

Os parlamentos eram formados por homens eleitos por tôdas as classes: patrões e empregados, agricultores e industriais, comerciantes e banqueiros, intelectuais e artífices manuais. Praticamente, não representavam ninguém, não assumiam responsabilidades para com nenhuma pessoa ou grupos de pessoas (SALGADO, 1955e, p.280).

Dessa definição de classe social e da artificialidade dos partidos políticos, que na visão integralista não representavam ninguém, podemos explicar a eficácia do Estado orgânico para resolver a concepção do terceiro problema, o da luta de classes. A organicidade traria ordem à organização política porque a classe profissional revelava mais a essência humana do que os partidos poderiam fazer. O modelo de Estado integralista trazia à ordem do dia a discussão da atualidade desse modelo. Plínio Salgado considerava o modelo orgânico como o mais adequado à sociedade industrial e comercial do início do século XX. “Ora, por êsse tempo, a industrialização e comercialização no mundo suscitavam novos problemas de caráter econômico e social, cuja natureza não se coadunava com a natureza dos partidos” (SALGADO, 1955e, p.280).

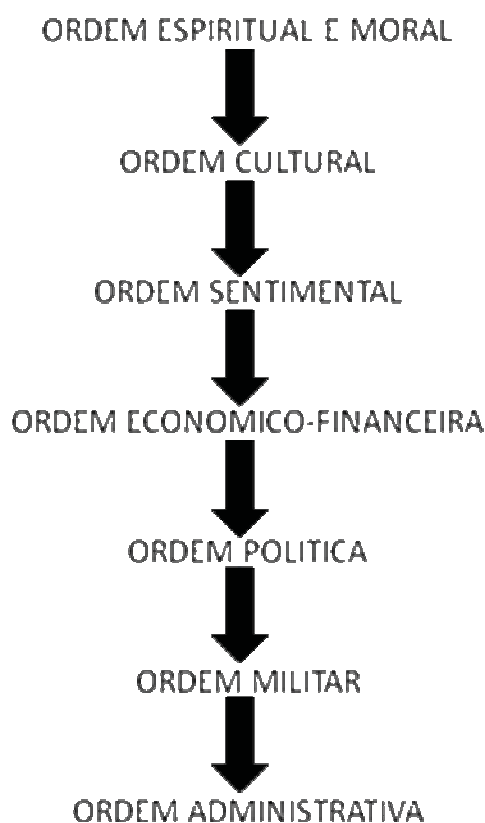
A explicação para a luta de classes revela o seu caráter espiritualista quando está associado à organização política descontextualizada dos processos econômicos. Sendo assim, a luta de classes e os diversos movimentos sociais derivavam do problema da falsa representatividade que possuíam os partidos. Logo, ao mudar o sistema eleitoral e introduzir nele o verdadeiro espírito da classe profissional, as reivindicações e revoltas retraíam em função de que o Estado se tornaria expressão de todas as profissões e não dos indivíduos. Ao contrário do que acontecia naquele momento, não haveria mais necessidade de luta ou de conflito social, já que a luta social também se derivava do sistema político. “Vendo que os partidos não se preocupavam com os seus problemas, os trabalhadores nos grandes centros industriais e, depois, em todos os países, foram-se organizando em uniões, federações e confederações de trabalhadores” (SALGADO, 1955e, p. 80).

Porém, depois de constituído, o Estado integralista ainda tinha um caminho longo para percorrer até a plena transformação da sociedade brasileira em sociedade integralista. Renegado o modelo de Estado liberal e marxista, a ideologia pliniana conserva um termo caro às duas correntes, trata-se do termo revolução. Com usos e atribuições diametralmente opostas ao materialismo, a revolução integralista integra-se completamente à concepção espiritualista da História. E o

agente principal dessa revolução não era uma classe social. Para Plínio Salgado, cabia ao Estado a função revolucionária. A desconexão dessa sentença com a realidade desaparece quando posto em relevo o sentido da revolução espiritualista: “As Revoluções se operam segundo os impositivos do Pensamento, e êste processa sua evolução segundo seu plano próprio, e seu próprio ritmo, conquanto aparentemente se revista de formas estruturadas pelas características de um período considerado” (SALGADO, 1955h, p.28). Ela refere-se, sobretudo, ao aprimoramento do espírito em direção ao Absoluto e no âmbito da vida da nação. Isso só seria possível através do combate à importação das ideias materialistas e ateias, pela proteção da família cristã e com enfoque total na educação. Um espírito evoluído significava a aceitação da hierarquia, da autoridade e nenhuma tolerância quanto às doutrinas contrárias. O Estado orgânico cumpriria o papel revolucionário ao garantir a ordem social, conforme a tabela a seguir (Tabela 2):

TABELA 2 – Etapas da Revolução Espiritualista

ETAPAS DA REVOLUÇÃO ESPIRITUALISTA



Conforme a Tabela 2, a força originária para o estabelecimento da ordem na vida social nascia do espírito. Tornava-se impropriedade e impossível atingir o nível de harmonia social sem partir da dimensão espiritual e moral da sociedade. Origem da 4ª humanidade e do homem novo, o Estado integralista, em seu papel revolucionário deveria ser:

- 1) Orgânico;
- 2) Autoritário;
- 3) Defensor da autonomia da Igreja, da família católica e da autonomia administrativa do município;
- 4) Regrador da moral e da vida social do homem para chegar a Deus.

Já vimos que a concepção orgânica de Estado amortecia as relações de classe nas décadas de 1920 e 1930, o que explica o seu caráter orgânico. Já o autoritarismo se inscrevia no ideal de revolução espiritualista permanente, ou seja, a afirmação pró-nacional do Estado integral encobria o uso da força pública para fins particularistas. Associado ao jogo “interesse público versus interesse privativo”, ocorria a proibição da livre expressão, a supressão da liberdade religiosa e a criminalização de movimentos sociais, principalmente os comunistas. Dessa forma, o sentido da revolução revestia-se do caráter de domesticação do povo pela força das relações práticas e cotidianas. “O sêgredo das grandes construções nacionais está muito menos na combatividade impulsiva do que na estruturação da resistência moral. O povo é um monstro que se doma com a mesma paciência com que se domam os leões e os tigres” (SALGADO, 1955l, p.195). O controle da liberdade de expressão percorria o caminho de combate aos livros, à educação materialista e aos costumes degradantes da modernidade.

Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio, todos os veículos do pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas internacionais, de burgueses, materialistas, de espíritos anárquicos de agentes de moscou (SALGADO, 1955g, p.120).

A repressão à liberdade religiosa trazia em seu bojo a defesa da Igreja Católica, base do método espiritualista e do projeto integralista pliniano.

Tolerância, [...] tem um limite: o mesmo bem comum. As facções inteiramente negativas, cujos programas contêm pontos

positivos que possam caber dentro da zona do Direito e cuja atuação não respeite os marcos da lei, não devem existir, a menos que sua supressão produza maiores males que a sua existência (SALGADO, 1955e, p.318).

Em relação à Igreja, não é difícil entender a defesa do caráter autoritário e ao mesmo tempo não totalitário. O autoritarismo nascia da própria interpretação do caso brasileiro, ou seja, do predomínio da desordem e do necessário restabelecimento da autoridade. Já o caráter não totalitarista advinha da ligação que o Estado mantinha com a Igreja católica após a Proclamação da República - a impossibilidade de fusão com o Estado obrigava a exigência da autonomia da religião para organizar e reger a vida social. A Igreja católica deveria ser respeitada porque constituía um dos pilares do nacionalismo brasileiro, juntamente com o homem e a terra. Faz eco, então, com a citação anterior à medida que incorporada ao conceito de nacionalidade, a instituição católica, que além de merecer autonomia e liberdade, deveria ter seus direitos respeitados pelo Estado. A religião católica deveria gozar de privilégios porque era aliada da ordem à medida que ensinava o respeito à hierarquia, favorecendo o trabalho do Estado, além de ser a expressão da vontade da nação.

A família e o município também deveriam ser preservados no limite de suas liberdades. A não interferência do Estado na família revelava o interesse de manutenção da tradição que os laços de parentesco sob a forma institucionalizada por si só representa. A defesa da família e a própria manutenção da sua organização hierárquica interna representavam em escala o modelo ideal de organização social. A concentração do poder nas mãos do pai e a submissão da mãe e dos filhos, com tarefas exclusivas e pré-definidas, serviam como analogia do Estado e da sujeição dos diversos setores sociais ao seu poder. Acrescido ao interesse integralista da “pureza” familiar, estava também a importância da superioridade numérica da população católica no montante da população. Conforme já indicamos em estudo anterior (SACARDO, 2008), a família católica do fim do séc. XIX e início do XX respondia de forma imediata à reprodução de adeptos do catolicismo através do poder da tradição, para enfrentar numericamente a imigração de outras religiões, principalmente os alemães que chegavam ao sul do país.

A autonomia do município nascia da convicção espiritualista de que a relação do homem com a terra constituía laços tão significativamente próximos e profundos que o governo federal não poderia suprimir sob pena de ferir as especificidades básicas das raízes da nação brasileira. A referência é clara no elogio feito pelo Integralismo à descentralização política da época colonial, em que a imensidão do território condicionava a igualdade, mantinha a democracia e a autoridade. Consoante a essa ideia, o municipalismo traz embutida a resposta ao problema da representatividade diferenciada das várias regiões brasileiras. Num ambiente marcado pelo federalismo pós-Proclamação da República, manter a autonomia municipal garantiria, pelo menos em tese, a redução da interferência local na política federal e o nivelamento de todos os municípios na instância da União.

Finalmente, a concepção pliniana do Estado como regrador do homem para chegar a Deus, revela o seu caráter eminentemente católico. A defesa da separação entre o mundo temporal (mundo de César) e o espiritual (o mundo de Deus) existe no nível operacional, mas não resiste à prova de similaridade quando comparado à finalidade e ao modelo hierárquico e orgânico de Estado. Não à toa, as encíclicas papais eram utilizadas frequentemente por Plínio Salgado para justificar a sua concepção de Estado e os problemas mais imediatos da vida cotidiana. Arquitetava-se assim o slogan integralista: Deus, Pátria e Família. Os componentes do slogan mesclavam-se para compor a ideologia política que se transferiu diretamente para campos da economia e educação. Nesse sentido, não é exagerado afirmar que a Idade Média estava mais próxima do modelo integralista do que as condições das referidas décadas, o que revela a extemporaneidade da proposta pliniana.

5. A PROPOSTA ECONÔMICA PLINIANA

5.1 Problemas econômicos versus defeitos do espírito

Não é fácil sistematizar as propostas econômicas que o espiritualismo pliniano defendia para o país, conforme o nível didático que uma tese de doutoramento exige. Como a discussão da natureza da ideologia de Plínio Salgado é função, sobretudo, da conclusão, servindo os demais (inclusive este) como descrição das propostas integralistas, resta-nos estudar a dimensão econômica dessas propostas a partir da relação com as transformações aceleradas das décadas em questão. O momento histórico de transição pelo qual passava o país e o caldo formado por diferentes combinações das áreas sociais, políticas e especificamente as econômicas, impulsionaram diversas formas de pensamento e servem, portanto, como ponto de partida para este estudo. A relação básica é o nível de interdependência entre a introdução paulatina de um contexto típico de economia capitalista e as formas existentes da vida espiritual. Conforme o método estruturalista genético,

[...] o pensamento é apenas um aspecto parcial da vida social, o aspecto que não se pode separar arbitrariamente do resto como também porque, se é verdade que não se pode explicar por seus

fundamentos sociais e econômicos um pensamento antes de conhecê-lo em sua totalidade e em sua estrutura própria, também é certo que a pesquisa de fundamentos sociais e econômicos por sua vez, permite melhor enxergar e compreender o próprio conteúdo do pensamento estudado, além de ajudar-nos a encontrar aí certo número, significados e detalhes que antes nos haviam escapado (GOLDMANN, 1967, p.65).

Na Primeira República, a base econômica brasileira manteve-se de forma praticamente inalterada em relação ao período anterior. O café continuava como centro da organização política, econômica e social do país. Na produção agrícola para a exportação, concentravam-se os esforços e os rumos dos empreendimentos políticos, num prolongamento da economia colonial. Nesse período havia também forte articulação da produção agrícola com a Política dos Governadores e a política Café com Leite, que combinava o poder político com a maior representatividade na produção e comercialização cafeeira, o que incidia na valorização da exportação desse produto em detrimento da diversificação econômica interna.

A institucionalização da produção cafeeira e a sobreposição aos destinos econômicos do país tiveram como maior exemplo o Convênio de Taubaté de 1906. Por esse instrumento, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais transformavam o Estado liberal, de natureza republicana, em Estado intervencionista, imbuído da defesa do café através do uso da máquina pública para a proteção dos interesses das oligarquias cafeeiras. Tal acordo pretendia regular o comércio, promover o aumento do consumo, criar a caixa de conversão, fixar o valor da moeda (NAGLE, 1974), adquirir empréstimos e desenvolver a infra-estrutura, numa ação representada invariavelmente pela acumulação e concentração de renda em períodos de lucros, e socialização das perdas em épocas de crise. Desse modo, durante a maior parte da Primeira República, o privilégio do uso do poder público se manteve pelo esforço de uma elite em reproduzir o *status quo*, com atenção demasiada ao setor agrícola e relativo desprezo pelas inovações que já se operavam em outras partes do mundo. Porém, as condições internas, movimentadas pela decepção dos diversos setores com o não-cumprimento do ideal republicano e as mudanças na economia externa levaram ao início de alterações da ordem econômica, marcadas pelas transformações de base no espaço geográfico nacional.

A velocidade dessas transformações, que lançaram o país em uma economia tipicamente capitalista dependente pode ser representada pelo avanço material e pelo ideal modernizante, que permitiram a articulação entre as cidades e o desenvolvimento de um círculo de economia interna. “É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, uma hierarquia nacional e com os primórdios da procedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.37). Mesmo em processo de transição da economia tipicamente colonial para a economia capitalista, já começavam a aparecer os traços do surgimento da classe média e da burguesia industrial, prenunciando um novo momento para a história material, territorial e cultural do país, mesmo que sob forte reprodução de vícios políticos e extrema dependência externa. O período iniciado no séc. XX revelou uma tímida integração nacional ainda com base na herança colonial pré-mecânica.

É simultaneamente um começo de integração nacional [...] com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul. Paralelamente aumenta de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.37).

Essa nova realidade opôs o setor tipicamente colonial e neocolonial às inovações de cunho capitalista burguês e dependente. A economia nacional continuava baseada na agricultura, mas as tentativas malogradas de industrialização, anteriormente sufocadas pela resistência das velhas estruturas sociais e pela ausência de um mercado interno, agora se concretizavam pela concessão de espaço à indústria. Para o capitalismo romper com a herança da antiga estrutura social e fluir livremente pelas veias da sociedade brasileira, exigia-se o rompimento com as velhas barreiras no campo econômico. A formação de um mercado interno se colocava como condição para as pretensões capitalistas.

[...] o que é mercado interior pensado em relação aos países atrasados? Se nesses países o capital ainda não se transformou em potência social, posto que neles a predominância das relações sociais pré-capitalistas, feudais, é grande, supõe-se que a criação do mercado interior significa, fundamentalmente, quebrar as resistências das velhas estruturas para a liberação das forças produtivas, isto é, a intensificação da industrialização sobre a base capitalista. Nesses termos, criado o mercado interior no âmbito da Nação, nada impede

que se desenvolvam livremente as forças produtivas-capitalistas, transformando-se assim o capital numa potência social cujo resultado é a industrialização (DECCA, 1984, p. 118, grifo do autor).

A industrialização no início do séc. XX se desenvolveu em decorrência da escassez dos produtos industriais causada pela Primeira Guerra Mundial e pelo acúmulo de capital gerado pelo café, que permitiram a formação de espaços de solidariedades na economia, com especialização produtiva local a partir da constituição do mercado interno. Segundo Moraes (2005, p.71): “Os circuitos de complementação produtiva gerados nesse processo delineiam círculos de cooperação que relacionam espaços que, de forma cumulativa, tornam-se cada vez mais interdependentes”. A interdependência desses espaços nacionais constituiu a base para o desenvolvimento industrial. Como resultado do início da constituição de um mercado interno, a população que trabalhava na indústria aumentou, nesse período, acentuadamente. Pelo censo de 1872, não passava de 7% da população, mas em 1920 esse número representava 13,8% (FAUSTO, 1995). A industrialização, acompanhada da urbanização, não movimentava apenas os setores envolvidos diretamente no prejuízo ou favorecimento de tal empreendimento, mas alterava profundamente as concepções de sociedade e de país, agitando as discussões em torno da produção real e simbólica do nacional.

Anterior às propostas econômicas integralistas e levando em conta esse cenário de transformação no Brasil, é importante entender o espaço que determinada temática, a econômica, ocupava na própria visão do mundo espiritualista. Na tabela 3, apresentamos algumas diferenças básicas e pontuais entre a concepção espiritualista e a materialista histórica e dialética de sociedade que nos ajudarão no desenvolvimento de tal tarefa.

TABELA 3 - Comparação entre as visões do mundo do materialismo histórico e dialético e o espiritualismo integralista

Materialismo histórico e dialético	Espiritualismo integralista
A essência da existência e da transformação social está na matéria.	A essência da existência e da transformação social está no espírito.
A palavra material é sinônima de materialidade social, ou seja, são as classes sociais que sustentam a sociedade. A sociedade almejada será alcançada pela supressão das divisões classistas.	O espírito é formado pela moral e pela religião. O homem e a sociedade integral serão alcançados se predominar o sentimento nacional na formação moral e o catolicismo na ordem religiosa.
O Estado é expressão da classe social dominante. Portanto, o Estado socialista só seria possível pela revolução do proletariado.	O Estado é expressão do espírito de uma nação. Portanto, o Estado integralista só poderia ser alcançado pela revolução espiritual proveniente da educação moral e religiosa.
O papel do Estado na sociedade socialista é transitório, ou seja, deveria trabalhar para a supressão das classes e para construção do comunismo, em que o próprio Estado socialista desapareceria.	O papel do Estado é eterno, deveria incentivar o aprimoramento do espírito da nação, proteger e garantir os direitos da família e da moral católica.
A economia é determinante da vida social. A distribuição da produção e a igualdade econômica são fundamentais para o desenvolvimento de todas as potencialidades do homem.	A economia ocupa um papel secundário na organização social. Os sacrifícios econômicos e os problemas derivados da carência material são fundamentais para a evolução e aprimoramento do espírito humano.
A alienação do trabalho é a principal explicação das diferenças sociais e dos problemas da sociedade capitalista. Somente a apropriação dos frutos do trabalho pelo trabalhador garantirá a felicidade humana. Movimentos sociais: greves e reivindicações operárias são fundamentais para a transformação social.	O trabalho é entendido como instrumento de exercício espiritual. A disciplina, a obediência e a ordem são fundamentos indispensáveis a qualquer pessoa. Movimentos sociais, greves e reivindicações são doenças sociais causadas pela fraqueza do espírito individual.
Lógica formal e dialética como método de interpretação da realidade	Lógica formal como método de interpretação da realidade

Conforme a Tabela 3, tanto o espiritualismo quanto o materialismo são visões do mundo, ou seja, métodos de compreensão da realidade e como tal desdobram-se de acordo com a temática abordada, variando desde questões macros e de categorias gerais como concepção de Estado, até questões menores e cotidianas como valores da educação familiar. Mesmo valorizando o espírito em detrimento da matéria, o Integralismo não oblitera as questões econômicas, apenas as submete às morais. Tanto é constatável essa situação que em plenas décadas de recesso e crise econômica, Plínio Salgado e os integralistas insistiam: “O problema do mundo é espiritual” (SALGADO, 1955i, p. 291).

Não podemos cair no erro, no entanto, de atribuir um papel menos importante às questões de caráter econômico em função da primazia do espírito, apenas devemos colocá-las em seu devido lugar: as questões econômicas na concepção espiritualista deveriam submeter-se aos princípios morais e cristãos. Há na verdade um conjunto de premissas e de concordância lógica do pensamento pliniano em torno desse setor da vida social. Inclusive, nos escritos coletados para esse estudo, a âncora da crítica integralista e das proposições para todas as áreas nascem, crescem e se desenvolvem em torno das agitações econômicas e políticas do período, o que evidencia a importância da temática. Tanto para o ataque do comunismo quanto do liberalismo, a industrialização emergente, o mundo moderno e o crescimento das cidades figuram como temáticas centrais e palavras chaves da temática econômica.

Entendemos aqui o contexto da “confusão”, decorrente das transformações nas décadas de 1920 e 1930, como resultado da combinação das transformações internas da base brasileira, mas com forte articulação com as demandas das economias hegemônicas. Muito já se discutiu sobre as origens do capitalismo no Brasil e há diversas explicações. Mas a combinação entre uma antiga oligarquia rural, transformada aos poucos em agente secundário do capitalismo, pela força do protagonismo do mercado internacional, revela a modernização conservadora da economia brasileira naquele período e serve de pilar para este estudo.

Modernização conservadora, como quer Fernandes (2009), refere-se a um esforço de adaptação que combinava a inserção do Brasil na economia capitalista global sem alterar profundamente a estrutura de dominação e os privilégios políticos

e econômicos de pequenos grupos oligárquicos. Dessa forma, a inserção do Brasil no capitalismo não contou com nenhum tipo de revolução de caráter burguês, que à emergência ao poder econômico pudesse garantir também mudanças profundas no quadro social, suficientemente fortes para conduzir a transformação completa do enrijecido sistema de estamentos. As medidas de exploração e de autoritarismo sobre as classes baixas no Brasil, para as quais a burguesia nascente não economizava esforços, tentam compensar os danos da divisão do capital, extraído internamente, com agentes econômicos internacionais, em relação aos quais a mesma burguesia se submeteu sem muita contestação. Em função disso,

Todas as classes são afetadas em sua probabilidade de atuação social como classe, em virtude de tais efeitos, que atrofiam e solapam a base estrutural de todo o sistema societário. Não obstante, dadas as possibilidades de autodefesa das classes privilegiadas, o ônus dos mencionados efeitos é suportado pelas classes baixas, em particular pelos trabalhadores assalariados e pelas camadas despossuídas (embora as classes médias também sofram, pela mesma razão, um debilitamento social crônico) (FERNANDES, 2009, p.75, grifo do autor).

Conclusivamente, a economia emergente contava com os novos traços da concorrência capitalista, mesclada, no entanto, com a rigidez típica da política colonial, que se transmitia para a sociedade das primeiras décadas do século XX sob a antinomia que unia os traços da concorrência, com o antigo sistema político autoritário baseado no favor. Graças a esse mecanismo,

[...] a ordem social competitiva se estrutura, sob o capitalismo dependente, em função de padrões de extrema desigualdade econômica, sociocultural e política, aparentemente inconciliáveis com a organização em classes e com o próprio capitalismo. Contudo, são tais padrões de desigualdade estrutural que asseguram não só a existência e a continuidade, mas também o crescimento e o desenvolvimento da ordem social competitiva, que é possível sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 2009, p. 75).

Plínio Salgado e os integralistas não concordavam com essa visão. Como já afirmado, a agitação social típica do período, nascida, sobretudo das transformações na ordem das classes sociais, são derivadas, segundo eles, da deterioração dos valores morais, da desvalorização do espírito e da sobrevalorização material. Inclusive, a luta do Integralismo pliniano não era contra o capitalismo, o elemento

real e determinante da vida social, mas contra o materialismo, ou seja, contra a ideia e não contra a matéria. Sobrepunha-se, assim, o sobrenatural ao histórico, destacando que as posições dos indivíduos nas classes sociais não dependem do papel na divisão social do trabalho, mas sim do estado de espírito que possuem:

A burguesia não é uma classe; é um estado de espírito. É o próprio espírito da avareza e da sensualidade, que se manifesta de formas tão variadas e por vezes tão sutis, que muitos casos há em que alguém, julgando estar combatendo o espírito burguês, não faz mais do que avolumá-lo na sua própria alma. [...] espírito que não é inerente, de modo exclusivo, à classe dominante em nossos dias, porém que se infiltra em todas classes, sob os aspectos mais contraditórios, refletindo uma concepção de vida em completo desacôrdo com os fins sobrenaturais do homem (SALGADO, 1956e, p.11).

O capitalismo era apenas um sintoma da doença do espírito. Doença nascida, precisamente, no espaço e no tempo: na Europa durante o Renascimento. A penetração no Brasil estava em processo desde a independência (conforme destacamos no capítulo 3), não pelas condições materiais, mas por puro egoísmo do espírito humano degradado e distante de Deus. Plínio Salgado e seus correligionários não encontravam explicações para o surgimento do capitalismo no Brasil nem em proposições como às das transformações internas típicas da economia brasileira e muito menos em teorias como as que combinavam o elemento econômico nacional com o estrangeiro. É possível a partir daqui entender o caráter ingênuo da crítica ao avanço material, distante de qualquer sistema de base racional e entregue completamente ao sentimentalismo religioso, moralista e pueril. A superficialidade que o espiritualismo oferece para análises das transformações no campo econômico aparece de forma completa na análise do caso brasileiro, tratado a seguir.

5.2 Superficialidade da análise espiritualista: a nacionalidade pliniana como estratégia de manutenção do capitalismo

As vozes dos camisas-verdes atingiam o materialismo pelo caminho das manifestações mais latentes do período: a modernização, a industrialização e as cidades, que se transformavam em ponte possível entre a crítica ideológica e o

mundo real, visível e sensível. Essa necessidade de eleger signos e símbolos (a modernização, a industrialização e as cidades) a serem repetidamente combatidos, em que se incorporavam os princípios, as ideologias e os interesses políticos, é característica da extrema direita nacionalista que, na dificuldade de representar o real em uma consciência de classe viável, procurava no senso comum e coletivo, de fácil identificação, reduzir os impactos da abstração e aproximar a ideologia espiritualista de uma leitura mais popular, pragmática e objetiva.

Contudo, para o Integralismo, revela-se insuficiente a simples transformação da modernidade, das indústrias e das cidades em representações do inimigo a ser combatido - o apelo popular do movimento necessitava de maior ludicidade que a imagem poderia dar. A pregação patriótica encontrou como esteio da sua luta o discurso de associação completa do verdadeiro inimigo nos elementos da modernização e seus derivativos: a indústria e a cidade. Por conseguinte, a associação propositalmente confusa do materialismo à modernidade (e/ou modernização), na lógica espiritualista, trazia em seu bojo a mensagem do enfrentamento dos novos tempos e todos os seus desdobramentos. A vanguarda das transformações do período apontava para o recrudescimento do ritmo de conversão da sociedade e do Estado ao agnosticismo e à velocidade da mobilidade social, situações relativamente novas para um país que há 400 anos vivia na “calmaria” da ordem estamental. Dessa forma, a modernidade representava “o mal materialista” tanto no tempo como no espaço. O primeiro se traduzia pelo enfrentamento entre novo e velho e o segundo, na oposição entre cidade e interior e indústria e agricultura.

A modernização, a industrialização e as cidades se tornaram o ponto de convergência de tudo o que representava o materialismo, ou seja, a vala comum para onde corriam o egoísmo capitalista e a violência comunista.

O capitalismo, despertando a luta pelos interesses materiais, mata no homem toda a espiritualidade: o Comunismo, encontrando êsse estado de consciência, age, destruindo os últimos resquícios do que há de nobre e espiritual no homem. O capitalismo, através da luta violenta de interesses que deflagra, fomenta o egoísmo, e o egoísmo enfraquece as forças de união nacional; o Comunismo aproveita-se dessa situação e desorganiza toda a sociedade. O capitalismo, através dos negócios em que tomam parte os políticos,

mantém a seu bel-prazer as lutas partidárias; o Comunismo, vendo os partidos distraídos na sua luta mesquinha, age livremente. O capitalismo governa o câmbio e o preço das mercadorias e dos salários: o Comunismo governa os sindicatos e as greves. O Capitalismo e o Comunismo, de mãos dadas, lutam pelas liberdades, atmosfera propícia para o seu desenvolvimento (SALGADO, 1955j, p. 231).

Para Plínio Salgado, rejeitador da teoria da modernização conservadora, o materialismo avançava de forma livre e independente das estruturas econômicas e sociais. Nascia, crescia e se reproduzia à mercê do descuido intelectual e moral brasileiro. Nesse sentido, a cidade, formada por espíritos incautos e despreparados era contaminada pelo racionalismo materialista; a indústria substituíra a agricultura, verdadeira vocação nacional, por produtos que ao invés de fortalecer o país, pouco a pouco se transformavam em peças da jogatina do mercado internacional. Por isso o ataque à cidade, “[...] o Homem é pôsto nas cidades tentaculares, perdendo a noção de beleza da vida, do verdadeiro destino humano preparado por Deus” (SALGADO, 1956d, p. 314); e à indústria:

A máquina tem a sua psicologia, tem sua filosofia, tem o seu orgulho, tem os seus processos; e o funcionamento dos poderes nas democracias ocidentais obedece ao ritmo desse metabolismo e dessa concepção dos movimentos da máquina. Essa psicologia passará à sociedade, como já está passando, e o reflexo condicionado, a submissão dos movimentos humanos aos movimentos da máquina, mecanizarão todos os ritmos, segundo o imperativo da evolução técnica. [...] se um dia saírem homens do ventre das usinas, também os úteros das mulheres gerarão homens-máquinas, sem coração, sem afeto, meros aparelhos de reprodução...(SALGADO, 1955f, p.58)

É importante lembrar que para a doutrina espiritualista não há limites para a interpretação dos fatos e acontecimentos sociais; a negação do método materialista histórico e dialético e o apego único e absoluto à lógica formal (conforme Tabela 3) permitem algumas leituras da realidade sem maiores contradições aparentes. É o caso da naturalização da História e a humanização dos elementos naturais e inanimados. Na citação anterior, a tentativa de atribuir valores humanos às máquinas e comportamentos mecânicos ao homem, os homens-máquinas, não estavam relacionados a qualquer tipo de teoria ou interpretação mais acurada da realidade. Sob o espiritualismo, de caráter cristão, essas “comparações de efeito” e sem nenhum limite entre o real e o ilusório, cumpria o papel fundamental de

demonizar o novo e denegrir a mudança, com apelo profético e apocalíptico de quem se julgava escolhido e portador de uma habilidade natural para anunciar e defender aquilo que os demais não poderiam se quer visualizar por completo. Essa afinidade entre visão do mundo espiritualista e a tradição católica do Brasil andavam de mãos dadas quando o assunto era o respaldo popular do movimento. Nesse sentido, é importante não esquecer que a relação entre Integralismo e catolicismo permitia um trânsito de mão dupla: se o Integralismo oferecia defesa do catolicismo, apregoando os valores católicos como ideais a serem perseguidos, o catolicismo tornava-se o campo ideológico fértil para o crescimento das ideias integralistas.

Mais a fundo, a interpretação em torno da relação entre o Integralismo e o materialismo (capitalista ou comunista, conforme Plínio Salgado) leva-nos a refletir sobre a qualidade das críticas aos modelos reais e teóricos de sociedade então vigentes. Apesar de relativa oposição à modernização, industrialização e avanço material das cidades, o movimento integralista nos albores da industrialização brasileira, pelo caráter conservador e autoritário, não poderia tecer qualquer crítica mais elaborada ao capitalismo, visto que o seu enfraquecimento significaria o fortalecimento do sistema opositor. Mas afinal de contas, qual a proposta econômica do Integralismo para o Brasil?

Vasconcellos (1985), ao analisar a interface entre literatura e Integralismo, dá a esse problema a solução aparentemente mais plausível, ou seja, justifica o projeto pliniano pela opção nacionalista, como se fosse uma terceira possibilidade, uma fuga lógica e teórica do capitalismo e do comunismo. Aqui, nos atrevemos a propor uma interpretação diferente da de Vasconcellos. A partir de nossos levantamentos, entendemos que o nacionalismo pliniano não forma um discurso suficientemente estruturado para enfrentar o capitalismo e propor uma doutrina econômica diferente, demonstrando mais ratificação do que oposição. Também não interessava a supressão do sistema dominante, ou seja, não era objetivo maior do integralismo acabar com a matriz básica do funcionamento capitalista. Quanto a esse tema, impera uma aguda contradição no discurso integralista. Em diversas passagens percebemos críticas ferrenhas ao referido modo de produção, enquanto em outras permanece o alinhamento com os seus traços gerais. Dessa forma, podemos

concluir que, mesmo em momentos de profunda negação do sistema econômico dominante, não ocorrem proposições suficientemente claras e alternativas.

Se a crítica geral à modernização, à indústria e à cidade é o tom do discurso econômico integralista, por outro lado ocorre em determinados momentos uma defesa aberta e declarada do avanço técnico e até mesmo uma exigência de melhor igualdade e distribuição dos progressos modernizantes, reivindicando inclusive a modernização como marca essencial do integralismo. “O marxismo é a doutrina do tempo da máquina de vapor, dos teares e da iluminação a gás. O integralismo é do tempo do rádio [...]” (SALGADO, 1955f, p. 96). E Ainda, “O problema, [...] não é o socialismo; o problema é a produção. Que adianta socializar a nossa miséria? Construamos primeiro as nossas riquezas. Sem isso, os operários não terão sua sorte melhorada” (SALGADO, 1955k, p.289). Essas passagens representam mais do que simples trechos descontextualizados, revelam orientações do pensamento integralista em que é possível perceber a superficialidade da crítica à modernização e até mesmo uma identificação com o seu mecanismo. Para corroborar essa interpretação, a da contradição e fragilidade da posição integralista em relação ao capitalismo, analisemos as seguintes referências:

O estrondo das falências em massa; a ditadura imoral das bolsas; a tirania do câmbio; a agonia da produção, cujo aparelho circulatório se esclerosou, perdendo a elasticidade; a angústia dos governos insolváveis; o problema do desemprego e da incapacidade de aquisição das massas consumidoras; a miséria que se multiplica, - tudo isso está mostrando o panorama trágico de uma civilização que morre... (SALGADO, 1955f, p.61)

Mas se o Homem, para manter a sua Família, necessita de trabalhar, e se pelo trabalho aufere os meios de sustentação e amparo da Família, segue-se que da liberdade do trabalhador origina-se a liberdade da propriedade adquirida com o fruto do trabalho. Trocado êste pelo salário, tôdas as reservas de ganho acumuladas são reservas do próprio trabalho; por conseguinte, se o trabalho humano é livre, também livre deve ser aquilo que o representa, ou seja, a propriedade adquirida. Porque essa propriedade é fruto do trabalho livre do seu possuidor, ou do trabalho livre do doador, ou daquele ou daqueles de quem o proprietário houve os bens por legítima herança (SALGADO, 1955e, p.261, grifo nosso).

Vi nossos agricultores mais pobres, nossos campos despovoados; os trabalhadores dos campos menos distantes do litoral, ou abandonando-os para confluir nas cidades ou – os mais eugênicos e corajosos – penetrando o sertão a procura de terra mais

produtiva. Fugiram da terra cansada. Não é possível compreender que existam terras cansadas quando existem máquinas para revolvê-las, adubos para fertilizá-las, métodos modernos para lhes dar eficiência. A Europa não teria mais terras para plantar se quisessem chamar terra cansada àquelas áreas onde se cultiva há mais de dois mil anos. E aqui se chamam terras cansadas a regiões próximas de grandes centros, porque não há assistência ao lavrador nem meios para fazer o chão produzir (SALGADO, 1955k, p. 286, grifo do autor).

As três citações representam o que há de mais direto e objetivo quanto à relação do Integralismo com o capitalismo nas obras de Plínio Salgado. Na primeira, os problemas econômicos do período e a introdução do liberalismo são apontados como dificuldades intrínsecas do materialismo capitalista. Falência, ditadura, tirania, agonia, esclerose, angústia, incapacidade e tragédia são adjetivos comuns aplicados ao capitalismo. A concluir por essa desqualificação do sistema, a posição integralista deveria propor opções mais viáveis e menos trágicas do que as apontadas, alterando a natureza do capitalismo e desaguando em propostas econômicas não só alternativas, mas diametralmente opostas. Isso não ocorre na reflexão integralista e/ou pliniana. Mas em seguida, na segunda citação, a defesa aberta da propriedade privada e de ideologias comuns no capitalismo, como a meritocracia (“porque essa propriedade é fruto do trabalho livre do seu possuidor”) e a legitimidade da herança, demonstram a artificialidade da crítica integralista, incapaz, portanto, de revelar a natureza incoerente do capitalismo. Já na terceira citação, Plínio Salgado reivindica tecnologia, mecanização e maior desenvolvimento industrial para o campo, o que joga por terra a justificativa de que a industrialização era um mal a ser combatido. Essa situação se mostra ainda mais reveladora se compararmos a posição integralista com o comunismo. Quanto a este sim, o combate era total e não deixava margens para dúvida, de cima a baixo o comunismo era demonizado e o alinhamento ou a superficialidade da crítica capitalista, conforme indicam as citações, apontam mais a pendência para aquele do que para este.

Os comunistas agem sem cessar. A sua bandeira é negra, porque conduz o pensamento nirvânico que circunscreve a existência do homem ao limites curtíssimos do ciclo biológico. É negra, porque nos diz que tudo termina na terra, que urge aproveitarmos e gozarmos tudo o que a terra e a carne nos facultam, e que todo o nosso anseio de infinito é pura ilusão. É negra, porque se contrapõem como antítese à bandeira branca da Paz, proclamando a luta entre os homens, fazendo do ódio a sua arma implacável, da violência a sua técnica predileta, da mentira a sua estratégia eficiente.

Que representa o comunismo? A destruição de tudo o que é espiritual, a imposição definitiva de um conceito de vida materialista, a expulsão de Deus das almas, a revogação de tôdas as regras morais eternas, que pelo seu valor essencial independem das transmutações dos processos de vida determinados pelo progresso técnico (SALGADO, 1956e, p.17).

É nítida a contraposição entre o comunismo e a interpretação espiritualista. Há de se destacar que além da economia, as formas como são vistas o trabalho, os movimentos sociais e a desigualdade no processo de apropriação social da produção não deixam dúvidas a respeito da superficialidade da análise da economia de mercado e a relação íntima que o Integralismo possuía com o capitalismo. Conforme o quadro comparativo entre o espiritualismo e materialismo histórico e dialético, essas linhas, diametralmente opostas, constituem a própria essência e razão de existência do espiritualismo pliniano. Vejamos por exemplo como o espiritualismo encara a questão do sofrimento humano derivado da carência material e da exploração do trabalho.

Enquanto o comunismo pensava esses problemas como o ponto nevralgico da necessária transformação social, verdadeiro motivo da construção da revolução, o espiritualismo enxerga neles sintomas da doença espiritual, desprovido de qualquer conteúdo justificante. Para o Integralismo, esses problemas só existem em nível psicológico e moral, nunca em nível material. Não é na divisão da produção ou na ausência de políticas de segurança social que residem os problemas sociais, mas no nível da educação nacional. Portanto, as lutas sociais são as principais causas da degradação do espírito de nacionalidade e do risco de desintegração territorial do país, que revelam as fragilidades de um povo despreparado e mal educado. A crise dos anos de 1930 e a inserção dependente do Brasil no capitalismo internacional tomavam conta do país naquele momento. A queda do preço do café atingiu os produtores, comerciantes, bancos e trabalhadores rurais. Em decorrência da crise muitos produtores foram à bancarrota, além da queda da balança comercial brasileira, do aumento do desemprego e do êxodo rural. Mesmo sob condições do capitalismo em crise, o Integralismo considerava

[...] o Trabalho como elemento único, apresentando-se em expressões diferentes. Na diversidade dos aspectos, a unidade absoluta da energia humana. Consideramos Trabalho, o Capital; consideramos Trabalho, o esforço, e realização diária das eficiências humanas, em ritmo de criação; e consideramos, ainda, Trabalho, a

energia, a capacidade em potencial, que se encontra em estado latente no cérebro e nos músculos daqueles que uma organização social errada conserva em disponibilidade (SALGADO, 1955l, p. 319).

É de fundamental importância perceber que, mesmo nas condições de precarização e exploração exagerada da mão-de-obra no início do século XX, especialmente em função da carência de sindicatos e de legislação trabalhista, Plínio Salgado defendia a preservação do trabalho naquelas condições e a sua elevação ao nível das coisas sagradas. Os deveres da hierarquia, disciplina e paz antecedem, segundo ele, qualquer outro tipo de discussão em torno dos problemas de labor. Afirmar que trabalho e capital se equivalem, significa assumir uma posição no mínimo supérflua, mas que no limite poderia ser interpretada como interesseira e comprometida com a continuidade das relações sociais vigentes. O reconhecimento das desigualdades econômicas por Plínio Salgado efetivamente ocorria. Quanto a essa identificação não havia maiores dificuldades. Os percalços da análise dessa temática apareciam, no entanto, quando se tratava da interpretação qualitativa dos problemas da desigualdade social e da sua necessária superação. As diversidades sociais, geradas através dos problemas econômicos e da exploração do trabalho, passam a ser compreendidas como sacrifícios indispensáveis para o aperfeiçoamento do espírito humano.

O trabalho, entretanto, para nós, cristãos, é considerado como um ato, ou série de atos, puramente espirituais. Daí o conceito em que temos: 1º como expressão da liberdade humana; 2º da capacidade criadora do Homem; 3º como meio pelo qual o Homem visa um bem temporal objetivando um dom sobrenatural. Dêsse modo, o Homem, pelo trabalho, cria condições de vida mediante as quais, na efemeridade de sua existência na terra, prepara-se para a eternidade de uma existência que lhe foi reservada por Deus. O trabalho, pois, deve ser tomado como benefício e, nessa acepção, êle adquire a própria grandeza da caridade, ou do amor que une todos os homens numa sociedade cristã (SALGADO, 1955e, p.268).

Como destacado, para o Integralismo, o trabalho não tinha uma finalidade material e mundana, mas espiritual e mística. Era uma dádiva sob quaisquer condições de exploração, e como tal, preparava o homem para a eternidade. Pelo viés catolicizante, o trabalho era arrancado pelas raízes do “chão” da história e lançado para dimensões estratosféricas, levando junto possíveis soluções para os problemas dele decorrentes. As respostas geradas pela problematização do trabalho

se tornam tão absurdas, em contraposição à coerência materialista histórico e dialética, como absurda é a própria concepção pliniana do trabalho. Por esse viés, o sacrifício terreno, desde que aceito com responsabilidade, disciplina e espírito pacífico pelo indivíduo, seria recompensado ao longo da estrada que conduz a um fim místico e eterno. O Integralismo Pliniano usava e abusava dos apriorismos religiosos e das verdades dogmáticas eternas e incontestáveis. Nesse sentido, os males e as dificuldades eram necessários, pois a sua supressão levaria à estagnação psicológica e espiritual do homem, enquanto que a sua permanência era fundamental para o aprimoramento individual, sendo a própria razão da existência econômica da doutrina integral. Se todos os males desaparecessem, a doutrina integralista não teria razão de existir. Em outra citação, Plínio Salgado resume bem a relação necessária, segundo ele, entre o sacrifício mundano e o pensamento místico:

Todos os sacrifícios eram compensados por cousas bem simples: o uniforme, o simbólico gesto que buscáramos no índio brasileiro, a palavra de saudação também indígena, o sinal matemático tirado do cálculo integral e indicativo da estrela austral, que figura na Bandeira do Brasil (SALGADO, 1955g, p.224).

Dessa forma, as propostas do Integralismo tangenciam os problemas econômicos derivados do período, mas conservam como mote principal a estrutura do espiritual sobre o material, misturando, em uma listagem de propostas, as ideologias típicas da forma pliniana de pensamento com fragmentos das inegáveis transformações geográficas de base. Sem alterar as bases do capitalismo, como visto anteriormente, Plínio sugere uma retenção das acelerações de base, ou seja, defende a propriedade privada, a meritocracia, o mecanismo de herança, de diferenciação social e até a concorrência. Mas, por outro lado, ataca aquele estágio do capitalismo, ou seja, o acelerado desenvolvimento monopolista e financeiro, numa tentativa de reaproximar aquelas condições do início do século XX às da Idade Média. Aliás, para todas as correntes do catolicismo desse período era muito comum a defesa do retorno à Idade Média, não apenas pelo papel centralizador e privilegiado como pelo interesse na manutenção da “paz” e estabilidade social.

Dentre as propostas defendidas pelo autor, destacam-se:

- a) A centralização estatal da economia;
- b) A defesa da agricultura em detrimento da indústria;

- c) O sistema de corporação e a caridade como solução para os problemas sociais, e
- d) O modelo cristão de comércio internacional.

No capítulo anterior, destacamos o caráter autoritário da proposta de Estado orgânico no Integralismo Pliniano. A mesma defesa do sistema de corporações e a crença que a representatividade profissional automaticamente geraria a democracia autêntica transmitiam-se para o desenvolvimento econômico através da ação do Estado autoritário integralista. Tal centralização econômica se devia a dois motivos principais: o primeiro, vinculado à tentativa de barrar o avanço da concorrência internacional e a intensificação dos movimentos sociais no Brasil. Segundo o próprio autor,

O Capitalismo, controlando a moeda de todos os povos, provoca as crises de poder aquisitivo, que determinam a superprodução das mercadorias de um lado, e a incapacidade de comprar dos miseráveis: o Comunismo aproveita-se dessas circunstâncias, instiga a rebelião das massas sofredoras (SALGADO, 1955j, p.230).

E o segundo motivo reporta à ideia de que apenas através do Estado, agente revolucionário espiritualista, poderia ser dado um caráter moral à economia, invertendo a sobreposição da matéria ao sentimento religioso tão comum ao período.

O Estado capaz de renovar-se, por si mesmo, de conformidade com as novas e crescentes necessidades da vida humana. O Estado que procure suas origens na própria origem do Universo e do Homem. E rume para a finalidade suprema do Espírito, integrando nas suas próprias fôrças tôdas as fôrças humanas superiores. O Estado que faça circular as produções estagnadas e arranque da avareza acumuladora do ouro o cetro com que esta impera sobre os governos do mundo, anestesiados pela falsa democracia. Êsse Estado realizará a possível felicidade na Terra, baseada na confiança em Deus, no amor do próximo, sem precisar excluir os valores científicos, mas subordinando a ciência a um pensamento superior da finalidade humana. A filosofia, a sociologia, a economia, a ciência, a literatura, as artes, a política terão no novo Estado a sua expressão integral. No Brasil, êsse Estado será realizado um dia e marcará o início de uma era em que se afirmará a Quarta Humanidade (SALGADO, 1955f, p.65, grifo do autor).

Para o autor, as ações do Estado integralista levarão naturalmente a uma reversão na política econômica do país, em clara defesa do retorno ao período anterior à República, momento privilegiado do predomínio da agricultura e do interior sobre a indústria e o litoral.

Vi os sertões antes de vos vir falar. Há dois meses tenho viajado e vi os males da lavoura. Os nossos grandes sertões, outrora ricos, estão tão pobres que já não possuem facilmente aquilo que constituía o pequeno luxo da família brasileira. A família brasileira, que festejava os seus aniversários com leitoas ou perus já não têm essas coisas, porque são tão caras, tão raras e tão difíceis que as donas de casa do nosso interior já não as usam. Não vi nenhuma das pequenas culturas domésticas. A própria horta já não se ostenta junto à casa do sitiante ou do colono porque não há educação agrícola, nem há estímulo à produção. Vi fazendeiros pobres pagando juros altos, porque não há crédito agrícola. Vi a enxada mordendo melancolicamente a terra, enquanto nos países progressistas os arados e tratores rasgam o solo que os adubos químicos fertilizam (SALGADO, 1955k, p. 287)

Um dos eixos centrais da proposição integralista pliniana era a defesa da agricultura. No entanto, é importante diferenciar a defesa da agricultura feita pelo Integralismo de outra corrente oposicionista à industrialização naquele período, a corrente ruralista.

Segundo Nagle (1974), como exemplo das discussões oriundas do início do movimento de industrialização e urbanização, opuseram-se as visões ruralista e urbanista de sociedade. O ruralismo, para Mendonça (1997), não apenas constituiu um conjunto de ideias e representações, como também incidiu sobre ações práticas que influenciavam diretamente as bases concretas, constituindo, então, eficiente discurso de oposição ao crescimento industrial/urbano. A título de explicitação das resistências à urbanização geradas na década de 1920, deve-se entender o ruralismo como “movimento ideológico/político, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes” (MENDONÇA, 1997, p.26).

O ruralismo, além de se opor ao processo industrial, pressupunha um conjunto de práticas e representações dos setores dominantes não hegemônicos, com efeitos concretos sobre a estrutura institucional do Estado Republicano, como a defesa de políticas relativas ao povoamento e colonização do interior do Brasil, à

educação agrícola, à modernização e à racionalização da produção no campo e à intervenção estatal para o fornecimento de crédito e desenvolvimento do cooperativismo.

Pelo nível geral das políticas defendidas pelo setor ruralista e pelo Integralismo Pliniano, pode-se incorrer no erro de confundir as duas correntes de pensamento e até expandir a aparente igualdade das propostas a outros temas da visão do mundo. No entanto, há uma nítida linha divisória que as separa. Trata-se basicamente das finalidades que cada corrente procura e que são na verdade o cerne da diferenciação. Enquanto o setor ruralista possuía um motivo econômico para o seu programa, com vistas exclusivamente à defesa das camadas interessadas financeiramente nessa setorização, o Integralismo Pliniano atacava pelo viés da preservação dos valores morais e conservação das formas de comportamento típicas da sociedade estamental.

Dessa forma, a agricultura estava vinculada aos “antigos” valores da religião, da ordem, da harmonia, do nacionalismo e da ignorância, diretrizes profundamente estimadas pelo integralismo brasileiro, em oposição à indústria, representação do agnosticismo, da desordem, dos conflitos, do estrangeirismo e de doutrinas como a comunista, profundamente avessas ao espiritualismo. Inclusive, há nesse quesito parte da justificativa para a defesa aberta do homem do campo e a condenação dos imigrantes, com todas as consequências xenofóbicas e racistas típicas do pensamento pliniano. Portanto, para a corrente pliniana, o econômico é um fator secundário na defesa agrícola. O viés espiritualista do Integralismo sobrepõe o materialismo até mesmo na defesa do campo e da sua população. No limite, pode-se afirmar que se a industrialização não estivesse relacionada às referidas transformações de caráter de base, o Integralismo Pliniano não se oporia a tal desenvolvimento. Finalmente, pode-se afirmar que mesmo com propostas semelhantes, as correntes ruralista e pliniana diferem na essência, ou seja, os caminhos são parecidos enquanto os objetivos são completamente opostos.

O item “c” da proposta econômica possui um conteúdo ligado profundamente à aversão do Integralismo Pliniano em relação aos movimentos sociais do período. Em nível de análise, a única forma de combater os danos sociais causados por um sistema capitalista injusto e opressor - sobre o qual a análise de Plínio Salgado não

ultrapassava os limites da tautologia e da superficialidade – dizia respeito a um princípio religioso que histórica e dialeticamente foi comprovadamente ineficiente; trata-se da frágil defesa da caridade. Para corrigir as próprias deficiências desse mecanismo, a organização profissional da sociedade por ele proposta, ou seja, em corporações, visava oportunizar a segurança social que o capitalismo nascente no Brasil não garantia. Plínio Salgado imaginava que a partir das corporações seria possível corrigir o problema da má escolha dos representantes políticos e das eventualidades econômicas.

Eventualidade econômica! Assim o autor tratava os problemas das diferenças sociais. Como já vimos, para ele, os problemas como a fome, desemprego, pobreza, falta de moradia, saúde e educação não pertenciam à natureza do sistema capitalista, mas a contratempos de qualquer sistema social. Acrescenta-se a isso o peso enorme que dava ao indivíduo, recaindo novamente na questão da associação entre tais problemas e a personalidade humana, reclamante da educação moral e religiosa, responsáveis por desenvolver sentimentos de fraternidade e solidariedade, únicos valores capazes de enfrentar a má distribuição de renda. As corporações, nesse contexto, permitiriam certa organicidade e segurança, pois resolveriam os problemas oriundos das eventualidades materiais para todas as pessoas que trabalhassem. Consequentemente evitariam o tumulto social decorrente das próprias contradições do sistema.

O Integralismo mantém o princípio de organização sindical num regime político orientado por princípios cristãos, porquanto neste os sindicatos deverão proporcionar integralmente às respectivas classes os meios necessários à satisfação dos seus legítimos interesses materiais, culturais, morais e espirituais (SALGADO, 1955g, p. 122).

A julgar pelo momento econômico vivido pelo Brasil e as propostas de corporações, esclarece-se o estágio da evolução econômica pretendido pelo autor. Não se trata da pretensão de retorno à Idade Média como queriam autores exemplarmente representados por Berdiaeff (1936). Mas, no contexto de transição para o capitalismo dependente, em que coexistiam o “novo” e o “velho” na economia e política brasileira, Plínio Salgado preferia o que havia de mais senil na possível contradição. Da revolução conservadora ocorrida no Brasil, preferiu muito mais o aspecto “conservador” do que o “revolucionário”. Novamente, não pela questão

econômica, mas moral. Logo, a segurança social e as garantias dadas aos indivíduos pela transformação do sistema concorrencial em corporativista nada mais representavam do que estratégias de conservação do autoritarismo e dos traços do antigo sistema. Em outras palavras, o autor pretendia transformações dentro da ordem, o que justifica a ojeriza integralista ao comunismo e a superficialidade da crítica capitalista. A própria tinta do nacionalismo encobria a defesa dos traços típicos do colonialismo, único período da história em que o Brasil fora realmente autêntico e autônomo.

Da defesa do nacionalismo na relação econômica internacional, podemos argumentar o último item defendido pelo autor: o necessário princípio cristão na relação comercial entre os países. Para ele, o avanço do comércio monopolista sobre o Brasil, através das ações de empresas e bancos multinacionais, não interessava pela exploração econômica que aqui exerciam, mas pela negação da nacionalidade, ou seja, pela aceleração das transformações sociais e pela importação de modelos culturais, morais e de pensamento vinculados ao Velho Continente. “[...] o progresso técnico tornou, cada vez mais, as Nações dependentes umas das outras. As Nações de tal forma se entrelaçaram que estão hoje intimamente costuradas e não se pode puxar sozinha uma bandeira sem que se arrastem as outras” (SALGADO, 1955g, p.157). O avanço do processo de mundialização da economia e os investimentos especulativos internacionais destruíam a nacionalidade à medida que impunham a ditadura do materialismo. Há de se destacar, no entanto, que para Plínio Salgado e seus adeptos, em decorrência do entrelaçamento econômico das nações, os prejuízos eram calculados em termos de importação de ideias comunistas.

A carência econômica brasileira, derivada da espoliação estrangeira, não era contabilizada, somente os aspectos ligados profundamente com o eixo central da abordagem espiritualista importavam, ou seja, o quanto a personalidade e os valores nacionais eram afetados. A doutrina e as formas de pensamento aí ocupavam lugar privilegiado, sendo que, combater o internacionalismo econômico significava valorizar uma forma perfeitamente nacional de abordar questões pertencentes às dimensões do espírito. Nesse sentido, o econômico e o financeiro se revelavam como ferramentas a serviço da missão nacionalista. Dos defeitos e prejuízos do

comércio internacional, apontados pelos integralistas, não derivava uma proposta de isolamento e total fechamento à economia mundial. Pelo contrário, se acima se destacou a recusa integralista pela extrema interdependência e transnacionalidade, derivada do materialismo como concepção maior de sociedade, o outro lado da moeda revela que o isolamento completo também era concebido como prejudicial.

Exacerbado nacionalismo criou nos Estados Totalitários uma aspiração de autarquia, ou de autosuficiência, que parecia ter em mira os dias negros da guerra. Esse nacionalismo isolou os povos daqueles Estados e influenciou nos outros povos, que, ou por motivo de represália, ou de imitação, adotaram políticas aduaneiras perturbadoras do comércio das nações (SALGADO, 1955e, p.343).

Haja vista a defesa do nacionalismo, o que o autor sugeria se resumia à exportação de um modelo tipicamente brasileiro de conceber a economia, o comércio e as nações. Por isso que o catolicismo se transforma no eixo central da proposta integralista para o comércio internacional. Plínio Salgado reclamava a autoria e originalidade de um pensamento autenticamente brasileiro e pretendia transformar esta concepção de mundo, de forte base católica, em modelo espiritual e econômico para os demais países.

[...] nenhuma Nação poderá assumir sòzinha uma atitude liberal no tocante à política alfandegária, pois ficaria em condições de inferioridade. Um convênio internacional se impõe, para regular de forma humana e cristã o comércio dos povos. A natureza dividiu de tal sorte o planêta, que parece-nos indicar uma vida de intercâmbios e de ajuda mútua. O estudo da geografia econômica mostra-nos, com a diversidade dos climas, da flora e da fauna, das condições do solo e do subsolo, que a Humanidade pode e de viver em paz, em trabalho fecundo e sem necessidade de atritar-se (SALGADO, 1955e, p.343)

No rol de mandamentos que esse comércio internacional deveria seguir, destacava-se a submissão do econômico ao espiritual e o uso do poder da autoridade por todas as nações, que deveriam se inspirar no exemplo brasileiro de combate aos movimentos sociais e ao comunismo. Plínio Salgado defendia a ideia de que o Brasil portava a essência da Quarta Humanidade, ou seja, da humanidade integralista, porque o autêntico homem brasileiro possuía uma tendência natural à ordem e à submissão. Enquanto o Velho Mundo representava um sistema degradado, o Brasil demonstrava a esperança do “novo”. Nunca é demais lembrar que a submissão do econômico ao espiritual não trazia automaticamente a

igualdade entre as nações. Pelo contrário, o senso ufanista das crenças plinianas revelava uma tendência à ação geopolítica de dominação externa, seguindo como requisito básico um imperialismo nos moldes católicos. Nações não seguidoras do catolicismo deveriam ser colonizadas e convertidas, a exemplo do que aconteceu com o Brasil. A partir da ação católica, as antigas nações seriam batizadas no Espírito Santo e finalmente integradas na Quarta Humanidade. Essas análises demonstram certa visão cruzadista e de defesa da guerra santa travestida em nome da própria humanidade.

Para finalizar este capítulo, propomos a seguinte conclusão sobre a relação entre a base econômica e a doutrina integralista: 1) a economia deve se submeter a espiritualidade; 2) a submissão da economia a espiritualidade não significava menor importância ou inexistência de propostas nessa área; 3) o Integralismo propunha o combate ao materialismo, entendido como comunismo e capitalismo, mas enquanto negava totalmente o primeiro, em relação ao segundo tecia críticas apenas superficiais, criando uma identificação maior do que a própria negação. Nesse aspecto, pela dificuldade de propor um sistema de natureza diferente, o integralismo revelou-se estratégia de conservação da ordem e do *status quo*; 4) O ataque à modernização, industrialização e urbanização visava uma ideologia da inconformação com o período, mas no limite servia como centro da defesa do autoritarismo anterior ao início da industrialização; e 5) a relação entre as nações não deveria ser regrada por critérios materialistas, mas cristãos, portando um caráter econômico semelhante ao mecanismo econômico do Integralismo brasileiro.

Na tarefa de elucidar os meandros do pensamento integralista brasileiro nas décadas de 1920 e 1930, já tratamos da biografia de Plínio Salgado, da participação literária, do modelo de Estado e das propostas econômicas como estratégia de conservação do capitalismo. Nesses quatro últimos capítulos, insistimos que o pilar das propostas plinianas se referia à defesa da educação e da formação moral. Portanto, o capítulo que se segue vislumbra esse aspecto da temática geográfica. A nosso ver, o campo da educação se revelou como a área para onde confluíram as propostas da extrema direita nacionalista do período. O próximo capítulo pretende, portanto, explicar a relação entre educação e os demais aspectos da visão integralista em discussão naquele período.

6. PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRALISTA

6.1 Contexto nacional da educação na Primeira República

A dificuldade maior em sistematizar as ideias a respeito da educação integralista encontra-se justamente no fato de que não existe nenhuma obra, artigo ou programa organizado e com sistematização suficiente para elucidação das ideias de Plínio Salgado. Mesmo em uma coleção intitulada Enciclopédia do Integralismo (1959), que apresenta um volume destinado à educação integralista, o que encontramos são recortes, descontextualizados, de autores com opiniões soltas e até mesmo antagônicas sobre o tema.

Ao recorrer às produções externas às publicações plinianas, a realidade também não é diferente: os trabalhos são esparsos e enfocam aspectos que não tratam diretamente da concepção pedagógica, metodológica ou de conteúdo. Há uma tese de doutoramento na biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) que versa mais especificamente sobre a educação e integralismo (CAVALARI, 1955), mas também não trata da temática mais ligada às “questões internas” da concepção educativa. Na verdade, a preocupação da autora é com as estratégias de educação integralista e não necessariamente sobre o conteúdo dessas estratégias. Ademais, se trabalhos

vinculados mais diretamente ao conteúdo do programa educativo do integralismo existem, não os encontramos, mesmo após o rastreamento em diversas universidades e bibliotecas especificamente destinadas ao Integralismo. A saída para escrever esse capítulo consistiu em coletar dados, informações e concepções na vasta obra do autor. Certamente, o conteúdo educativo e pedagógico se fez presente, não de forma clara e explícita, mas diluída e muitas vezes imprecisa, já que estão nas entrelinhas da produção panfletária de Plínio, mergulhado nas permanências e contingências do cotidiano. Se perdemos por falta de clareza e de referências mais latentes, ganhamos em profundidade de interpretação, já que simples afirmações sobre a educação nos levam à uma revisão de praticamente todo o programa integralista. A ausência de cópias de programas utilizados nas escolas integralista ou um plano de organização mais coerente também exige que tenhamos maior conhecimento das transformações que aconteciam na política de educação do país como um todo. Somente o panorama geral nos permite ligar os pontos que aqui parecem isolados e sem causa ou consequência correlata com um projeto de educação mais específico. Portanto, o conhecimento minimamente suficiente do contexto da educação e do ensino naquele período é o ponto de partida.

A discussão travada em torno da educação durante a Primeira República é de importância ímpar para o entendimento da configuração ideológica e política nacional, tanto histórica quanto atualmente. O significado da República nesse período, traduzido em torno de maior abertura no campo do conhecimento e do surgimento e desenvolvimento de novas correntes do pensamento, fez-se sentir nos meandros e descaminhos percorridos pelo ensino oficial e público e, conseqüentemente, no posicionamento dos diversos setores em torno dessa temática. Sob a égide das transformações políticas oficiais e reais, três situações caracterizam de modo geral o campo educacional naquele período: 1) o desenvolvimento de amplo movimento de reformulação do sistema público de ensino, caracterizado como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico 2) a continuidade do sistema excludente do império sem a definição de um projeto nacional de educação pública; e 3) o caráter ingênuo e romântico de diversos movimentos que creditavam à educação a solução para todos os problemas sociais. A elucidação desse contexto contraditório e confuso, mas, sobretudo, de

metamorfismo estrutural, é necessária e colabora sobremaneira para entender o lugar que o projeto educacional integralista ocupava na diversidade de propostas do período.

A decepção política dos diversos setores, principalmente dos intelectuais, é clara e evidente quando se analisa a última década do século XIX e a primeira do século XX. O fervor ideológico em torno do advento da República não se transmite para o período posterior à Proclamação e acusa a frustração dos mais diversos setores sociais com a reprodução de um sistema excludente e opressor, mesmo sob a pintura da *“coisa pública”*. Dessa forma, há uma anestesia dos diversos movimentos sociais até pelo menos a Primeira Guerra Mundial.

Na educação, as proposições pioneiras de caráter mais global e transformador aparecem claramente durante e após o conflito mundial sob a forma de campanhas nacionalistas. Um exemplo latente e provavelmente inaugural desse quadro são as conferências de Olavo Bilac e da formação da Liga de Defesa Nacional (1916). A partir de então eclodem no Brasil os movimentos mais diversos, como revistas nacionalistas e grupos de discussão dos problemas brasileiros, propositores da educação como eixo principal da republicanização necessária e ainda à mercê da realização. Tais movimentos, críticos do sistema político oligárquico estruturavam-se sobre a base das preocupações com o país em sua dimensão externa e interna. Externamente, a Primeira Guerra Mundial havia revelado o caráter frágil e desprotegido do Brasil em termos de país candidato a título de nação nascente. É marcante também a inflamação do espírito nacional, já que a defesa nacional e a ameaça externa foram alçadas à ordem do dia. A campanha pelo serviço militar obrigatório de Olavo Bilac e a conseqüente criação de diversos “tiros de guerra” em diversos pontos do território nacional, bem demonstram tal preocupação.

Consoante às questões externas existiam graves problemas endógenos à espera de solução, também encarados como derivativos da péssima condição de educação pública. Nesse sentido, se fazia necessário combater o problema moral do país, transformando a educação na chave das soluções, principalmente políticas. Imitadora dos modelos das nações mais desenvolvidas, essa perspectiva da educação poderia converter inclusive a política oligárquica dos governadores, já que

o sistema político opressor era derivado, nessa perspectiva, da falta de conhecimento e consciência da população renegada pelo sistema educacional.

Esse quadro aparentemente entusiasta da educação nacional sugere um movimento avassalador irrefreável no sentido da superação do problema de falta de projeto nacional para a educação. Não só a quantidade de setores envolvidos, mas a empolgação que a temática assume comprova a tendência. No entanto, o inimigo a ser batido gozava de mais força do que movimentos de iniciativas espontâneas, altruístas, partidárias e civis poderiam enfrentar. A ausência de projeto nacional na área educacional contava com os interesses das oligarquias: a falta de infraestrutura, o peso da exploração econômica e cultural externa, os mandos e desmandos das antigas elites conservadoras e, sobretudo, da própria confusão da constituição republicana quanto à responsabilização pela educação. Mesmo a partir da constituição de 1891, predominava ainda uma interpretação que vinha desde o Ato Adicional de 1834,

[...] segundo o qual compete à União fixar os padrões das escolas secundária e superior, enquanto os da primária e técnico-profissional competem aos Estados (competência privativa). Essa é uma das razões mantenedoras do chamado “dualismo” do sistema escolar brasileiro, traduzido, muitas vezes, na contraposição entre as escolas de “elite” – secundária e superior – e as escolas do “povo” – primária e técnico-profissional. Nesse sentido há uma continuidade da política do império já que o quadro social na República não apresenta grandes transformações (NAGLE, 2006, p. 289)

Conforme a citação, dentro da própria legislação brasileira predominava a carência de um projeto nacional, visto que naquele contexto, a manutenção do federalismo, oriundo da própria constituição, era fonte da inconsistência do projeto de educação como meta realizável para toda a nação. O poder dos estados para gerir o ensino primário e técnico-profissional e da União para o ensino secundário e superior foram fundamentais para manutenção de um sistema concentrador e injusto, ou seja, a diferença entre elite e povo que os movimentos, principalmente na década de 1920, queriam combater pela via do ensino público, estava encarnada dentro da própria concepção de Estado republicano. Essa indiferença ou inexistência de um projeto nacional da educação também é retratada pela ausência de um ministério específico para esse setor durante toda a República Velha, que só apareceu em 1930, ainda sob a denominação de Ministério da Educação e Saúde

Pública. Combater o dualismo “elite versus povo” através do ensino público não era, portanto, tarefa das mais fáceis. Em sua campanha vários grupos empregaram esforços e tiveram seus objetivos frustrados. Hoje, depois de terminado aquele e outros períodos da história da educação e do ensino público brasileiro, podemos concluir que as contradições não foram superadas na educação brasileira, nem onde o elitismo continua como marca maior.

6.2 Finalidade política da educação integralista

O projeto integralista se desenvolveu dentro desse contexto de agitação em torno da temática da educação e ensino público. Acompanhou diversas propostas, mas apresentou programas e projetos originais. O protagonismo da educação no desenvolvimento do Integralismo pliniano pode ser mensurado pelo número de escolas que a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) controlava por todo o país: chegou a organizar e administrar 3000 escolas perfazendo um total de 100 mil alunos por todo o país (CAVALARI, 1995). À título de explicação da relevância da educação para Plínio Salgado, é de considerar que por ocasião do Estado Novo, a relação entre Plínio e Vargas foi mediada pelas negociações em torno da pasta da educação, evidência do envolvimento do nosso autor com a temática.

Plínio Salgado em seus escritos, tanto em livros como em artigos de jornal e de revistas, referenciava a educação em dimensões abrangentes, ou seja, o seu conceito não estava circunscrito ao ensino ministrado nas escolas. No entanto, afirmar que a concepção de educação extrapolava a esfera oficial, não significa que as políticas oficiais do Estado eram relegadas a um papel secundário. Pelo contrário, para o Integralismo Pliniano a dimensão pública da educação ocupava papel central, associava-se à iniciativa de construir uma revolução espiritual, sendo tratada, portanto, como sinônimo de cultura integralista. Diferentemente da concepção humanista e antropológica do termo, o conceito de cultura integralista se ligava necessariamente à idéia de finalidade sobrenatural do homem. Deveria ser uma ação temporal e localizada, com vistas ao sobrenatural e ao transcendental. A concepção do destino do homem se colocava à frente e deveria orientar qualquer projeto na área educativa. “A sociedade, pois, segundo o conceito finalista da

Doutrina do Sigma, existe em razão de uma finalidade temporal que por sua vez é determinada moralmente por uma finalidade sobrenatural e eterna” (CORBISIER, 1959, p. 65). A finalidade sobrenatural e eterna a que se refere o autor é a mesma propagada pela religião católica: suas determinações, sacramentos, dogmas e objetivos serviam perfeitamente ao projeto integralista pliniano de educação. Por conseguinte, a razão, representante de todas as ciências, deveria estar a serviço da “verdade revelada” e quando por ventura as duas entrassem em contradição, o poder da inteligência superior, representado por Deus, teria toda primazia.

Essa doutrina revelada não contradiz a ciência dos homens, quando colocada esteja esta nos seus justos limites, e nem poderia contradizê-la, já que a ciência dos homens é abrangida pela ciência de Deus. O grande equívoco reside em julgarem certos cientistas que as suas conclusões – que eles próprios consideram passíveis de retificações e até de ab-rogações, - devam servir de base a um conceito moral constantemente mudável, ao ponto de afirmarem muitos que o que foi crime em certos séculos pode ser virtude em outro, e o que foi virtude pode passar a ser crime, critério que faz da moralidade um conjunto de regras variáveis subordinado aos impositivos transmutadores da História e da Geografia (SALGADO, 1955m, p. 257).

Essa compreensão espiritualista da realidade, em que a História e a Geografia não possuem dinâmicas próprias e nem influem sobre a realidade, obviamente incidiria sobre o próprio conteúdo que as escolas deveriam seguir: o plano maior era doutrinar em uma formação que regresse o comportamento dos alunos e não que lhes ensinassem os progressos da razão e da ciência, tratadas pelos integralistas como luxos materialistas. Não é à toa que a insistência dos integralistas em diferenciar instrução de educação tem um peso considerável.

Consequentemente, mesmo do ponto de vista da fisiologia cerebral, parece-me que a instrução sem educação nada aproveita e quanto aos índices valorativos da personalidade, não temos a menor dúvida de que isso a que chamam educação e que não passa de instrução sem objetivo moral, nada vale [...] (SALGADO, 1955m, p. 261).

Para os integralistas, enquanto a instrução possuía um quadro meramente informativo e racional, a educação, em seu sentido amplo, tratava das questões de comportamento, colaborando com a formação de valores que interessavam ao seu projeto maior, situação bem demonstrada no embate entre geocentrismo e heliocentrismo. Mesmo no início do século XX, Plínio Salgado insistia:

À concepção espiritualista do mundo, o vaidoso “homo sapiens” deu a denominação de “geocentrismo”, demonstrando, de telescópio em punho, que a terra não era o centro do universo nem o homem o centro da Criação, como se as verificações dos cálculos de Copérnico e de Newton pudessem abalar os fundamentos da Verdade Revelada que transcendendo dos métodos adequados ao experimentalismo das ciências particulares.

Entretanto, negando o Criador e o destino superior da criatura humana, o homem-científico construiu sistemas filosóficos baseados na própria criatura humana, tornada medida de si mesma, chave interpretativa do cosmos e reguladora das leis morais e da ordem social. Nada mais egocêntrico do que essa concepção materialista da vida (SALGADO, 1955n, p. 37).

A formação moral católica servia de substância ao programa de ensino e de educação integralistas, sendo, portanto, o eixo fundamental do próprio significado do nome “*educação integral*”. A palavra *educação*, no uso de Plínio faz referência direta à formação moral, enquanto que o *integral* refere-se ao uso particular e individualista das escolas para atender aos interesses partidários do Sigma, adequando-se ao seu projeto de sociedade. Mesmo extensa, a próxima citação é válida, pois refere-se ao eixo central da concepção pliniana de educação:

Ver na criança o plasmador do futuro, nesse sentido, educa-la: objetivar nessa educação, não só o seu aspecto somático, o aspecto cívico, o aspecto intelectual, mas, antes de tudo o seu aspecto moral, a isso é que aspira o Integralismo, cujo nome justifica a sua posição diante do conjunto desses problemas. A formação pliniana colima esse fim: educar a criança absolutamente integrada na plenitude dos ideais do Sigma, para que seja um brasileiro consciente de suas energias vitais, energias que ele desde muito cedo alimentou e orientou para o sentido de construir uma pátria consciente, também, dos seus destinos magníficos. Essa formação não implica – como pensam adversários dela – uma adaptação focada a ideais pré-estabelecidos, que produziria assim uma obediência toda passiva. Em verdade, não há educação sem ideal. Em educação, pretender não ter nenhum, já é ter um, e, dentre todos, esse é dos mais funestos. O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual.

A cada uma destas faces o integralismo dá sua importância merecida. Ao homem espiritual ensina os deveres para com Deus, para consigo e para com o próximo; ao homem cívico os deveres com a pátria; ao homem intelectual dá-lhe escolas e cultura; ao homem físico oferece-lhe meios adequados ao cuidado da saúde, à conservação da robustez, à higienização, à valorização nacional da força muscular; afinal o integralismo propicia ao homem integral tudo aquilo com que ele possa eficientemente contribuir para a glória de Deus, para a honra da Pátria e para a necessidade dos seus filhos.

De tal ensino e de tal prática jamais poderá sair um escravo. A educação integral consegue, positivamente, o contrário. Liberta o homem, pela disciplina espiritual e física, da tiranía dos instintos. O apostolado inicial e fundamental da educação integralista é a reforma do indivíduo, porque sem essa reforma é inútil, é contraproducente qualquer ensaio de reforma social. Todas essas gerações que a seu tempo se emanciparam do que chamam preconceitos de educação, todos amoleceram as fibras da varonilidade e depressa envelheceram, na escravidão vergonhosa aos instintos deseducados. A educação integral dá ao homem aquilo de que ele impescinde para o êxito na vida (AIRES, 1959, p. 75, grifo nosso).

Por trás da pretensão inicial de construir um projeto de significado humanista e coletivo, declarado quando se analisa a referida “liberdade” e “contribuição com a honra da Pátria”, dormem objetivos muito menos explícitos, de interesses mais particularistas do que coletivos e que tende mais a aprisionar do que libertar. A análise mais profunda do discurso nos revela a contradição nele contida. Vejamos: a afirmação de que “O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe educar o homem todo”, tem relação direta com a concepção integral de homem e sociedade, cerne do projeto pliniano, mas que passa longe do preterido ideal libertário. Pelo contrário, “formar o homem integral”, o “homem todo” tem suas raízes no ideal autoritário de que o ser humano não possui capacidade e autonomia suficientes para decidir os rumos da própria vida (suas concepções de mundo, universo, deus, política...). Nessa visão, o indivíduo não deveria participar nem mesmo das escolhas do destino da sociedade. O integral, nesse sentido, é a negação da liberdade. Quanto mais se insiste na ideia de que a criança deve ter todos os seus aspectos “absolutamente integrada na plenitude dos ideais do Sigma”, menos espaço é oferecido à liberdade da criança, tolhendo dessa forma suas escolhas e contribuindo drasticamente para a padronização de sua personalidade. O “integral” ocupa um lado da balança na formação do sujeito; à medida que o seu peso aumenta, o outro lado, formado pela liberdade e respeito à autonomia, diminui. Isso não seria totalmente verdadeiro se a formação integral estivesse ancorada em ideais progressistas, mesmo para o período, mas a partir da natureza autoritária do Integralismo, a conclusão é óbvia e conseqüente. É muita pretensão para um projeto libertário querer educar de forma absoluta a dimensão cívica, física, intelectual e moral. O “integral” é a negação da “liberdade”, eis a contradição do discurso, oculta na declaração da integralista Leopoldo Aires (1959).

Consequentemente, a concepção autoritária de educação, contrária ao exercício da liberdade, aparece com mais riqueza de detalhes quando a reflexão toma a continuidade da citação, basicamente, pelo tratamento oferecido aos “instintos deseducados”. Pela expressão, o projeto integralista demonstra que estendia o significado de instinto deseducado para qualquer tipo de reação contra a ordem. Como já mostramos em capítulos anteriores, o autoritarismo de base espiritualista tem uma visão deturpada do conflito social. Para ele, qualquer forma de contestação da ordem “natural” da sociedade enquadrava-se no conjunto das doenças individuais promovidas pela fraqueza da educação moral. Os instintos deseducados para o integralismo representavam não mais do que o desalinhamento ou resistência às práticas católicas, conservadoras e de submissão ao *status quo*.

Sem dúvida, os livros integralistas, artigos de jornais e revistas ou qualquer outro documento elaborado para o público não declarariam de forma aberta esse programa. A comunicação com o povo deveria ser “equilibrada”, no pior dos sentidos, ou seja, não poderia ser vazia de conteúdo, mas ao mesmo tempo não deveria revelar todos os objetivos - o que significa que o discurso escondia mais do que revelava. Por esse motivo, ao invés de “submissão”, “passividade diante da exploração”, “falta de liberdade e autonomia”, “imposição de formas de comportamento social”, o projeto integralista usava a expressão “cooperação” social. “A educação, portanto, no sentido de instruir para maior eficiência na cooperação social completa a que visa dar-lhe expansão plena ao seu desenvolvimento físico e espiritual” (SALGADO, 1959, p. 10). “A cooperação social completa” constituía a grande contribuição social do programa coletivo de Plínio Salgado, servia para minar desde a base qualquer tipo de movimento contrário à ordem social dominante. Essa afirmação ganha um peso maior se relacionada com a conclusão do capítulo anterior: o Integralismo não pretendia elaborar uma alternativa ao capitalismo, suas raízes eram as mesmas, mas frear o avanço de movimentos de contestação da propriedade privada. Mas será que Plínio Salgado e seus correligionários poderiam confiar plenamente na educação como eixo central para atender a esses objetivos? Na teoria sim, na prática não. Obviamente que para o materialismo histórico, a base da organização social tem mais poder do que qualquer projeto de educação dela descontextualizado. Nesse sentido, a História posterior à febre integralista das décadas de 1920 e 1930 não poupou tamanha distorção da visão do mundo

espiritualista, a prática revelou a fragilidade das concepções educativas e elas mesmas não se efetivaram, pelo menos no projeto maior de frear o avanço dos movimentos de contestação. Mas para a teoria espiritualista, a exagerada valorização da formação autoritária na educação fazia todo sentido. A base mesma do integralismo é a sobrevalorização do indivíduo em relação à classe e o predomínio do espírito sobre a matéria. E o espírito poderia ser doutrinado. Se formado nos princípios da ordem, a divisão social apresentaria ordem, se formado no princípio da indignação, a sociedade desigual poderia ser transformada – ojeriza da concepção pliniana.

À primeira vista, a valorização do meio social no projeto pliniano poderia representar poderoso instrumento de educação, com vistas à formação da personalidade e de noções de limite e respeito, indispensáveis atualmente a qualquer projeto pedagógico para séries iniciais. Sedutoramente, o autor defendia que:

[...] é aqui que transitamos do campo da psicologia, da fisiologia, da biologia, que compreende a educação moral, física e estética, para entrarmos no campo da sociologia, isto é, do funcionamento do Homem no meio social, não só para que este seja beneficiado pelo esforço e cooperação de cada um e de todos, como para que seja cada um beneficiado pela soma e condições de bens comuns que constituem a zona de condomínio de todas as pessoas e grupos naturais (SALGADO, 1959, p. 9).

Com argumento convincente e bem estruturado, o autor demonstra certo conhecimento das ciências; transita por diversas áreas para sustentar a necessidade da educação coletiva e explicita os benefícios da educação no ambiente escolar, ou seja, uma educação que nasça da sociedade para a sociedade. O indivíduo nessa perspectiva seria portador de anseios coletivos e socializantes. No entanto, o espiritualismo não acreditava que todas as pessoas eram iguais em suas necessidades, direitos e deveres, ou seja, a pretensão social da educação coletiva desaba no fim da citação, quando o autor revela uma das matrizes do seu pensamento, trata-se da referência à educação social como sinônimo de “grupos naturais”. Já vimos em capítulos anteriores que os grupos naturais correspondiam à base da organização social defendida pelo Integralismo pliniano, grupos de colaboração, diferentes no que concerne à hierarquia, mas com certa organicidade e indispensabilidade para o funcionamento do quadro social.

Os grupos sociais naturais estavam organizados em escala: partiam da base que era a família, transitavam pela profissão e/ou corporações, continuavam a vida política e social no município e finalmente se agrupavam na pátria e no Estado. À religião correspondia à forma de relação entre os indivíduos nesses diversos grupos. Já trabalhamos como essa organização excludente atendia aos interesses do Integralismo e da sociedade de classes. É importante destacar, no entanto, que no quadro educativo, os dois extremos se uniam: a família e a pátria. O lar deveria ser a partida e a pátria a chegada. Como berço da educação, o modelo da família católica deveria ser estendido à escola. Isso implicaria, sob a concepção católica dessa instituição, formada por pai, mãe e filhos – originariamente hierárquica - um ensino não menos autoritário. Mas essa não é a questão chave. O fundamento da concepção educativa pliniana era o uso político e partidário que pretendia.

A escola de formação pliniana é um fóco, em que se caldeiam as energias do brasileiro futuro que nêle adquire a inquebrantabilidade necessária para o legítimo êxito na vida. Essa é uma escola de orientação e de disciplina. Orientar e disciplinar a liberdade, eis a substância da formação pliniana. Eu vejo nesses pequeninos soldados do Sigma, a grande Legião invisível de amanhã. Eles serão os dominadores e os triunfadores, não com as armas de bruteza, porque já não precisa dela quem argamassou com sacrifícios o seu prestígio moral, mas com as da individualidade que vem da educação, de uma educação íntegra, perfeita (AIRES, 1959, p. 76).

O sentido político da educação integral travestia-se da finalidade nacionalista e patriótica. Dever primeiro da família, célula mãe da sociedade, o amor à pátria e ao país ocupava o primeiro plano e merecedor se fazia de todos os sacrifícios. Para Plínio Salgado, em condições de desenvolvimento ideais, ou seja, após a plena realização da sociedade integralista, o modelo de educação familiar deveria permanecer. O máximo de autonomia que a instituição escolar poderia desfrutar restringia-se ao prolongamento dos interesses da família. Mesmo na década de 1920 e 1930, considerada por ele como de total desintegração, a escola e o Estado não deveriam transcender a iniciativa familiar, pressupondo que a origem e a manutenção das famílias são conceitos inextricavelmente cristãos e católicos. Não havia família fora do conceito cristão e nem escola afastada da família. Portanto, ensinar e educar eram atividades eminentemente religiosas, ou pelo menos, os mesmos critérios da religião deveriam reger a relação aluno e professor, o conteúdo a ser ensinado e o método a ser aplicado na escola.

A impossibilidade de realizar esse projeto, em função do ideal republicano do período, incidia no principal ataque de Plínio Salgado ao modelo de educação e escola então reinante. A constituição de 1891 em seu artigo 72, §6º, determinava: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, enquanto o § 24º do mesmo artigo garante o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial” (NAGLE, 2006, p.291). O laicismo na educação ainda era novidade naquele período, portanto, contradizia toda a ala tradicional da sociedade brasileira, com destaque para o do nosso autor. O sentido de reforma dentro da ordem ou de revolução espiritualista para a educação lançava os integralistas na campanha desenfreada pela retomada da tradição da família católica nos empreendimentos formadores da criança. Pedagogicamente também é salutar afirmar que para o Integralismo as crianças não possuíam personalidade ou importância em si, a infância era encarada como uma fase da formação do adulto. Sendo assim, pretendia-se ensinar as crianças, pensando nos benefícios que essa educação poderia fornecer em longo prazo para o projeto político do Integralismo. Para tanto, estava muito bem definido para o integralismo **o que** (conteúdo) deveria ser ensinado, **como** (metodologia) deveria ser ensinado e a **quem** (público) deveria ser ensinado.

O conteúdo a ser ensinado nas escolas integralistas resumia-se basicamente a uma forma de pregação patriótica. O amor ao país e a fidelidade à pátria, em suma, o conteúdo nacional, agasalhava a preservação da ordem e a aceitação da condição social na perspectiva corporativista e autoritária.

Quero falar das belezas morais para que elas sirvam de exemplo, para que elas frutifiquem, porque o Homem do Brasil deve ser ainda mais belo, pelas suas virtudes, do que a própria natureza majestosa. [...] para vocês, agora, a fim de que aprendam a amar ao Nosso Brasil. Para vocês, quando forem grandes, ensinarem as crianças a amar ao Nosso Brasil. Não pode existir Pátria se os seus habitantes não sabem de onde vieram, se não cultuam os nomes dos fundadores da Nação, se não procuram as raízes mais remotas de que se originaram os acontecimentos principais determinadores da formação da Nacionalidade (SALGADO, 1954b, p. 273).

Aqui não há ódios insanáveis, aqui não há preconceitos, nem de raça, nem de côr; e, por isso mesmo, o Brasil conquista a todos os que o procuram e os transforma em brasileiros. (SALGADO, 1954b, p. 277).

Nas referências está claro o conteúdo da educação nacionalista pretendida pelo autor: mostrar e formar nas crianças uma imagem daquilo que efetivamente o Brasil não era. A própria postura xenofóbica do autor em relação aos problemas e/ou agitações do período já é argumento suficiente para negar a afirmação de que “Aqui não há ódios insanáveis, aqui não há preconceitos, nem de raça, nem côr”. Aliás, o conteúdo cumpria com um objetivo bem determinado, representado pela pregação da ideologia nacionalista, comum naquele período, inclusive em outras iniciativas. Ensinar a amar o país constituía importante pretensão para não transparecer os problemas que efetivamente o acompanhavam. O desafio do pensamento nacionalista de direita apontava para a necessária implantação da ideologia da unidade social e territorial que na prática não existiam. Como obrigar a população e a sociedade brasileira a se identificarem com o país e a desenvolver o sentimento de pertencimento se predominava a exclusão crescente da maioria dela tanto no meio político como econômico? Seria possível criar um sentimento fraterno de união e paz em uma sociedade recém saída de uma escravidão e que aos poucos entrava em outra? Para os integralistas sim. Dependia apenas do convencimento individual dado pela educação. A tentativa espiritualista procurava compensar através das ideias os problemas de origem material. Nesse sentido, o pensamento deveria oferecer aquilo que a matéria negava.

Contíguo à ideia de um conteúdo que mais esconde do que revela, Plínio Salgado tratava três disciplinas como matrizes estruturantes dos temas trabalhados: Aritmética, a Língua Vernácula e Geografia. Essas disciplinas, para ele, permaneciam esquecidas nos ensinos secundários e superior. Tamanha importância também pode ser entendida se a colocarmos no contexto geral do programa integralista. A funcionalidade da Aritmética devia-se basicamente à necessidade dos alunos em desenvolver um raciocínio lógico minimamente suficiente para a compreensão do plano integralista, mesmo que não resistisse à exposição e contradição do mundo real. Nessa perspectiva, manter o pensamento no campo da lógica formal e Matemática significaria fechar as portas da reflexão para o mundo. O estudo da Língua Vernácula se relacionava com o objetivo do autor em ensinar a nacionalidade pela originalidade da língua. Conforme destacamos no capítulo três, Plínio pretendia resgatar a origem do Brasil através do estudo idiomático. O mito da originalidade através do encontro do português e do índio, do idioma latino com o

tupi, tinha um peso enorme para a conclamação da pureza e da originalidade da língua e consequentemente, da raça brasileira. A terceira disciplina de importância fundamental, a Geografia, figurava como o carro chefe da pregação patriótica. A ela cabia o ensinamento da grandeza natural e a unidade territorial e social, bem como o enaltecimento dos heróis, dos acontecimentos e da exaltação do convívio harmonioso entre as classes. Segue uma pequena grade curricular que deveria acompanhar o ensino de Geografia nas séries iniciais (ver quadro 3):

TABELA 4 – Conteúdo programático quanto à história dos heróis, acontecimentos e classes a serem enaltecidas

HEROIS	CLASSES	ACONTECIMENTOS
Plácido de Castro, José Bonifácio, Marquês de Tamandaré, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Duque de Caxias, Floriano Peixoto, Osvaldo Cruz, Rodrigues Alves, Pereira Passos, Olavo Bilac, Diogo Antonio Feijó, Canabarro, General Osório, José de Alencar, Tiradentes, Alberto Tôrres, Gonçalves Dias, Farias Brito, Antonio Carlos Gomes, Barão de Mauá, Barão do Rio Branco, Vitor Meirelles, Pedro Américo, Almeida Junior, Batista da Costa, Castro Alves, Santos Dumond, Joana Angélica, Ana Quitéria, Ana Neri, Bárbara Heliodora, Marília de Dirceu e D. Pedro II.	Evangelizadores, cangaceiros, bandeirantes, jangadeiros, operários, pescadores, boiadeiros, tropeiros, marinheiros, barrigas verde, lavradores e garimpeiros	Guerra do Paraguai Expulsão Holandesa

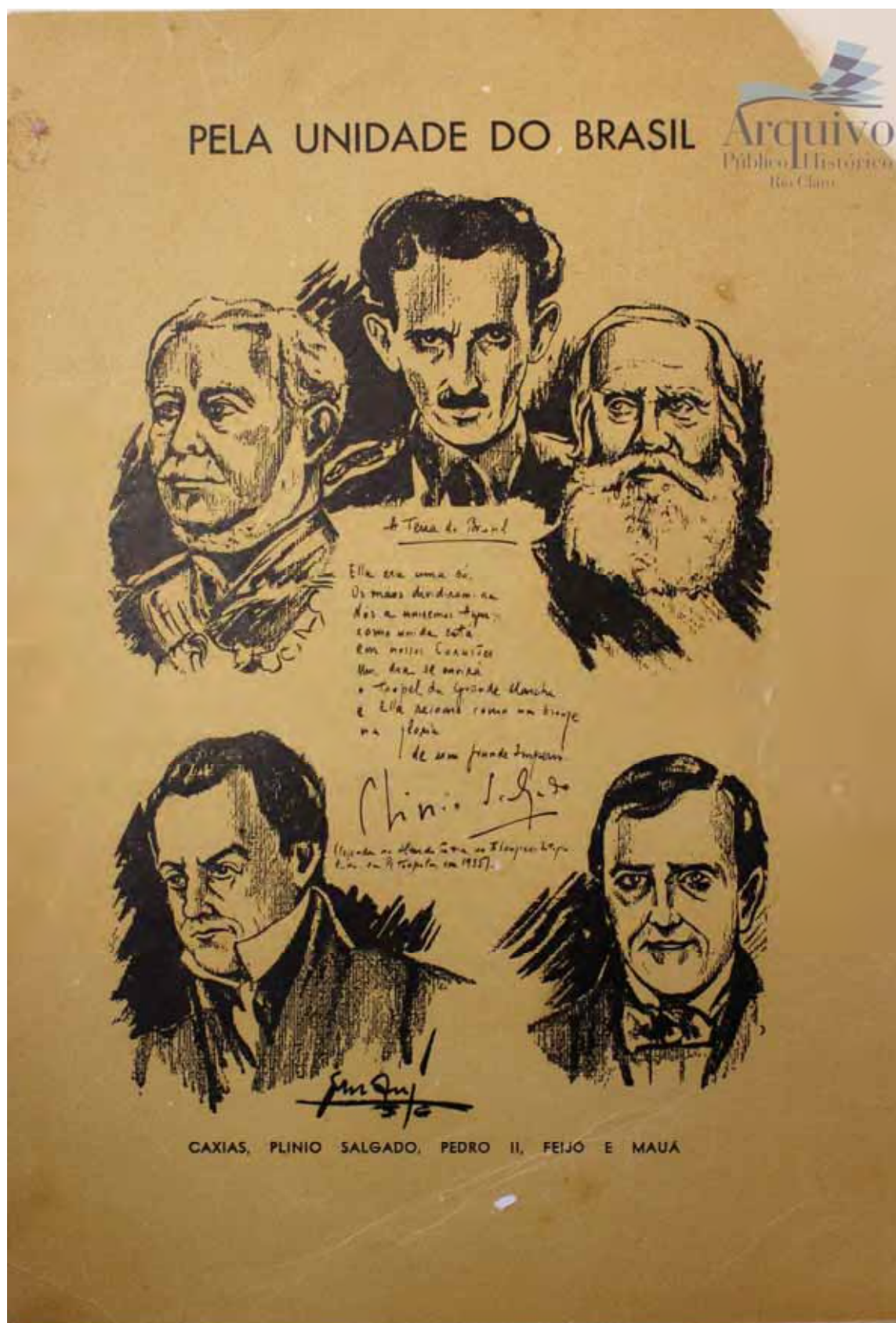
É importante destacar desse quadro comparativo que os heróis nacionais emergiram de diversas áreas de atividade: escritores, revolucionários, políticos, empreendedores, músicos, marechais, etc. Plínio Salgado não pretendia o ensino completo da vida dessas pessoas, mas insistia em demonstrar para os alunos a necessidade de construir um país e se entregar à tarefa abnegada a que muitos já se submeteram. Também interessava ligar os jovens aprendentes a uma origem

comum através do culto desses heróis. Essa orientação correspondia à política integralista para não permitir ao aluno a criação do seu próprio modelo de vida. Contrário a isso, para o Integralismo, o aluno não possuía valor enquanto criança, a sua educação ocorria em função do adulto que se tornaria mais tarde. Por esse motivo, criar histórias e padrões de vida a serem copiados estava na ordem do dia, pois trazia em seu bojo o regramento do caminho futuro que o aluno deveria seguir. Para Plínio, os jovens poderão “[...] pensar um pouco diante de cada uma dessas històriazinhas e escolher para si um modelo (SALGADO, 1954, p. 279). No projeto de vida pré-definido pelo Integralismo, deveria existir a perseverança, a firmeza e jamais a opção ou troca de rumo. Trocado em miúdos, educar as crianças e os jovens no exemplo de vida dos grandes nomes da nacionalidade constituía um fundamento mesmo da padronização e regramento da conduta social.

Quanto à coluna dois, a das classes sociais⁸, ocorria o enaltecimento das mais importantes profissões e ocupações naquele período. O sentido de colocar no mesmo nível o bandeirante, o cangaceiro e o operário é justamente o de afirmar o princípio de integração pretendido na sociedade brasileira. É o ideal corporativista da organização social. Efetivamente isso não acontecia, mas na teoria, destacava a necessária colaboração e aceitação das contradições sociais. Já na relação dos acontecimentos, chama atenção a não relação da Independência do Brasil. Conforme já trabalhamos no capítulo quatro, para Plínio Salgado, a Independência representou um mal. Dessa forma, a Guerra do Paraguai deveria ser elevada a exemplo de acontecimento nacional. Para o autor, a própria imagem de Duque de Caxias servia como analogia à missão de defesa nacional que o próprio acreditava cumprir. A Figura 8 mostra uma propaganda integralista em que Plínio Salgado aparece juntamente com importantes personagens da história do Brasil. Ele mesmo se considerava um homem de referência para a educação das crianças e jovens brasileiros.

⁸ Plínio Salgado utiliza a expressão classe social como sinônimo de categorias profissionais.

FIGURA 8- Propaganda da Ação Integralista – pela unidade do Brasil



ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO, 1935c.

Quanto ao como ensinar, afirmamos que a mesma visão conservadora do autor sobre as transformações sociais poderiam figurar como método central de ensino nas escolas integralistas. O termo conservador, como aqui o entendemos, teve origem no Iluminismo do séc. XVIII, quando seus representantes acusavam os opositores de contraposição às idéias naturalistas, materialistas e do progresso inevitável (VIEIRA, 1998). O conflito entre as idéias iluministas e o pensamento conservador centrava-se na oposição progresso versus tradição. Para a síntese da história de um período, o conservadorismo está intimamente relacionado ao momento, ao local e à forma como ocorre, e se traduz pela posição de defesa de um conjunto de idéias contrárias às transformações de uma determinada realidade. Assim o autor integralista, Leopoldo Aires (1954, p.73) resumia a posição integralista diante da educação, revelando o caráter conservador do pensamento pliniano.

Se o homem é o que a criança foi – é preciso na criança preparar o homem. O sentido dessa preparação está subordinado, não a valores relativos e transitórios, mas a um ideal absoluto. Podem e devem variar as formas de aquisição intelectual. A psicopedagogia é a ciência da variedade metodológica, em função da mobilidade do processo psíquico. A inteligência requer adaptação psíquica ao tempo. Só assim podemos admitir que haja educação para uma civilização em mudança. Outro significado que se pretenda emprestar a êsse conceito – como o de que é necessário substituir os antigos valores, absolutos, pelos relativos e modernos – é tendencioso e gerador de uma agitação malsã. É compreensível o sentido de mudança de civilização, se se trata da transformação, da evolução dos valores relativos, os únicos que, com efeito, podem variar.

A declaração de que a resistência às transformações no campo dos valores não correspondia à oposição no setor metodológico, não resiste à prova dos fatos. É de conhecimento dos estudiosos da educação que as mudanças nas formas do ensino implicam transformações no método e, portanto, nos próprios objetivos e motivações do ato pedagógico. Os integralistas sempre estiveram atentos às implicações qualitativas que a evolução das outras áreas poderia causar. A desconfiança em relação a tudo e a todos e a demonização das transformações de qualquer natureza reforçam essa conclusão, como bem aponta a consideração do autor a partir de uma teoria reducionista e torpe sobre a forma de desenvolvimento da inteligência humana:

É sabido que tudo quanto vemos, ou vimos, fica durante algum tempo vibrando em nosso cérebro. Chamamos a isso impressão, e a impressão não é mais do que um prolongamento da sensação e principalmente da emoção, exigindo um dispêndio de energia cerebral. Ora, como pode um cérebro, na idade dos estudos primários, ou secundários, gastar mais do que pode, psicológica e fisiologicamente? Sabendo-se que as impressões mais fortes são as dominantes, segue-se que a recordação dos filmes ocupa mais as reservas de energia cerebral do que a preocupação dos estudos. Temos, pois, um cérebro em déficit. Essa é a razão pela qual um ginásiano de hoje sabe menos do que um aluno de curso primário no tempo em que não havia cinema (SALGADO, 1954, p.114, grifo do autor).

Dessa forma, Plínio Salgado pode ser compreendido como um legítimo representante do conservadorismo brasileiro, refletindo tal postura na defesa da disciplina, hierarquia e oposição ao desenvolvimento de novas ferramentas no campo da cultura, como cinema, televisão e até história em quadrinhos.

A respeito do método de ensino, considerando o interesse em formar um homem submisso à função social em âmbito de atuação externo à escola, a disciplina das crianças para os estudos era uma transposição ou analogia da submissão que o adulto deveria ter em relação ao Estado. “A escola deve ser um prolongamento ou uma expressão da vida familiar, pelas atividades comuns a uma e outra, tais as formas de cooperação, a autoridade, a disciplina, a obediência e o trabalho”. (PENNA, 1954, p. 52). O autoritarismo na educação aparecia também pelo controle extremo tanto do que seria ensinado como pela vigilância do comportamento dos alunos. Plínio corrobora essa ideia afirmando: “Em 30, a minha palavra foi a mesma de 32: é preciso educar, educar, educar. Hoje, acrescento outra palavra: educar e vigiar” (SALGADO, 1937, p.66). A deduzir pelos métodos de educação partidária da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira), a repetição como técnica de aprendizagem servia de recheio para o método de ensino. Afirmamos isso porque para o integralismo, o programa obstinado e repetitivo de rituais que evocavam toda a simbologia da autoridade, também tinha uma função pedagógica: a da submissão diante de uma ideia pré-concebida. Vejamos abaixo a inversão dos fatos, ou seja, a dissimulação do integralismo em acusar as transformações no método de ensino e de comunicação do mundo moderno, pela padronização das pessoas, prática máxima do próprio integralismo:

Fala-se hoje em totalitarismo de Estado, mas eu não conheço pior totalitarismo do que êsse, que destrua, inteiramente, a

personalidade humana. Precisamos dar o brado de alerta contra essa organização internacional dos desenhos animados que a meu ver, constitui a pior das ameaças à democracia, que é o estilo de vida, onde mais se exige o poder expressivo do indivíduo, como agente autômato e consciente, insubordinável à opinião fabricada para o uso dos ignaros (SALGADO, 1959, p. 111).

Se tomada isolada, a referência não parece tão calamitosa, principalmente considerarmos o período, mas em conjunto com o conceito de democracia e de objetivos políticos, a inversão entre fato e ilusão ganha toda nitidez. Conclusivamente, a política de ensino dos integralistas pretendia atingir o tecido social de forma direta. Tirar proveito do programa da educação era a ordem maior, conforme citou CAVALARI (1995, p. 43) sobre o caráter eleitoral que a educação integralista previa em suas diretrizes, demonstrado por um documento citado pela autora e que se dirigia à Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina. As diretrizes de 1937 enviadas para todas as Secretarias provinciais bem definia o objetivo da alfabetização empreendida pelo programa pliniano para as mulheres (blusas-verdes):

- 1- A qualificação urgente e imediata de todas as Blusas-Verdes não eleitoras e com qualidades para tal;
- 2- A formação de uma massa eleitoral integralista, pela alfabetização rápida das companheiras analfabetas;
- 3- Trabalhar para que o integralista analfabeto consiga apreender o mais depressa possível, a fim de poder fazer o seu requerimento e obter o título de eleitor para as próximas eleições;
- 4- Qualificação das pessoas das família dos nossos companheiros simpatizantes e amigos;
- 5- Organizar o serviço coletivo em turmas pequenas nas fábricas e a domicílio angariando, alfabetizando e facilitando assim as qualificações;
- 6- Divisão do Município por zonas com uma encarregada para cada zona;
- 7- Prestar serviços à chefia provincial na alfabetização rápida de todos os companheiros simpatizantes;
- 8- Organizar o serviço coletivo em turmas pequenas e ou se preciso individual, para a alfabetização;
- 9- Lembrar a toda Blusa-Verde que ela tem o dever de responder pelo preparo de um analfabeto e pelo alistamento de um eleitor, no mínimo.

10- Nas localidades onde estejam fechadas as nossas sedes, que cada lar de Blusa-Verde seja um centro eleitoral.

Definitivamente, os objetivos da proposta de educação estavam mais vinculados aos fatores externos à escola, como o interesse eleitoreiro manifesto acima, do que ao caráter aparentemente democrático e igualitário da educação. Complementar a isso, a preponderância da família católica na determinação dos rumos da escola, também aponta para a mesma direção. Cabe, no entanto, indagações: por que a escola aparece no discurso integralista? Não seria mais fácil aos integralistas relegarem às famílias católicas a responsabilidade pela educação dos filhos? Se pudessem, provavelmente fariam, mas a agitação política do período não permitiria isso. As próprias famílias, segundo os integralistas, estavam tomadas pelo espírito materialista e em plena decadência. O mundo moderno os obrigava a compensar a péssima educação familiar. E aí entra constatação da degradação da mulher pelo mundo moderno, comprometendo a educação dos filhos, e a necessidade de um Estado forte integralista, para reger a escola e todos os outros níveis de convívio coletivo, público e privado.

O desenvolvimento material do mundo, segundo Plínio Salgado, atingia a todos, mas principalmente a mulher. Na concepção pedagógica integralista a mulher tinha um duplo papel na desintegração moral da sociedade. Primeiramente como vítima do sistema econômico, político e social, pois não estava preparada, tanto moral quanto fisiologicamente para resistir a esses avanços. Posteriormente como principal culpada pela péssima qualidade de educação ministrada aos filhos.

A moeda, a dança, a pintura, o teatro, o cinema, a imprensa, a literatura, tôdas as diversões modernas, que, bem orientadas, podem ser excelentes meios de instrução e de educação moral e cívica, hoje contribuem para o despudor e degradação da mulher.

[...] A mulher encontrará a verdadeira esfera de ação, adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho das funções do lar e da família, fundamentais para a educação física e moral da prole; da escola, e de tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadas e sadias, tais a assistência social, sobretudo as que visam amparar as mães e as crianças – maternidade, creches, preventórios, lactários, escolas de mães, orfanatos, institutos de artes domésticas. Nada impede, antes exige a cultura e o aprimoramento do espírito.

Por abandonar a mulher e as suas elevadas atribuições naturais para debater-se no pantanal de egoísmos e de vícios em que vivem os homens é que o lar e a família atravessam tremenda crise de relaxamento e dissolução. Enquanto ela se manteve adstrita aos deveres naturais de senhora do lar, de zeladora da sua economia, de educadora dos filhos, os homens eram bem melhores do que hoje.

Grande, senão a maior culpa da desorientação mental que vai pelo mundo, do materialismo sórdido e da amoralidade em que se chafurda a humanidade cabe à mulher pelo seu alheamento do lar, com repercussão nefasta na família, fundamento da solidariedade social (PENNA, 1949, p. 43).

Pela incapacidade das famílias, principalmente das mulheres, em controlar a própria educação dos filhos e relegá-la ao sistema materialista desintegrador internacional, novamente o Integralismo Pliniano lança para o Estado a responsabilidade maior pela educação. Um plano nacional controlado rigidamente pelo Estado, para todos os níveis: primário, secundário, normal ou técnico e superior, colaboraria sobremaneira para a implantação do integralismo, como defendia Câmara (1959, p. 34, grifo nosso):

Não intentaremos o reajustamento da sociedade pela escola. Implantaremos um regime novo e só então a nova escola poderá existir e atuar de maneira eficaz. [...] Haverá para todos possibilidade de educação estética. Será viável uma educação social e a educação religiosa será segura e forte.

A possibilidade do Estado Integralista também implicava em política nacional para a Educação. O plano autoritário do integralismo deveria atingir a todos. Novamente é necessário cuidado e ponderação com o emprego de algumas palavras, como **todos**. Oferecer ou obrigar a educação a todos não significava colocá-los em condições de igualdade, pelo contrario, até no ideal pretensamente igualitário da educação generalizada há marcas do autoritarismo. Alcançar a todos estava inextricavelmente ligado à ideia de modelos de educação diferenciados para a elite e para o povo, como o projeto pliniano defendia.

6.3 Educação para elite e educação para o povo

Para o Integralismo Pliniano, o ideal de igualdade não existia, pelo contrário, o ser humano fazia parte de um mundo repleto de diferenças naturais. Não circunscrita às questões individuais, como personalidade e heranças culturais advindas do meio familiar, por exemplo, as diferenças assumidas nesse ponto de vista atingiam a essência da concepção de homem. As pessoas deveriam aceitar as diferenças no que tange o direito, a renda, o trabalho, a política e a função social. Nascida da concepção organicista da sociedade, a admissão de uma minoria como classe de privilegiados, econômica, política e juridicamente, significava a aceitação do destino e da finalidade definidas por forças externas ao controle humano. Portanto, a história não poderia ser entendida como ação de todos os homens, apenas de alguns, portadores de capacidades naturais para orientar a ação dos demais.

Uma “história de poucos” resume bem o que significava a estrutura política nascida da concepção do autor, já que naturalmente as pessoas são dotadas de capacidades e funções específicas. Esse quadro da concepção social ancorava-se no diferencial da capacidade de inteligência e conhecimento. Para Plínio Salgado a sociedade possuía uma elite cultural, com habilidade para antever o futuro e estruturar a sociedade conforme objetivos próprios. Ele mesmo se auto-proclamava privilegiado por possuir uma inteligência diferenciada e uma liderança nata para guiar a sociedade brasileira como um todo. Dessa forma, a educação também não poderia ser igual para todos: a elite cultural deveria ser educada para guiar e orientar os rumos da sociedade, enquanto o povo deveria ser doutrinado para obedecer e manter-se nas virtudes determinada pelos intérpretes da verdade e da inteligência superior.

Nas condições específicas da década de 1920 e 1930, as opções políticas de Plínio Salgado estavam a meio caminho entre a transformação e a manutenção daquela organização social. Por um lado, os movimentos de contestação da ordem, que começavam a se estruturar no período, tais como greves, revoltas tenentistas e a difusão do sentimento de insatisfação popular, até mesmo em função da crise econômica internacional, exigiam uma revolução espiritual para estabelecer um Estado forte e centralizador. Por outro, a mudança apontava para o velho e não para

o novo, ou seja, a revolução espiritual pretendia o retrocesso e não o avanço. Havia mais similaridade entre o projeto de educação integralista e a sociedade pré-republicana do que com a sociedade democrática. Essa dualidade da proposta política do Integralismo dividia a proposta de educação em duas: à elite cultural caberia a transformação da sociedade “materialista” em “espiritualista” e ao povo, a educação deveria blindá-lo em relação às transformações. Para o primeiro grupo a educação visava a transformação e para o segundo, a conservação. Assim, predominava nessa proposta, em termos mais práticos, a própria contradição educativa constitucional apontada acima: para o povo a educação primária e para a elite a educação secundária e superior.

Na ânsia de revolucionar espiritualmente a sociedade e impedir a revolução materialista e a “desagregação nacional”, a educação exercia papel fundamental. É típica do método espiritualista a crença ingênua e exagerada nos defeitos de caráter da população como explicação para todos os problemas e na educação como forma das mudanças de base. A identificação dos problemas do país na visão do mundo espiritualista bem explica a assertiva. Para Plínio Salgado a ameaça da desordem e da desintegração nacional se resumia:

- 1º) – pelo egoísmo com que cada um procura resolver o seu próprio problema isoladamente, aventurosamente;
- 2º) - pela incapacidade de esperar soluções definitivas conformando-se com soluções parciais que consultem mais imediatamente o seu egoísmo;
- 3º) – pela sua submissão absoluta ao Poder mais próximo que êle odeia intimamente e do qual discorda em segredo mas esperando sempre tirar dêsse Poder resultados práticos e utilitários;
- 4º) – pela preguiça que se conforma com os fatos consumados, e pelo comodismo, que aconselha acompanhar os poderosos, os ricos, os nomes “feitos”; êsse mesmo comodismo leva o brasileiro a seguir servilmente a “homens” e não a “idéias”;
- 5º) – pela incapacidade de conceber idéias gerais, contentando-se com os aspectos unilaterais dos problemas;
- 6º) - pelo sentimentalismo mórbido;
- 7º) – pela indisciplina oriunda da vaidade fútil, resultante da falta de unidade de pensamento nacional;
- 8º) - pelo verbalismo jactanciosos;

9º) – pela insinceridade, pelo “despistamento”, pela falta de cumprimento da palavra empenhada;

10º) – pela desconfiança e pelas manobras “de bastidores” em que se comprazem os ambiciosos [...]

A série de defeitos que enumeramos provém exatamente da formação individualista longamente cultivada e facilitada pelos surtos liberais. Mas as qualidades do nosso povo, oriundas da sua índole e da sua formação cristã, fazem dele um grande povo, que está apenas à espera de seus intérpretes, capazes de transformá-los energicamente, levando-o à realização de superiores destinos.

Quem examinar atentamente a série de defeitos que enumeramos verificará que eles se originam da ausência de educação nacional. São defeitos meramente acidentais, cuja responsabilidade cabe menos ao próprio povo do que aos seus dirigentes. (SALGADO, 1955h, p.162).

Nascia assim o papel fundamental da elite cultural. No pensamento integralista, essa elite deveria ser “intérprete” da nacionalidade e das verdades eternas, que exigiam formação e intelecto acima da média. Por esse motivo, internamente, o plano de Plínio Salgado para o desenvolvimento nacional nasceu, cresceu e se reproduziu baseado na centralização das decisões políticas do partido integralista e no tratamento rígido àqueles que não se submetiam as regras definidas pelos líderes. A origem da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) também possuía um caráter centralizador, feito para o povo e de caráter eminentemente popular, tinha suas decisões tomadas por um grupo de estudiosos dos problemas morais do país que definiam os rumos políticos do movimento. Mesmo antes da atuação dessa elite, ou seja, nos primórdios do integralismo, Plínio Salgado já havia concluído o diagnóstico dos males brasileiros: “O problema fundamental do Brasil ainda é e continuará a ser o da educação nacional” (SALGADO, 1959, p. 131).

Para Plínio Salgado, a elite intelectual do país havia se entregue ao materialismo, levando junto o modelo de educação e de ensino. Refazê-la era obra urgente e trazia à ordem do dia o próprio conceito de intelectualidade. Para o autor, além de conhecimento no campo das ciências, o intelectual deveria ser elaborado e educado para o espiritualismo e para a nacionalidade. A ciência já havia demonstrado a sua ineficácia em termos de realização do homem integral: seus objetivos tornaram-se por demais materialistas, deixando de lado a preocupação com os problemas da nação e do homem.

A Ciência pela Ciência abriu um vácuo em torno do cientista. Perdeu este o conteúdo humano, apagou-se no seu cérebro toda a preocupação da Finalidade. Então, veio o Negociante, sob o nome de Industrial, e supriu com a sua alma a ausência de alma do Cientista. Deu-lhe um fim (porque ele não tinha um fim): a Produção. Mas a Produção pela Produção. Sem objetivo humano. Dessa forma, a alma do Negociante não era alma, porém um sucedâneo que se reduz, afinal, a coisa nenhuma. Um cego a conduzir outro cego, segundo as palavras do Evangelho (SALGADO, 1956d, p. 309).

Se a ciência e a razão não poderiam constituir as características gerais da elite intelectual, as qualidades que deveriam apresentar giravam em torno de fatores mais subjetivos e intrínsecos à personalidade, tais como a formação moral, a capacidade de liderança e a entrega ao ideal nacional. Sem estas características seria impossível criar um pensamento autenticamente brasileiro, capaz de reverter a influência do pensamento estrangeiro no Brasil.

A formação das elites dirigentes é o escopo da primeira fase desta campanha. Ela deve firmar certos princípios, que servirão de base à nossa consideração do mundo e dos fenômenos sociais.

Ao mesmo tempo que as linhas gerais do pensamento novo forem se cristalizando nessa corrente de espíritos livres e fortes, devemos ir formando a nova consciência das massas populares, pela divulgação dos conceitos mais elementares, em formas simples e acessíveis. Dessa maneira, chegaremos à fixação de ideais definidos, num povo disciplinado e consciente de seu destino.

A mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais, é a condição fundamental do êxito desta campanha. São eles que devem transmitir ao povo o conceito sereno de verdade (SALGADO, 1955f, p. 85).

É importante notar que para o povo o projeto de educação baseava-se no simples recebimento das verdades informadas pela elite. O autoritarismo se projetava de forma tão latente que não interessava ao autor nenhum tipo de evolução cultural ou objetivos educacionais que permitissem à grande parcela da população o acesso à herança e ao patrimônio cultural e intelectual da humanidade. Os sistemas filosóficos, as grandes obras de arte, a história do conhecimento e os prazeres advindos dos esforços individuais e coletivos para construção do conhecimento ficariam restritos à camada dos escolhidos. Nesse quadro restritivo, cabe a pergunta: Qual o programa da educação para a massa? A consideração do autor sobre a indisciplina e o nível intelectual do povo contribui para a resposta: “[...]”

esses constituem defeitos de um Povo-Criança, mal-educado e ingênuo” (SALGADO, 1955h, p. 167). O tratamento dispensado ao brasileiro como povo-criança, mal-educado e ingênuo nascia da visão de que o mesmo era vítima de ideias importadas, como o comunismo e o liberalismo. A esse povo ingênuo era necessário proteger dos avanços revolucionários do período. Quanto às ameaças revolucionárias:

A melhor forma de combate é o ensino. Pela palavra, pelo exemplo. Infatigavelmente, nunca permitindo que o desânimo, que é o sôpro do demônio, apague a chama da nossa Fé. Falar, repetir, e tornar a repetir; fazer e tornar a fazer; alguma coisa ficará nas almas que desejamos incendiar com o fogo do amor que nos consome (SALGADO, 1955h, p. 167).

Ora, se o programa integralista para a educação estava vinculado ao conservadorismo e ao autoritarismo, no sentido de refreamento das transformações de base no período e pretendia através do projeto educacional dividir a sociedade em duas, a elite e o povo, então a consequência imediata não era o combate à ignorância e nem o acesso à ilustração, mas aquilo que julgavam como má educação. Nesse caso, o programa da educação para o povo carregava o sentido da não permissão à ideologia “bolchevizante”. Para Plínio, a educação integralista e a publicação de artigos ligados a ela

[...] procura corrigir os desastres que estão advindos de uma literatura nociva à formação nacional, preparadora de um materialismo grosseiro, de sentimentos separatistas e bolchevizantes. Tôda minha preocupação aqui é formar brasileiros, pelo coração, pelo estímulo às virtudes, sem o que jamais teremos nem soldados, nem intelectuais e muito menos estadistas (SALGADO, 1954b, p. 271).

Em outras citações, o referido autor bem revela o sentido da educação para o povo:

Que espécie de livros lêem esses rapazes, raparigas e até mesmo êsses grisalhos leões do Chiado, senão coloridas brochuras de novelas, romances e memórias copiados uns dos outros, que abarrotam os mercados internacionais sem outro valor além do que lhes empresta facciosa propaganda manobrada por agentes da dissolução social? (SALGADO, 1955o, p. 139).

Em conclusão, o combate ao comunismo se faz nos domínios do pensamento e do sentimento. E essa batalha há de se ferir vigorosamente com as armas da lógica e com o desfraldar de uma

bandeira que fascine as multidões e as arrebate para os grandes ideais. Ou criamos um ideal, uma mística, que seja a antítese do ateísmo militante do marxismo-leninista, ou capitularemos, de transigência em transigência, vendo as coisas pela superfície e acomodando-nos às situações confusas de uma politicalha insensata e de um utilitarismo golpista e fecundador de imoralidades universais (SALGADO, 1956e, p. 320).

Um povo pode ser instruído e não ser culto, isto é, não possuir a consciência do que representa nem de onde veio e para onde vai. Desconhece inteiramente as normas de procedimento que lhe convém. Está sempre à mercê de idéias, muitas vezes oriundas do estrangeiro e contrários aos seus interesses vitais, mas cujo fascínio se exerça pelo poder da propaganda mais poderosa. É esse um povo sem defesa orgânica, sujeito a infecções letais que o destroem (SALGADO, 1959, p. 120).

Literatura bolchevizante, combate ao comunismo e à importação das ideias estrangeiras estão no cerne do programa de educação para o povo. Nota-se por tais passagens que o programa pliniano era uma reação às ideias comunistas, importadas nesse contexto. O nacionalismo apregoado como eixo das propostas de ensino deveria ser ensinado para o povo porque representava o espiritualismo, ou seja, a forma mais eficaz de resistir aos encantamentos comunistas. No programa apresentado, em que o cinema, histórias em quadrinhos, livros materialistas, formação científica e desenvolvimento da razão eram vistos como elementos degradantes da vida nacional, a educação e o ensino exerciam funções mais reguladoras e proibitivas do que estimuladoras do conhecimento e da autonomia. Portanto, se não existisse o movimento reformulador da educação desde 1891 apontando para o laicismo e para o avanço dos métodos pedagógicos, como o da própria Escola Nova, possivelmente o plano de educação de Plínio Salgado não teria tido tanta importância no programa da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) Pela linha de raciocínio e pelos fatos é possível o entendimento de que o autor preferia o analfabetismo, o isolamento do homem do interior, o descaso com os problemas sociais e a manutenção das desigualdades no nível educativo do que as políticas desenvolvidas por diversos movimentos republicanos que tentavam transformar a educação em ambiente propício para o exercício da cidadania ou para a ação política realizada a partir do elevado número de imigrantes advindos da Europa. Resumidamente, o programa do Integralismo não pretendia ensinar, pelo contrário, pretendia frear o conhecimento, transformando as escolas e os lares em espaço da

anti-educação, da velha moral e dos ditos bons costumes. A Geografia, nesse enredo, atendia à necessidade de pregação patriótica: mostrar um país que definitivamente não existia. De outra forma, revelar o país como realmente era comprometeria demais o projeto integralista do período.

Os motivos da valorização do sertanejo ou do homem do interior, bem como a oposição à imigração, ficam mais claros quando se considera esse contexto. Plínio Salgado colocava-se em oposição ao homem da cidade e elegia o do campo como modelo de nacionalidade. Num primeiro momento, a valorização da simplicidade e da originalidade pode despertar no leitor até mesmo um sentimento de compreensão e de admiração do projeto integralista, mas atenção redobrada é necessária nessa análise. Obviamente o que estava em jogo não era nenhum princípio humanista ou de valorização cultural, mas o elogio à ignorância. Afastado das cidades, o sertanejo isolava-se do conhecimento das questões políticas, não participava dos movimentos de reivindicação e passivamente se submetia à ordem “natural”. Esses modelos de sociedade e de homem eram ideais para o projeto do integralismo pliniano. Portanto, o mito da nacionalidade não se originou da pretensão de valorização do povo brasileiro e nem mesmo da cultura nacional, nasceu das pretensões católicas do isolamento intelectual do homem e da sua manutenção em níveis tão baixos de educação que se tornava chão fértil da obediência passiva, desenvolvimento da fé e da subserviência ao modelo dominante. O controle sobre quem não tem conhecimento tornava-se facilmente executável. Consequentemente, se todos fossem como os sertanejos da concepção pliniana, distante do cenário político internacional, das greves, do materialismo, do conhecimento e dos direitos sociais e democráticos, o país se manteria organizado, indivisível e em paz.

No decorrer desse capítulo procuramos demonstrar que para Plínio Salgado os valores morais e nacionais deviam ser ensinados e regrados conforme as diretrizes políticas condutoras do projeto por ele criado. Muito bem, mas não podemos esquecer que o conceito amplo de educação, ou seja, o seu entendimento como resultado da formação intra e extra-escolar, também jogavam a formação do homem para outras dimensões da vida social. É o caso do processo de valorização dos aspectos positivos do homem brasileiro. Concomitante aos problemas espirituais, também existia uma envergadura importante dos aspectos positivos, que

deveriam ser valorizados no povo brasileiro e que poderia significar a melhor formação nacional. Para Plínio Salgado os grandes caracteres positivos do povo brasileiro se definiam:

- 1º) – pelo exemplar sentimento de família;
- 2º) – pelo espírito caritativo, de hospitalidade e de delicadeza;
- 3º) – pela capacidade de sofrimento, na paz, na guerra, nas calamidades;
- 4º) – pela bravura, quando se lhe oferece oportunidade de a demonstrar;
- 5º) – pela inteligência e admirável facilidade com que apreende as coisas mais difíceis;
- 6º) – pela capacidade de entusiasmo em relação às idéias belas e generosas;
- 7º) – pela moralidade dos costumes, apenas inexistentes em certa parte das classes ricas, ou nos falsos letrados pequenos burgueses;
- 8º) – pelo índice extremamente diminuto que oferece de perversidades;
- 9º) – pelo respeito aos mais velhos , às mulheres e às crianças;
- 10º) – pela sutileza de seus instintos (SALGADO, 1955h, p. 164).

Nos fatores positivos do caráter brasileiro apontados há uma tendência bastante marcante de relacioná-los a fatores externos e anteriores à escola. Pode-se notar que há inclusive um “quê” de naturalização dessas formas de comportamento, derivados do enaltecimento da formação católica ou atrelados diretamente à língua, à terra e outras características físicas do território brasileiro. Ou seja, a educação não antecedia à formação nacional desenvolvida pela família, religião e pelos costumes de um povo naturalmente dado aos bons costumes e com capacidade de sofrimento. Pelo contrário, deveria servir como “reserva de moralidade” em caso de falha dos fatores primordiais. Dessa forma, a formação da elite estava inextricavelmente ligada à educação - não haveria possibilidade de formá-la sem o ensinamento das diretrizes integralistas - já para o povo, a mesma poderia ser relegada a segundo plano, pois a participação ativa na vida do país não figurava como uma das prerrogativas da massa.

Conclusivamente podemos dizer que a educação para o povo era uma contingência do momento de expansão do espírito materialista e de um país que passava por fortes transformações de base. Não há separação entre o plano literário, econômico, político e educativo do integralismo – eles se complementam e contam com extrema coerência e lógica interna. O caráter autoritário e conservador da proposta acompanham não apenas o esforço diretamente ligado à campanha partidária, mas na possibilidade do Estado e sociedade integralistas, deveria protagonizar o processo de organicidade política que o autor propunha.

Ao finalizar o capítulo é possível tirar uma lição: há de se desconfiar das iniciativas no campo educativo. Por trás do véu aparentemente caridoso e voluntarista que a simples iniciativa na área poderia indicar, existem pretensões menos declaradas, mas não menos importantes, que no caso do Integralismo pretendia tornar as crianças e os jovens escravos da ideologia autoritária e conservadora. A nosso ver, a complexidade da educação integralista carregava uma dinâmica a mais do que as propostas no campo econômico, político ou literário. O caráter autoritário e conservador pretendido por Plínio Salgado não estava concentrado nos livros integralistas ou nas escolas controladas pela A.I.B. (Ação Integralista Brasileira), já estavam diluídos nas práticas familiares, escolares e institucionais da Igreja católica antes do nascimento do próprio autor. O espaço que a religião católica ocupou na história política do país não permite engano quanto a essa conclusão. Nesse sentido, o projeto educativo de desvalorização do homem e da supressão da liberdade tinha duplo sentido: ao mesmo tempo em que era feito para a população, revelava-se também produto da prática dessa população, diferenciado no programa integralista apenas pela sistematização, organização e uso político. Dessa forma, as preocupações correlatas à concepção absurda do Integralismo podem ser irrisórias se comparadas à constatação da difusão e da dissimulação dessa mesma educação nas práticas cotidianas e normais, presentes nas relações entre professor/aluno, pais/filhos e cidadão/Estado.

Combater o integralismo como programa partidário é mais fácil do que reverter suas práticas autoritárias difusas. É como enfrentar um inimigo invisível que aparentemente frágil e despretensioso acumula forças e repentinamente emerge da situação normal e toma conta dos rumos políticos do país. Não é objetivo dessa

reflexão, mas muitos dos ressurgimentos das políticas autoritárias e conservadoras do Brasil, como as ditaduras e a aceitação absurdamente passiva das resoluções tomadas pela cúpula política do Brasil para o prejuízo do povo, nasceram das práticas autoritárias e conservadoras diluídas na vida social. Portanto, discutir o sistema de educação nacional, as heranças do passado colonial e os mecanismos e mazelas atuais de ensino e educação, nem sempre claros e declarados, é um grande passo para se discutir a própria democracia e a liberdade nesse país.

7. ESTRUTURAS SIGNIFICATIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho procuramos interpretar o pensamento de Plínio Salgado em busca do sentido lógico de seus eixos estruturantes. É preciso assinalar que a manutenção da estrutura social é a constante do pensamento do nosso autor, mesmo que às vezes revestida da ideia de revolução espiritual. A inconformação com a realidade brasileira ao longo das décadas de 1920 e 1930, ao contrário do que a leitura das críticas plinianas pode representar, se inscreve no contexto do pensamento conservador e autoritário. Semelhantes a outros programas da mesma natureza em seus fins, a forma peculiar como foi elaborado e apresentado pelo próprio autor, constituiu a tarefa mais árdua desta pesquisa. Nesse sentido, apresentamos abaixo a estrutura significativa da obra, ou seja, através das palavras chaves que compõem o discurso pliniano, procuramos compreender a coerência interna de seus escritos, bem como, ligá-los às estruturas maiores, como a classe social e o contexto do modo de produção em que foram produzidos.

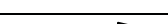
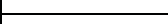
Relacionado aos grandes temas do autor, procuramos no capítulo três revelar a associação passageira entre o integralismo pliniano e a literatura, sob o movimento Verde-Amarelo. A união entre integralismo e as letras ocorreu porque a proposta de inconformidade com as transformações aceleradas do período encontrava respaldo na literatura, em função do caráter determinantemente

espiritualista da visão do mundo do autor. A confluência entre as duas áreas revela a tentativa malograda de desenvolver um pensamento nacional sem alterar e nem mesmo revelar o caráter dependente da estrutura social, ou seja, a base econômica do capitalismo dependente do Brasil naquele período. Logo, o movimento literário se mostrou insuficiente e impotente em relação à pretensão *nacionalista* do autor de criar um movimento autenticamente brasileiro.

O movimento literário se transformou então em movimento político. A criação da A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) bem revela a tendência partidária do integralismo pliniano. O capítulo quatro trata então da proposta do Estado orgânico, responsável, segundo o integralismo, pela revolução espiritualista, ligado à concepção católica “regressiva” de ordem e de contraposição a qualquer ameaça de mudança. O sufrágio universal (liberalismo) e a ditadura do proletariado (comunismo) eram as duas manifestações a serem combatidas e o nacionalismo se apresentava então como alternativa política e econômica. Decorrente do *Estado* orgânico e do nacionalismo, as políticas de combate à imigração, a perseguição ao comunismo, o desenvolvimento de ações assistencialistas se apresentavam como efetivação prática da ideologia política e econômica. No entanto, a alternativa nacional era só aparente. A verdadeira natureza do nacionalismo pliniano pode ser mais bem captada no capítulo cinco, que trata diretamente das propostas econômicas. Aí fica mais evidente a dissimulação que o nacionalismo desenvolve em relação à defesa declarada ou velada do capitalismo. Enquanto a crítica em relação ao comunismo é radical, no viés da destruição teórica e prática, em relação ao capitalismo as críticas são localizadas e momentâneas, atingindo apenas seus aspectos aparentes como o liberalismo. As estruturas da propriedade privada, do sistema de classes e reprodução do capital se mantêm praticamente ilesas no discurso integralista. Os ataques ao liberalismo servem apenas como consequência de uma demanda social do período – por ser um movimento político que necessitava do apoio popular, tornava-se indispensável o atendimento, pelo menos no nível da teoria, do anseio da população que sentia na pele os efeitos maléficos do capitalismo no Brasil. A constatação do problema não levava, no entanto, à sua superação, pelo menos não ultrapassava o nível da retórica e da superficialidade. Servia como estratégia de contraposição aos movimentos operários e trabalhadores e justificava o uso do *autoritarismo* no combate aos movimentos sociais.

Desenvolve-se daí o capítulo seis, que trata do plano principal do autor: a defesa da *ordem* e do status quo pela pregação de dois modelos de educação: a educação para a elite e a educação para o povo. O programa integralista nessa área tornava-se a principal forma de estruturar o conservadorismo, o autoritarismo e a política reacionária. A defesa do estilo de vida do caboclo e o elogio à ignorância dos homens do interior do país contradiziam a defesa da formação de uma elite cultural na doutrina pliniana. Surge inclusive daí a preponderância do combate à influência de ideias “comunistas”. Em suma, o pensamento pliniano estruturava-se a partir de uma base de combate radical entre posições antagônicas do período, transformando a visão do mundo espiritualista na linha demarcatória que isolaria o país das ameaças do materialismo, conforme esquema (ver Tabela 5):

TABELA 5 - Ameaças Materialistas e Propostas Integralistas

Ameaças Materialistas	E S P I R I T U A L I S M O	Propostas Integralistas
COMUNISMO 		 NACIONALISMO
LIBERALISMO 		 CONSERVADORISMO
DEMOCRACIA 		 AUTORITARISMO
LITORAL 		 INTERIOR
ESTRANGEIROS 		 CABOCLO
EDUCAÇÃO PARA O POVO 		 EDUCAÇÃO PARA A ELITE
GREVES E REVOLTAS 		 ORDEM
HOMEM 		 DEUS
MODERNISMO (Pau-Brasil) 		 VERDE-AMARELISMO
ATEÍSMO/DIVERS. RELIG. 		 CATOLICISMO
SOCIEDADE 		 ESTADO

Mas em que consiste o espiritualismo? Qual a estrutura significativa dessa visão do mundo? O espiritualismo consiste em sobrepor o espírito à matéria na tentativa de negar os problemas sociais e as fragilidades do sistema capitalista. As palavras chaves que compõem esse ideário e a estrutura significativa são ORDEM E AUTORIDADE. Através dessas palavras é possível identificar uma linha de continuidade em todo o trabalho do autor. Mesmo as contingências que aparentemente podem desviar a atenção do leitor para outra direção, relacionadas principalmente aos respingos dos ataques de Plínio Salgado aos problemas reais do período, não se sobrepõem à estrutura dessas expressões principais. Essa conclusão nos permite rastrear uma estrutura maior de composição do ideário pliniano – trata-se da busca pela natureza da ideologia integralista a partir da compreensão da estrutura de classes.

Sobre esse ponto se concentra uma série de referências. Relacionada às características mesmas desse trabalho e do estruturalismo genético se faz necessário expor uma visão, mesmo que geral, das interpretações dominantes quanto à natureza dessa forma de pensamento.

Em número considerável de trabalhos, há uma tendência em considerar a ideologia pliniana como forma mística de pensamento (CHASIN, 1999). Para esses autores, o integralismo brasileiro não deveria ser estudado. Nessa perspectiva, como quer Fernandes⁹, o integralismo trata-se de uma página virada, sem importância do ponto de vista prático e teórico.

Já Chauí (1978) e Vasconcellos (1979), em estudos de referência sobre a temática e com impressionante profundidade interpretativa, tratam o integralismo pliniano como cópia do fascismo europeu. Passados 80 anos do início do Integralismo, a falta de êxito é explicada por esses autores através do mimetismo do movimento, já que não constituía uma ideologia correlata à realidade brasileira, ou seja, não haveria aqui a base material de sustentação dessa forma de pensamento. Tanto Chauí (1978) como Vasconcellos (1979) lastreiam suas interpretações em Schwarz (2000), autor que ao trabalhar as feições do liberalismo no século XIX, demonstra que as ideias no Brasil, devido ao caráter mimético, estavam “fora do

⁹ Fernandes é contrário ao estudo do Integralismo. Para ele, o tema não deveria despertar tanto esforço ou dedicação por parte do cientista social. Essa referência encontra-se no prefácio de Vasconcellos (1979).

lugar”. Estendendo a referência do estudo do liberalismo do século XIX para o integralismo do início século XX, defendem a tese de que representa, portanto, uma “ideologia de 2º grau”. Chauí (1978) reconhece a dificuldade suscitada pelo tema, mas adota a perspectiva de Schwars (2000) como chave interpretativa, como na passagem abaixo, que trata dos argumentos enganosos que o próprio integralismo utilizava para justificar a sua originalidade.

Eis vários coelhos mortos com uma só paulada: para que o Integralismo não seja acusado de ser uma idéia fora do lugar, basta mostrar que o liberalismo é superfetação de intelectuais de formação européia, enquanto o integralismo é o único conhecedor da crise nacional e de sua solução; para que a opção fascista não pareça descabida, basta mostrar que o desejo de ordem e de disciplina estão na índole do povo; para que o comunismo não seja negligenciado como inimigo, basta identificar marxismo e liberalismo; para que a crise mundial nos diga respeito, basta reduzi-la a uma crise do liberalismo; para que o Integralismo seja salvação nacional como criador da própria Nação, basta dar ao Estado a tarefa de construtor da nacionalidade (CHAUÍ, 1978, p. 143, grifo do autor).

Também Vasconcellos, ao abordar a origem da ideologia pliniana relacionada à literatura segue a direção de Chauí (1978):

A esse irracionalismo, gostaria de agregar outro componente que permitirá detectar a especificidade do discurso integralista. Trata-se do desajuste entre as idéias oriundas dos países centrais e nosso contexto social. Fenômeno corriqueiro numa cultura como a brasileira, que não se autodetermina. E o discurso integralista, como já assinalei, não deixou, o tempo todo, de roçar nessa questão, deixando entrever uma atitude pessimista: a impossibilidade de remanejar as idéias e teorias estrangeiras (VASCONCELLOS, 1979, p. 51).

Em todo o nosso trabalho de pesquisa é declarada que a situação tardia do capitalismo no Brasil lhe rendeu uma condição periférica em outros campos além do econômico, como exemplo, o político e o ideológico. Estendendo de forma simples essa compreensão da história para a interpretação da natureza do integralismo pliniano é perfeitamente compreensível a afirmação de que é uma cópia, puro mimetismo do fascismo europeu: segundo essa visão, as similaridades transformam-se em cópia e transpõe-se para uma realidade artificial. O ponto de apoio para essa afirmação? A inexistência de classes bem estruturadas, principalmente a do proletariado urbano, contra quem uma corrente como o integralismo pudesse investir e as contradições internas do discurso integralista, responsável pelo seu aspecto

“solto” ou descolado da realidade. Encontra-se aí o caráter vazio da ideologia pliniana. Dessa forma, o integralismo procurava combater um inimigo inexistente, desligando-se de qualquer possibilidade de organicidade com a realidade brasileira. Essa contradição entre o real e o imaginário no integralismo sustenta a teoria das “Ideias fora do lugar”, que o coloca, assim como o liberalismo, no bojo da artificialidade. Consequentemente, se considerado como separado das condições reais das relações de classe presentes no Brasil, o integralismo perde substancialmente a própria função. O estudo do Integralismo Pliniano, como demonstrado em capítulos anteriores, no entanto, aponta para um sentido diferente. Pelas permanências de seus vários aspectos na realidade brasileira, consideramos que a doutrina autoritária e conservadora do integralismo não pode ser relegada à mera expressão vazia, delírio ou mal entendido, descompassado em relação ao tempo e ao lugar. Tratar o Integralismo como ideologia de 2º grau, a nosso ver, é desdenhar a sua própria função, relegando-o também à categoria secundária, como manifestação solta, “página virada” e sem importância na história do país. A consequência direta dessa interpretação é a subestimação dos efeitos de um movimento autoritário tão grande e o risco da “legitimação oculta” da sua existência e seus danos. Em suma, é a admissão das permanências e dos danos do integralismo pliniano, mesmo em traços fragmentários, que nos mobiliza na direção de uma análise associativa entre o integralismo e a realidade das relações de classes no Brasil.

Para tanto, é necessário destacar um dos pontos centrais da questão de classe: a separação entre a consciência real e a possível. Compreendemos que através dessas categorias é possível entender o ataque ao comunismo, mesmo em ambiente de fraca industrialização e as aparentes contradições internas do discurso pliniano. Conforme o capítulo um, a consciência de classe real é a leitura imediata e mais objetiva que se pode fazer na análise das ideologias de um determinado período. Mas a consciência real é envolta em contingências e em situações ondulatórias. Quando posta frente a frente com outra ideologia de classe, num momento de acirramento dos conflitos, as intenções em longo prazo e a natureza das classes se revelam com nitidez. Por isso a ideologia de classe não pode ser considerada apenas como fato, mas como possibilidade. Como integrante da classe média, nevrálgicamente oscilante entre os projetos da classe baixa (camponeses e

operários) e alta (grandes proprietários rurais e burguesia industrial), não é incomum surgirem aparentes contradições no pensamento pliniano, o que não deslegitima, a nosso ver, a sua função e organicidade em relação à realidade nacional.

Aparentemente contraditória, ora defendendo os poderosos, ora em favor dos pobres, a consciência possível da classe média bem demonstra a natureza de qualquer ação empreendida por ela, independente da forma como se manifesta: a manutenção da ordem e a busca por privilégios. Os privilégios que o movimento pliniano defende em um momento, o ataque frontal à plutocracia, ao sistema eleitoral, ao modelo de educação, aos devastadores efeitos da economia capitalista e monopolista e a alternativa nacionalista em outros, etc., não podem enganar – as conclusões, por mais diversas que possam parecer apontam para a mesma direção: a ideologia pliniana nasceu das condições materiais das transformações do fim do século XIX e início do XX. Nesse sentido, o cerne mesmo desta corrente de pensamento não é a importação, ou seja, a “ideologia de Segundo Grau”, mas um arsenal de recursos de combate ao comunismo com funções bem definidas que foram e são usadas como amortecimento dos impactos sociais, com relativo sucesso. O problema da ideologia pliniana não está na importação de ideias, mesmo com similaridades ao fascismo europeu, mas no método espiritualista nascido no contexto novo de uma sociedade que há 400 anos vivia do passado colonial. Há nesse sentido uma determinação social da visão do mundo, ligada à obstrução crítica dos limites da visão reducionista da consciência possível da classe a que Plínio estava organicamente ligado.

Mesmo com organização proletária insuficiente, a “ameaça” comunista existia como possibilidade, tanto pela presença do partido comunista quanto pela participação de ideários novos (como o anarquismo) em movimentos grevistas e em outras formas de agitações populares. Congruente a isso, o ideário pliniano não estava solto, desprovido de conexão com a realidade brasileira. O ataque ao comunismo representava a defesa contra o máximo de transformação que poderia existir naquele ambiente agitado e, como possibilidade, compunha a consciência possível da classe média naquele período, que começava pelo ataque ao liberalismo e que encontrava no comunismo tudo aquilo que o país não poderia sofrer. Plínio Salgado e os integralistas não negavam a possibilidade do comunismo,

independente das fragilidades da organização proletária. Ademais, há de se compreender, a título de análise, o fato de que a transformação da história não é linear, ou seja, a inexistência de um proletariado urbano solidamente instituído não pode ser visto como retardo obrigatório ou condenação a ritmo lento de transformação social. Consequentemente, o medo dos movimentos ligados ao socialismo ou comunismo não era descolado da realidade mais latente do período.

Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação histórica atrasada – e este privilégio existe- autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizada, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias, que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos da América ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado (TROTSKY, 1978, p. 24).

Na interpretação pliniana, os efeitos devastadores da implantação comunista na Rússia, demonstraram que o estágio atrasado do capitalismo poderia ser inversamente proporcional à velocidade do nascimento, crescimento e efetividade do movimento. Se o integralismo compreendia a teoria do salto histórico sobre etapas do desenvolvimento? Não sabemos ao certo, mas a ameaça dos movimentos operários era real. Compreendemos assim a necessidade de refrear qualquer movimento de transformação substancial da sociedade brasileira no programa integralista.

O fundamento da ideologia está exatamente na função e no papel que desempenha. Assim, o integralismo demonstra toda sua relação com a estrutura de classes no Brasil, mesmo com semelhanças e características repetidas de outras regiões ou países. Se há diferenças fundamentais entre o capitalismo brasileiro e o europeu, por outro lado há semelhanças, que se inscrevem na base fundamental do capitalismo como um todo. Independente da similaridade ou dos contrastes entre as ideologias produzidas no centro ou na periferia do capitalismo, o integralismo, bem

como o liberalismo tosco do século XIX, correspondem a uma demanda social de refreamento de qualquer mudança substancial. *Esse é o princípio invariável da ideologia: nasce da dominação de classe.* Tratado como “Ideologia de Segundo Grau”, o estudo do integralismo perde a efetividade e o sentido político, como denuncia Lamounier:

O fato [...] é que a bibliografia disponível, praticamente sem exceção, parte do discutível suposto de que as dificuldades se apresentam apenas na identificação das bases sociais da produção ideológica, e não também na descrição imanente desta. Esvai-se desta forma uma boa parte do objeto de estudo – a produção intelectual, as ideologias – substituído por vagas alusões ao seu grau de maturação, à sua correspondência ou não, com os processos reais, ou algo do gênero. Em boa medida, como é obvio, trata-se da presença implícita de uma concepção inadequada do fenômeno ideológico, ao qual, via de regra, se dá um sentido restrito e banal. O pensamento é dito não ideológico, seja por não corresponder ao que o intérprete acha que um sistema ideológico deve conter em suas representações. No máximo, no caso dos pensadores autoritários da Primeira República e dos anos 30, admitir-se-á a presença de ideologia no sentido de pensamento irrelevante, solto, descolado do mundo real (LAMOUNIER, 2006, p. 173, grifo do autor)

Na continuidade do texto, o autor reclama ainda a necessidade de revisão do estudo do autoritarismo na Primeira República, justamente pela polarização em torno da “Ideologia de Segundo Grau”. A valorização da interpretação do fenômeno integralista e da sua efetividade na organização política e social brasileira nos dirige para a abordagem de sua demanda social, ou seja, como uma faceta das manifestações das classes médias em período de nascimento do capitalismo no Brasil. O papel das classes médias durante as referidas décadas é bastante diverso, assumem nuances que variavam, por exemplo, desde o tenentismo até a campanha civilista.

O caráter impreciso e de difícil interpretação do papel político das classes médias no início do século XX deve-se principalmente ao ambiente em que se formaram e a própria origem dos seus integrantes. A convergência de integrantes dos antigos setores conservadores e de novos setores mais progressistas, bem como a forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil, unindo elementos típicos da economia colonial com características do capitalismo industrial, dão a tônica da diversidade e oscilação da ação política imputada às classes médias.

Quanto à origem, a própria utilização do termo no plural – classes médias – já demonstra a dificuldade de definição do delineamento político que assumiriam. As classes médias convergiam elementos da economia tipicamente colonial, como representantes da pequena produção (artesanato, pequenas empresas familiares, etc.) e do pequeno comércio. Da nova economia urbana apareceram os setores ligados à esfera da circulação do capital (empregados assalariados do comércio, bancos, agências de venda e empregados de serviços, etc.) e funcionários do Estado (comunicação, imprensa e educação, etc.). Somada à natureza diversa desses grupos, há também uma imprecisão específica a cada um deles. O setor aparentemente conservador, por estar ligado à economia agrária não era organicamente conservador, pois a pequena propriedade jamais se constituiu como elemento econômico auto-suficiente, sobrevivia devido a um resíduo dessa economia, mais ligado às cidades do que ao campo. Os grupos advindos da nova economia urbana também não eram umbilicalmente progressistas, já que a urbanização brasileira ocorre, pelo menos até 1930, como forma dependente da economia agrário-exportadora e os funcionários do Estado durante a Primeira República estavam atrelados, assim como o próprio Estado, à produção do café. Ainda corrobora a situação exposta o caráter regional, visto que a formação dessas classes na região Sudeste e Sul não se repete no Nordeste, onde a economia oscilante em torno dos fazendeiros de café era substituída pela dos coronéis. Ao expor esse emaranhado de situações e diversidade de integrantes, Pinheiro (2006) resume o quadro afirmando que a única característica em comum aos componentes das classes médias era o fato de não pertencerem nem ao proletariado e nem à burguesia, o que lhe define ainda um caráter basculante entre os “projetos” conservadores e liberais, entre a burguesia e o proletariado.

Aos movimentos e ações imputados à classe média nesse período é tradicional apontar os governos de Deodoro e Floriano, a Campanha Civilista e o Tenentismo como manifestação aparentemente autônoma, descolada dos núcleos principais (conservador x liberal e burguesia x proletariado). Em todos esses movimentos a autonomia definitivamente não ocorreu. Ligados aos grupos oligárquicos ou contrários a eles, as classes médias carregam a insatisfação com os rumos políticos que o Brasil seguia durante a Primeira República, mas ao mesmo tempo, o medo de uma possível ação proletarizadora na área da política nacional.

Dessa forma, as ações das classes médias se inscrevem no contexto oscilante entre as possibilidades do antigo/ novo e do capital/trabalho. Compartilhamos das afirmações gerais de Pinheiro (2006) quanto às características das classes médias e localizamos nelas as feições que o integralismo assumiu no Brasil, de forma organicamente ligada aos interesses de grupos surgidos a partir do capitalismo atrasado:

Essas características podem ser localizadas no interior dos efeitos ideológicos da situação das classes médias no plano econômico. O agrarismo, o antiintervencionismo, o antiindustrialismo pode ser entendido como aspectos ideológicos e anticapitalistas, provocados pelo medo da proletarização e, sobretudo de uma transformação da sociedade. O agrarismo é intensamente compartilhado pelas classes médias urbanas, o que as aproxima e as solidariza com as classes dominantes agrárias tradicionais e incidia de algum modo, a presença dos destituídos. Antiindustrialismo é uma decorrência natural desse traço, mas tem grande peso o medo de que a indústria implique a “proletarização” evidenciada pelo pagamento de salário e o despojamento da propriedade dos meios de produção. O antiintervencionismo manifesta por outro lado alguma distância em relação aos grupos dominantes, que trazem em si a ameaça de transformação social, por causa de seu controle sobre o aparelho de Estado: as classes médias, ao contrário de todas as expectativas nela depositadas, são firmemente arraigadas ao status quo, classes estratégicas para a reprodução do modelo de exclusão política (PINHEIRO, 2006, p. 41, grifo do autor).

Dessa forma, o Integralismo Pliniano revela a radicalização do fracasso maior do programa da classe média durante os anos 1920 e 1930 em desenvolver um “programa” autônomo. O caráter “basculante” que assume durante todo o período é a razão das aparentes contradições no discurso pliniano e do fracasso da aplicação do programa político desenvolvido pelo autor. É importante destacar que nessa perspectiva não é o caráter de “importação” o responsável pelo relativo fracasso do integralismo e das incongruências do referido programa, mas basicamente a postura política que as classes médias assumiram em todo o período.

É o problema da oscilação basculante das classes medias, menos do que confusão dos limites de estratos; as classes médias vivem de maneira diferente a contradição entre capital e trabalho presente na formação social capitalista, participando da natureza dos dois pólos. Em alguns momentos, essa oscilação – resultado de sua situação anfíbia – penderá para o lado do proletariado, o que não significa que a perspectiva política das classes médias seja necessariamente a mesma do proletariado (PINHEIRO, 2006, p. 19).

A incapacidade das classes médias se desenvolverem autonomamente ou de assumirem a postura do proletariado, burguesia ou das antigas oligarquias fez que o programa pliniano se tornasse até certo ponto inócuo. Mas somente até certo ponto - o fato de não se efetivar integralmente de forma institucional ou estatal não significa que o discurso pliniano não tenha desempenhado a sua função: a contribuição para a manutenção do status quo. Efetivamente a defesa da ordem, do autoritarismo e do nacionalismo cumpriu a função de refreamento dos movimentos operários, tanto em nível da ação prática como do ponto de vista da deslegitimação teórica, já que a propaganda anticomunista se tornou tema da educação, o autoritarismo e a violência foram respaldados nas práticas políticas do Estado, a criminalização dos movimentos sociais dispôs de relativa aprovação e a descrença na possibilidade de uma nova humanidade ainda é característica comum da sociedade, etc. Dentro da visão estreita das classes médias, o respaldo que o integralismo pliniano obteve junto a diversos setores, inclusive o proletariado, pode ser explicado pela crise de 1929. Em momentos de crises agudas, as mais diversas propostas aparecem. Da mesma forma como impõem piores condições sociais para a população em geral, também abrem possibilidades para a construção de um mundo melhor. Novamente a função do integralismo não pode ser descartada. As inseguranças advindas das antigas ideias levaram à fácil aceitação do integralismo, servindo bem para os planos de manutenção da ordem. Nesse ambiente, o espaço aberto pela crise de 1929 se inclinou muito mais para o populismo posterior do que para a intensificação da luta proletária.

Mas por que a visão do mundo espiritualista e as próprias classes médias, com seu temor de proletarização, não foram e/ou não são regularmente apontadas como responsáveis pela manutenção da péssima estrutura social brasileira? Porque a sua postura é anfíbia. Os sucessos da direita e da política autoritária na história do Brasil são atribuídos geralmente à grande burguesia, instituições financeiras e políticas ou ao próprio Estado (no sentido mais vago que pode assumir) e novamente a classe média transita de um extremo ao outro sem ser identificada como obstáculo para o refreamento da transformação política. A consciência real das classes médias pode até se aproximar do programa do proletariado, no entanto, durante o acirramento de qualquer tipo de conflito, a verdadeira consciência se

revela, no sentido de manutenção da ordem, do autoritarismo e do Estado, geralmente sob o pretexto da manutenção do nacionalismo. Assim foi Plínio Salgado, um significativo intelectual da classe média.

8. REFERÊNCIAS

AIRES, L. **O sentido da formação pliniana**. In: ENCICLOPÉDIA do Integralismo, Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959, v. 9.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. J. N. A liberdade alienanda em Sartre como imposição do prático-inerte. CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES, 5. 2001, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto: UFMG. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/FES/fes0301.htm>>. Acesso em : 03 jul. 2007.

ANSELMO, R. de C. M. de S. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira**. 2000. f. 138. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

ANSELMO, R.C.M. S. **Oliveira Vianna e a unidade-identidade do espaço brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.

ANTONIO FILHO, F.D. A visão sobre a Amazônia brasileira: **uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.

ANTONIO FILHO, F.D. O pensamento de Euclides da Cunha: **uma avaliação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.

ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO. **[Sem título]**. Rio Claro, SP, 1935a. 1 foto. Documento extraído do Fundo Plínio Salgado, envelope 290.

ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO. **[Sem título]**. Rio Claro, SP, 1935b. 1 foto. Documento extraído do Fundo Plínio Salgado, envelope 290.

ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO. **[Sem título]**. Rio Claro, SP, [1935?]. 1 foto. Documento extraído do Fundo Plínio Salgado, envelope 290.

ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO. **[Sem título]**. Rio Claro, SP, [1930?]. 1 foto. Documento extraído do Fundo Plínio Salgado, Acervo José Constante Barreto, álbum 30.

ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO. **[Sem título]**. Rio Claro, SP, [1955?]. 1 panfleto. Documento extraído do Fundo Plínio Salgado, Acervo José Constante Barreto, álbum 30.

ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO RIO CLARO. **[Sem título]**. Rio Claro, SP, [1935c]. 1 capa de revista. Documento extraído do Fundo Plínio Salgado, pertencente a capa da revista Panorama.

BASBAUM, L. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: LB, 1962.

BERDIAEFF, Nicolau. **Uma nova Idade Média**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

BOSI, A. **História concisa da Literatura brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1985.

BRAY, S. C. **A visão do mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30**. Geografia, Rio Claro, v.18, n.2, p.53-67, 1993.

BRAY, S. C. **Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v.10, n.20, p. 33-43, 1980.

BRAY, S. C. Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL. 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: IGCE-UNESP, 1999, p. 3-16.

CÂMARA, H. **Pedagogia Integralista**. In: ENCICLOPEDIA do Integralismo. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959, v. 9.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. 9ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**: una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

CAPEL, H. **La invención del territorio. Ingenieros y arquitectos de la ilustración en España y América**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994. p.98-115. Especial sobre La Geografía Hoy: Textos, Historia y Documentación, n. 43.

CARVALHO, M. M. C. de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. (Prismas).

CARVALHO, M.M.C. de. **O nacional e o regional nos debates educacionais promovidos pela Associação Brasileira de Educação nos anos 20**. Boletim Anped, Niterói, n. 2, 1989. (nova fase).

CAVALARI, R. M. F. Educação e Integralismo: **um estudo sobre estratégias de organização da Ação Integralista Brasileira – A.I.B (1932-1937)**. São Paulo, FEUSP, 1995. Tese de doutoramento.

CAVALARI, R. M. F. Integralismo – **ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru, São Paulo, EDUSC, 1999.

CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado: **formas de regressividades no capitalismo hiper-tardio**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Uma editora, 1999.

CHAUÍ, M. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo, Brasiliense, 1984

CHAUÍ, M; FRANCO, M.S.C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

CORBISIER, M. C. de A. **Integralismo e educação feminina**. In: ENCICLOPÉDIA do Integralismo, Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959, v. 9.

COSTA, J. C. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1992. (Geografia: Teoria e realidade).

CRUZ COSTA, J. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956

DECCA, E. S. De. **O Silêncio dos Vencidos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELLIS JR., A. **Confederação ou separação**. São Paulo, Piratininga, 1933.

ENCICLOPÉDIA do integralismo. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959. 9 v.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec., 1996.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1975. 2.v.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaios de interpretação sociológica. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª edição. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FIGUEIREDO, J. de. **A questão social na filosofia de Farias Brito**. Rio de Janeiro: Revista dos tribunais, 1919.

FIGUEIREDO, J. de. **Literatura reaccionária**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia** – O que é sociologia. 5ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia** – O que é sociologia. 5ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GOLDMANN, L. **El hombre y lo absoluto**: el dios oculto. Barcelona: Ediciones Península, 1985.

- GOLDMANN, L. **Sociologia do Romance**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GOLDMANN, Lucien; Reginaldo Di Piero [Trad.]. **Crítica e dogmatismo na cultura moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973
- GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRANZIERA, R.G. O Brasil depois da Grande Guerra. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. (Prismas).
- HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSBAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 22.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- INWOOD, M. **Heidegger**. SP: Loyola, 2004.
- KELLER, Vilma. Vicente Ráo, **verbete**, in Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001
- LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. 10. ed. Campinas: Papius, 2005.
- LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da. **A década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. (Prismas).

LAMOUNIER, B. A Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930).

LEITE, D. M. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LÊNIN, V. I. **Cultura e revolução cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 30-31.

LOUREIRO, M. A. S. **Plínio Salgado, meu pai**. Edições GRD, 2001.

LÖWY, M; NAÏR. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Editora Biotempo, 2009.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: Temas de ciências humanas. São Paulo: N°4, 1978

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Publicado originalmente em 1968 e traduzido para o português por Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%E1cs.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2007.

MACHADO, L. O. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (Org.). **Espacios Acotados: Geografía e dominación social**. Barcelona: PPU, 1990. p.232-233.

MACHADO, L. O. As idéias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1, 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: IGCE - UNESP, 1999. v.3.

MACHADO, L. O. História do Pensamento geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa. **Terra Brasilis: revista de história do pensamento geográfico no Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 110-134, jan./jun. 2000.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia da ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, E. R. **Da geografia à ciência geográfica e o discurso lógico**. 1997. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

- MARTINS, E. R. **O Fundamento Geográfico do Ser**. Geosp, v. 22, p. 33-45, 2007
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MEDEIROS, J. Ideologia autoritária no Brasil: **1930-1945**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1978.
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1972. 2ª ed.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MEYER, M. **Caminhos do Imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993
- MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel: geografia**. São Paulo: Ática, 1990. (Grandes Cientistas Sociais, n.59).
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R.. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro – as matrizes brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006
- MOURA, O. **As idéias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil, no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.
- NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Republicano. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930).
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- OLIVEIRA, L. L. de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.
- OLIVEIRA, L. L. de. **Repensando a tradição**. Ciência Hoje, São Paulo, v.7, n.38, p. 59, 1987.

OLIVEIRA, L. L. de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.

OLIVEIRA, L. L. de. Questão nacional na Primeira República. In: De Lorenzo, H. C.; Costa, W. P. da. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p.186. (Prismas).

PECÁULT, D. **Os Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PENNA, B. **A mulher, a família, o lar e a escola**. In: ENCICLOPÉIDA do Integralismo, Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959, v.9.

PERISSONOTO, Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 20. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. da. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. (Prismas).

PINHEIRO, P. S. Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na vida Política In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Republicano. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930).

SACARDO, V. A. A autoridade acima de tudo! **O pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo**. 2008. (Dissertação de mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SALGADO, P. **A aliança do sim e do não**. São Paulo: Editora das Américas, 1955n (Obras completas, v. 6).

SALGADO, P. **A inquietação espiritual na literatura brasileira**. São Paulo: Editora das Américas, 1956c (Obras completas, v. 17).

SALGADO, P. **A mulher no século XX**. São Paulo: Editora das Américas, 1955m (Obras completas, v. 8).

SALGADO, P. **A quarta humanidade**. São Paulo: Editora das Américas, 1955f (Obras completas, v. 5).

SALGADO, P. **Críticas e prefácios**. São Paulo: Editora das Américas, 1956d (Obras completas, v. 19).

SALGADO, P. **Despertemos a nação**. São Paulo: Editora das Américas, 1955b (Obras completas, v. 10).

SALGADO, P. **Direitos e deveres do homem**. São Paulo: Editora das Américas, 1955e (Obras completas, v. 5).

SALGADO, P. **Discursos**. São Paulo: Editora das Américas, 1955k (Obras completas, v. 10).

SALGADO, P. **Espírito da burguesia**. São Paulo: Editora das Américas, 1956e (Obras completas, v. 15).

SALGADO, P. **Geografia sentimental**. São Paulo: Editora das Américas, 1954a (Obras completas, v. 4).

SALGADO, P. **Literatura e política**. São Paulo: Editora das Américas, 1956b (Obras completas, v. 19).

SALGADO, P. **Nosso Brasil**. São Paulo: Editora das Américas, 1954b (Obras completas, v.4).

SALGADO, P. **O conceito cristão de democracia**. São Paulo: Editora das Américas, 1955p (Obras completas, v. 8).

SALGADO, P. **O estrangeiro**. São Paulo: Editora das Américas, 1955c (Obras completas, v.10).

SALGADO, P. **O estrangeiro**. São Paulo: Editora das Américas, 1955d (Obras completas, v. 11)

SALGADO, P. **O integralismo perante a nação**. São Paulo: Editora das Américas, 1955g (Obras completas, v. 9).

SALGADO, P. **O que é o integralismo**. São Paulo: Editora das Américas, 1955a (Obras completas, v. 9)

SALGADO, P. **O rei dos reis**. São Paulo: Editora das Américas, 1955i (Obras completas, v. 6)

SALGADO, P. **O sal da terra**. São Paulo: Editora das Américas, 1956a (Obras completas, v. 11).

SALGADO, P. **Páginas de combate**. Rio de Janeiro, livraria H. Antunes, 1937.

SALGADO, P. **Páginas de ontem**. São Paulo: Editora das Américas, 1955j (Obras completas, v. 10).

SALGADO, P. **Palavra nova dos tempos novos**. São Paulo: Editora das Américas, 1955l (Obras completas, v. 7).

SALGADO, P. **Perguntas ao nosso século**. São Paulo: Editora das Américas, 1955o (Obras completas, v. 6).

SALGADO, P. **Prefácio**. In: ENCICLOPEDIA do Integralismo. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959, v. 9.

SALGADO, P. **Psicologia da revolução**. São Paulo: Editora das Américas, 1955h (Obras completas, v. 7).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Alguns Problemas da contribuição marxista à Geografia**. In: _____. (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, W. dos. A obra de Aroldo de Azevedo: **uma avaliação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1984.

SARTRE, J. **Crítica de la razón dialéctica**. 2. ed. Buenos Aires: Losada, 1970. Tomo 1.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (Contribuições em ciências sociais).

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: FINEP; São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. (Biblioteca Universitária. Estudos em ciências e tecnologia, série 8, v. 2).

SCHWARZ, Roberto. **As idéias fora do lugar**. In: Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34. 2000.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVEIRA, P; Doray, B.(Org.): **Elementos para Uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo, Vértice, 1989.

SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: MEC-ISEB, 1961. (Textos Brasileiros de Sociologia).

SOUSA NETO, M. F. O compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil. **Terra Brasilis**: revista de história do pensamento geográfico no Brasil, Rio de Janeiro, Ano 1, n.1, p. 8-51, jan./jun.2000.

TRINDADE, H. Integralismo: **o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, Porto Alegre: UFRGS, 1974.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978, v.1.

VASCONCELLOS, G. **Ideologia curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VELOSO, M. P. **A brasilidade verde-amarela**: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VIEIRA, E. **Poder político e resistência cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

ZUSMAN, P. B. Aceleração e transformações sociais: os geógrafos dos anos 30, perplexos, buscam conceitualizar o Brasil e o mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

ZUSMAN, P. B. **Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território**: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). 1996. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ZUSMAN, P.; PEREIRA, S. N. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. **Terra Brasilis**: revista de história do pensamento geográfico no Brasil, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 52-88, jan./jun. 2000.